



UNIVERSIDADE CATÓLICA PORTUGUESA
FACULDADE DE TEOLOGIA

MESTRADO INTEGRADO EM TEOLOGIA (1.º grau canónico)

ANDRÉ MAURÍCIO HORTA REIS DA SILVA

São Teotónio:

Vida, obra e iconografia

Dissertação Final

Sob orientação de:

Professor Doutor Joaquim Augusto Félix de Carvalho

BRAGA
2017

“Bendito seja Deus, Pai de Nosso Senhor Jesus Cristo, que do alto do Céu nos abençoou, com todas as bênçãos espirituais em Cristo. Ele nos escolheu, antes da criação do mundo, para sermos santos e irrepreensíveis, em caridade, na sua presença.”

Efésios 1, 3

*“Um Sacerdote vê, brandindo a espada
Contra Arronches, que toma, por vingança.
De Leiria, que de antes foi tomada
Por quem por Mafamede enresta a lança:
É Teotónio Prior. Mas vê cercada
Santarém, e verás a segurança
Da figura nos muros que, primeira
Subindo, ergueu das Quinas a bandeira.”*

Luís Vaz de Camões

Lusíadas, Canto VIII

“Reine nos vossos corações a paz de Cristo, à qual fostes chamados num só corpo. E sede agradecidos”

Colossences 3, 15

Agradecimentos

- A Deus, primeiro destinatário desta dissertação;
- À minha família, que sempre apoiou e acreditou em mim e que sempre me deu uma palavra de incentivo;
- Ao Bispo D. Ilídio Leandro e aos Seminários: Maior de Viseu e Interdiocesano de São José;
- À Fundação Lapa do Lobo;
- Ao nosso orientador, Professor Doutor Joaquim Augusto Félix de Carvalho;
- À igreja de Santa Cruz de Coimbra;
- E a todos os amigos e colegas, por toda a colaboração e amizade ao longo desta caminhada, em especial àqueles que mais contribuíram na sua realização: Pe. Nuno Santos, Pe. Manuel Rocha, Dra. Fátima Eusébio, Dra. Joana Simões, Ismael Sousa e Francisco Oliveira.

Resumo

Com esta dissertação iremos conhecer São Teotónio, a sua importância nos primórdios da história de Portugal e da sua cristandade, tendo em conta que ele foi um dos fundadores e o primeiro prior do mosteiro de Santa Cruz. Este foi um dos principais mosteiros da história de Portugal, quer a nível religioso, quer a nível cultural. Além disso, iremos ainda compreender como a iconografia deste santo pode ser uma importante ajuda pastoral e catequética para a nossa “peregrinação” rumo à santidade.

Mas mais do que os conhecimentos adquiridos, que são de extrema importância, é de salientar também o enriquecimento que esses conhecimentos manifestam na nossa dimensão humana e, acima de tudo, espiritual. Através deste trabalho científico descobrimos como São Teotónio é um grande exemplo de santidade, humildade, nobreza e caridade, ideais que estão perpetuados na História pela sua obra, o Mosteiro de Santa Cruz, mas também pela iconografia.

Palavras-chave: *São Teotónio; hagiografia; iconografia; Mosteiro de Santa Cruz.*

Abstract

With this dissertation we will know Saint Teotonius, his importance in the beginnings of the History of Portugal and his Christianity, bearing in mind that he was one of the founders and the first prior of the monastery of Santa Cruz. This monastery was one of the main monasteries in the History of Portugal, both religiously and culturally. In addition, we will also understand how the iconography of this Saint can be an important pastoral and catechetical aid for our "pilgrimage" towards holiness.

But more than the acquired knowledge, which is of extreme importance, it is also worth noting the enrichment that this knowledge manifests in our human dimension and, above all, spiritual dimension. Through this scientific work we discover how St. Teotonius is a great example of holiness, humility, nobility and charity, ideals perpetuated in history by his work, the Monastery of Santa Cruz, but also by iconography.

Keywords: *Saint Teotonius; hagiography; iconography; Monastery of Santa Cruz.*

Introdução

Todos os batizados são chamados a “peregrinar” para a santidade. Entre muitas outras, uma grande ajuda para que se alcance esta “meta” vem-nos do exemplo de vida dos santos, que demonstraram, apesar de todas as limitações e dificuldades, ser possível este desiderato. São Teotónio, o primeiro português a ser canonizado, teve um papel muito importante nos primórdios da nação, quer pelo papel que teve como primeiro prior do Mosteiro de Santa Cruz, um dos mosteiros portugueses mais influentes dessa centúrea, quer pelo papel de conselheiro e amigo do primeiro rei de Portugal. Contudo, fomos percebendo, quer na literatura, quer na espiritualidade da piedade popular, um desconhecimento da vida e obra deste nosso irmão na fé. Este foi o principal motivo pelo qual quisemos trabalhar este tema. A Diocese de Viseu, à qual pertencemos, tem por padroeiro São Teotónio. Esse foi outro dos motivos por que quisemos abordar esta temática. Esta escolha foi aprovada e apoiada pelo Seminário Maior de Viseu e, por isso, propusemos esta nossa opção à Faculdade de Teologia que, para nosso gaudío, a aceitou sem reservas.

Num momento em que nos preparamos para concluir o curso de mestrado integrado em Teologia, damo-nos conta da mais-valia que ele significou uma vez que nos permitiu abordar este tema tendo presentes as diferentes áreas do curso. Trata-se, pois, de um momento importante de perceber a interdisciplinaridade curricular e de como o saber adquirido de forma parcelar, nos permite, nesta hora, realizar um trabalho de síntese que, estamos certos, ajudará a enfrentar os desafios futuros, munidos de excelentes ferramentas. Um bem-haja a todos os docentes desta Faculdade, mas de modo muito particular ao Doutor Pe. Joaquim Augusto Félix de Carvalho, que nos permitiu realizar uma síntese de todo o saber adquirido, particularmente nas áreas de História da Igreja, Espiritualidade e Arte Cristã.

Queremos com esta dissertação comprovar o importante papel que São Teotónio teve na sua época, mas que tem ainda nos dias de hoje. Trata-se, sem dúvida, de um grande exemplo e testemunho de santidade. Para tal, ao longo dos três capítulos que compõem este trabalho, queremos criar um diálogo entre a História, a hagiografia e a arte, que permitam evidenciar a importância deste santo.

Quando iniciámos este estudo, começámos por investigar a vida e obra de São Teotónio através das traduções da *Vita Sancti Theotonii*, hagiografia escrita por um crúzio nos meses seguintes à sua morte, da autoria de Maria Helena da Rocha Pereira¹ e de Aires do Nascimento.² Após termos um conhecimento mais aprofundado sobre a vida e obra do primeiro santo português, começámos a pensar em como iríamos contextualizar e abordar o tema. Foram para nós uma mais-valia os vários artigos da “*História da Diocese de Viseu*”, obra recém editada, sob coordenação de José Pedro Paiva, assim como os estudos do catálogo “*São Teotónio. Patrono da Diocese e da cidade de Viseu*”, resultante da exposição comemorativa dos 850 anos da morte deste santo, coordenada por João Soalheiro e por Maria de Fátima Eusébio.

O primeiro capítulo desta dissertação procura contextualizar-nos no tempo de São Teotónio, e encontra-se dividido em duas partes. Uma primeira que se centra no contexto histórico, mais propriamente na invasão muçulmana e na criação do reino de Portugal. A segunda parte detém-se no contexto religioso, concretamente com a restauração das Dioceses e com a Reforma Gregoriana.

No segundo capítulo explanamos sobre a vida e obra de São Teotónio, iniciando este capítulo com uma análise à obra *Vita Sancti Theotonii*, abordando assim de forma sucinta a sua vida e obra. Para completar este estudo, aprofundámos também a espiritualidade de São

¹ PEREIRA, Maria Helena da Rocha, *Vida de S. Teotónio*, Igreja de Santa Cruz, Coimbra, 2012.

² NASCIMENTO, Aires, *Vida de São Teotónio*, Edições Colibri, Lisboa, 2013.

Teotónio, que se refletiu no mosteiro de Santa Cruz de Coimbra. Procuramos ainda, neste capítulo, discorrer acerca das práticas litúrgicas neste mesmo mosteiro.

No terceiro e último capítulo, dedicamo-nos ao estudo iconográfico de São Teotónio, dividido também em duas partes. Iniciamos com a análise da estatuária, analisando também os atributos com que este santo é representado; depois, as representações pictóricas, e terminamos com a análise das representações em azulejaria. A segunda parte é dedicada às representações de São Teotónio existentes em Viseu.

No final da dissertação encontram-se os anexos onde se apresenta uma tabela comparativa de toda a estatuária, por nós analisada no terceiro capítulo, com a respectiva localização e atributos. Além desta tabela, os anexos contêm o registo fotográfico de todas as representações por nós estudadas ao longo desse último capítulo.

Trata-se, pois, de um longo caminho que nos irá, estamos certos, permitir um maior conhecimento e divulgação da vida e obra de São Teotónio. E, desta forma, poderemos bendizer e dar graças a Deus porque, se desde sempre o amou e chamou à santidade, também a cada um de nós, desafia a realizar o mesmo percurso.

Capítulo 1

Contexto histórico e religioso do tempo de São Teotónio

O tempo em que viveu São Teotónio foi de grandes crises a nível político e religioso. Estas crises tinham como principal motivo a guerra travada entre cristãos e mouros, em que os cristãos tentavam reconquistar o território perdido há quatro séculos. Os muçulmanos entraram na Península Ibérica em 711 e, em poucos anos, conquistaram praticamente toda a Península. Embora tenha havido uma retaliação vitoriosa dos reinos ibéricos, esta foi conseguida muito lentamente, ao longo de muitos séculos.

Esta reconquista trouxe imensos obstáculos e dificuldades à Coroa, isto porque qualquer que seja a guerra gera sempre instabilidade aos governos e diminui drasticamente a demografia. Além disso, os que sobrevivem e que vivem na fronteira, acabam por perder tudo o que têm. Os avanços e recuos da fronteira, normais numa guerra, são geradores de pobreza. E, por fim, também a desorganização eclesial se faz sentir, pois à medida que as fronteiras

avançam e recuam também as dioceses vão sendo erigidas e extintas, conforme as necessidades.

1.1 – Contexto histórico

Neste capítulo, vamos primeiro compreender como surgiu a ameaça muçulmana e qual foi a resposta visigótica, para depois aprofundarmos a fundação do reino de Portugal e a sua influência na reconquista.

1.1.1 – Invasão muçulmana e conseqüente reconquista cristã

São Teotónio viveu numa Europa em constante mudança, quer a nível interno, devido ao movimento religioso, político e militar das cruzadas, quer a nível externo, com a invasão muçulmana e subsequente reconquista cristã.

A invasão muçulmana na Península Ibérica iniciou-se no ano de 711, sob o eficaz comando de Tariq, vassalo de Musa Nusayr, governador da Ifriquiya (região correspondente à atual Tunísia). Desembarcaram no sul de Espanha, com uma força avaliada em 7000 homens, nas margens de Wagi Lago, atual rio Barbate.³ Este exército muçulmano venceu o rei visigodo, Rodrigo, que viria a desaparecer no campo de batalha depois de ter sido supostamente traído por parte do seu exército.⁴ O desaparecimento do rei e a ausência de uma oposição devidamente estruturada ditaram a conquista de muitas cidades visigóticas. Alguns autores defendem que a maioria das cidades foram conquistadas por capitulação, a troco de os cidadãos continuarem como proprietários dos seus terrenos. Porém, para que tal acontecesse,

³ Cf. MACÍAS, Santiago, “O Garb-al-Andaluz: Resenha dos factos políticos”, in MATTOSO, José (Dir.), *História de Portugal. Antes de Portugal*, 418.

⁴ Cf. OLIVEIRA, Miguel de, *História eclesiástica de Portugal*, 56-57. E cf. ALMEIDA, A. Roque de, *Para ler a História da Igreja em Portugal*, 43.

os cidadãos teriam de pagar um imposto elevado ao governo muçulmano.⁵ Por incrível que possa parecer, os invasores conseguiam entrar dentro das cidades com o auxílio das próprias populações. Joaquim Chorão Lavajo enumera vários motivos para esta atitude da população: a discordância do clero relativamente a algumas medidas do poder político, o descontentamento generalizado do povo devido aos altos impostos que lhes eram cobrados, a própria instabilidade política em que se vivia (rodriguistas e vitizanos⁶), a vontade dos escravos obterem a sua liberdade, o desejo que a comunidade judia tinha de deixar de ser perseguida e ainda algumas traições de famílias nobres que apoiaram os invasores em busca de poder.⁷ Catarina Tente, baseada em outros autores, responsabiliza principalmente a comunidade judia pela invasão de muitas das cidades tomadas pelos berberes, pelo facto de que os judeus estavam descontentes com a perseguição levada a cabo pelo poder político e religioso, numa tentativa de mudarem as condições em que viviam.⁸ Algumas das medidas utilizadas inicialmente para converter os judeus foram: a proibição de exercerem cargos públicos; privação de contrair matrimónio ou ter qualquer relação com mulheres cristãs; proibição dos cristãos ajudarem pessoas judias e nenhum cristão podia ser escravo.⁹ Mais tarde a perseguição acentuou-se ao ser decretado, por exemplo, que:

“Os cristãos que recebessem ou possuíssem escravos judeus tinham a incumbência de vigiar os seus costumes e não permitir as práticas hebraicas. As crianças de ambos os sexos, a partir dos 7 anos, deveriam ser apartadas dos seus

⁵ Cf. MACÍAS, Santiago, “O Garb-al-Andaluz: Resenha dos factos políticos”, in MATTOSO, José (Dir.), *História de Portugal. Antes de Portugal*, 419.

⁶ O rei Rodrigo foi eleito rei em 709, substituindo o rei Vitiza (701-709) deposto por ser supostamente um rei fraco. Apesar de todo este processo ter sido legítimo, houve várias hostilidades por parte de partidários do rei deposto. Segundo Roque de Almeida, é provável que o principal traidor do exército do rei Rodrigo tenha sido Oppas, provável irmão de Vitiza e metropolitano de Sevilha. Cf. ALMEIDA, A. Roque de, *Para ler a História da Igreja em Portugal*, 43.

⁷ LAVAJO, Joaquim Chorão, “Islão e Cristianismo: entre a tolerância e a guerra santa”, in AZEVEDO, Carlos Moreira (Dir.), *História Religiosa de Portugal*, 93.

⁸ Cf. TENTE, Catarina, “Da fundação da diocese a 1147”, in PAIVA, José Pedro (Dir.), *História da diocese de Viseu. Séc. VI - 1505*, 444.

⁹ Cf. *Ibidem*, 443.

pais, ficando os seus senhores (donos) com a obrigação de os entregar a outros cristãos para que fossem criados longe da família.”¹⁰

Nos anos seguintes, a Península Ibérica estava praticamente conquistada pelos islâmicos, restando apenas uma resistência visigótica, nas Astúrias, região inóspita e pouco favorável a nível económico. Em todo este território conquistado, agora conhecido como al-Andaluz, era necessária uma ação de repovoamento. O sistema utilizado pelos árabes foi a distribuição de clãs ou tribos pelos vários castelos, sendo que a cada uma dessas tribos correspondia o governo e proteção dessa área onde estavam instalados. Nessas zonas, cada clã controlava tudo o que lhe dizia respeito, inclusivamente as redes viárias e a cobrança dos impostos junto das populações.¹¹ Todavia respeitavam a estrutura política básica dessas localidades, ao contrário do que comumente se afirma quando se fala na ocupação muçulmana da Península Ibérica, não houve uma mudança abrupta e radical dos sistemas governamentais, mas sim um estabelecimento de consensos e acordos entre o poder muçulmano e as cidades por eles conquistadas, nas quais colocavam pesados impostos que financiariam a expansão islâmica.¹² Este sistema estava a funcionar em pleno, enquanto o al-Andaluz era um emirado pertencente ao califado dos Omeias, sediado em Damasco. Todavia, após uma revolta, dá-se a queda da dinastia dos Omeias e os Abássidas tomam o poder do “mundo árabe”, fazendo surgir um novo califado sediado em Bagdade. Mas nem tudo foi tão linear, uma vez que o único sobrevivente dos Omeias fugiu para o al-Andaluz, mais concretamente para Córdova onde chegou em 756 e onde se proclamou emir, tomando o poder do então governante Abd ar-Rahman I, e se declarou independente do califado

¹⁰ *Ibidem*, 444.

¹¹ MACÍAS, Santiago, “O Garb-al-Andaluz: Resenha dos factos políticos”, in MATTOSO, José (Dir.), *História de Portugal. Antes de Portugal*, 419.

¹² Cf. *Ibidem*, 417.

Abássida. Este acontecimento foi um duro golpe no império islâmico, foi o início da sua prolongada decadência.¹³

Nem todas as tribos apoiavam esta atitude do novo emir, uma vez que o califado agora já não pertencia aos Omeias, mas sim aos Abássidas. O primeiro clã a gerar uma revolta foi o dos Yasubi, que proclamou a soberania do califa Abássida em oposição ao proclamado emir Omeia. Esta rebelião terá começado na cidade de Beja e ter-se-á espalhado por todo o al-Andaluz. Porém, o emir Omeia conseguiu travar estas revoltas com recurso à traição, mantendo-se, assim, no governo do emirado. Ora, estas lutas internas enfraqueceram e ocuparam os islâmicos, dando oportunidade a Afonso II para iniciar, em 798, uma vitoriosa campanha contra os muçulmanos, chegando mesmo a conquistar Coimbra e Lisboa. Contudo, tanto estas duas cidades como outras não devem ter resistido durante muito tempo até serem reconquistadas pelos muçulmanos, uma vez que Viseu em 845 teve de ser novamente reconquistada pelo rei asturiano Ramiro I e a região envolvente, na década de 70 do mesmo século, pelo rei D. Afonso III.¹⁴ Estas importantes conquistas dos reis cristãos coincidiram com o período de maior instabilidade dos muçulmanos, isto porque continuavam a existir revoltas por parte de algumas tribos. Até que, em 929, mais de um século depois do início das revoltas, o califa Abd ar-Rahman III consegue unificar o emirado, promovendo a paz, e declara-se califa de Córdova, independente do governo Abássida.¹⁵ Sobre o seu sucessor al-Hakam II pouco há a dizer, uma vez que governou durante um período de paz. O terceiro califa de Córdova, Hisham II, devido à sua minoridade, entrega o governo ao seu *hajib* (prefeito do palácio), al-Mansur Abi Amir, conhecido nas crónicas cristãs como Almançor. Nos finais do século VIII e inícios do século IX, al-Mansur iniciou uma série de vitoriosas e

¹³ Cf. *Ibidem*, 420.

¹⁴ Cf. TENTE, Catarina, “O episcopado até 1147”, in PAIVA, José Pedro (Dir.), *História da diocese de Viseu. Séc. VI - 1505*, 176-177.

¹⁵ Cf. MACÍAS, Santiago, “O Garb-al-Andaluz: Resenha dos factos políticos”, in MATTOSO, José (Dir.), *História de Portugal. Antes de Portugal*, 419.

devastadoras campanhas contra os territórios cristãos reconquistando o vasto território até chegar ao Santuário de Santiago de Compostela, em 997, e ter sido o protagonista da sua destruição.¹⁶ Segundo Catarina Tente, o historiador árabe Ibn Idhārī cita uma obra de Ibn Hayyān em que é referido que foi em Viseu que Almançor terá reunido com alguns condes cristãos e onde terão preparado o ataque e destruição do supracitado Santuário cristão.¹⁷

Em 1002, após a morte de al-Mansur, sucede-lhe o filho Abd al-Malik que governou até à sua morte, em 1008. Esta instabilidade aliada ao facto de al-Mansur ter trazido mercenários do Norte de África, e que agora começavam a minar a partir de dentro o poder central, desencadeou novamente um período de instabilidade e revoltas contra a dinastia Omeia. Em 1012, esta instabilidade ainda se acentua mais, após o assassinato do califa Hisham II, colocando assim em causa a legitimidade do califado de Córdova. Desencadearam-se múltiplas revoltas que se prolongaram até 1031, data da desagregação final do poder central deste califado e início de um sistema de governo por taifas, isto é, dividido em inúmeras unidades políticas independentes.

Muitas destas taifas tiveram uma existência breve, sendo que as três maiores e mais importantes foram Badajoz, Toledo e Saragoça, que por conseguinte eram as três taifas que faziam fronteira com os reinos cristãos. Este regime político causou uma desorganização que levou a uma decadência ainda maior do domínio muçulmano na Península. Além disso, Fernando Magno, rei de Leão e Castela, vai aproveitar as escaramuças entre a taifa de Badajoz e a de Sevilha para conseguir conquistar Lamego (1057), Viseu (1058) e, especialmente, em 1064, a importante cidade fortificada de Coimbra, estabelecendo a fronteira na linha do Mondego. Os reis cristãos conseguiam conquistar territórios e exigir elevados tributos às taifas, o que lhes permitia aumentar o seu exército e ao mesmo tempo

¹⁶ Cf. *Ibidem*, 423.

¹⁷ Cf. TENTE, Catarina, “O episcopado até 1147”, in PAIVA, José Pedro (Dir.), *História da diocese de Viseu. Séc. VI - 1505*, 180.

debilitar ainda mais o inimigo. Em 1085, o rei de Leão e Castela, Afonso VI, consegue mais uma importante vitória para os cristãos ao conquistar a cidade de Toledo, esta que era uma das mais importantes taifas, permitindo levar a fronteira para a linha do Tejo.¹⁸

Os emires das taifas de Sevilha, Badajoz e Granada, ao verem que estavam a perder a guerra, pediram ajuda ao emir almorávido, Yusuf Tasufin, para resistirem às conquistas dos cristãos.¹⁹ Esta iniciativa foi muito bem sucedida, na batalha de Zalaca, com o auxílio dos novos aliados, os emires derrotaram Afonso VI. No entanto, os almorávidos subjugarão as taifas entre 1090 e 1110 e anexaram esses territórios ao seu império do Norte de África.

Foram, também, os almorávidos que conseguiram reconquistar Lisboa ao reino de Leão e Castela, assim como Badajoz, que tinha sido recentemente conquistado pelos cristãos. Esta batalha terá uma grande importância para o futuro de Portugal, como teremos oportunidade de explorar com mais pormenor no número seguinte.

Mais tarde, com as investidas dos reis Afonso I de Aragão e Afonso VII de Leão e Castela, os almorávidos perdem Saragoça, em 1118, e começam a entrar em declínio, dando origem a um novo governo de taifas. Porém, este sistema de taifas não durou muito tempo, uma vez que surgiria um novo poder central muçulmano. Os almóadas conseguiram conquistar não só todo o antigo império almorávido do Norte de África, como também conquistaram as taifas do al-Andaluz, em 1145. Todavia enquanto que o primeiro califa almóada se destacou pela conquista do al-Andaluz, o segundo viu a sua tarefa muito dificultada pelo surgir de um novo rei cristão, D. Afonso Henriques.

¹⁸ Cf. MACÍAS, Santiago, “O Garb-al-Andaluz: Resenha dos factos políticos”, in MATTOSO, José (Dir.), *História de Portugal. Antes de Portugal*, 426.

¹⁹ Cf. VENTURA, Leontina; MATOS, João da Cunha, “O entre Douro e Tejo ao tempo de São Teotónio”, in AA. VV., SOALHEIRO, João; EUSÉBIO, Maria de Fátima (coordenação), *São Teotónio. Patrono da Diocese e da Cidade de Viseu*, 23.

Até 1162, ano do falecimento de São Teotónio, nada mais de grande relevância aconteceu na reconquista cristã.

1.1.2 – O nascimento e afirmação do Reino de Portugal

Neste subcapítulo, tal como no anterior, apresentaremos a reconquista cristã, porém no contexto do aparecimento do Reino de Portugal e do reinado do seu primeiro rei, D. Afonso Henriques, e por conseguinte a política interna e externa dos reinos cristãos da Península Ibérica.

Após a batalha de Zalaca, em que Afonso VI teve uma preocupante derrota, começaram a chegar à Península vários cavaleiros de além-pirinéus não só para ajudar as forças cristãs na luta contra os invasores, mas também movidos pelo desejo de conquistarem poder, prestígio e riqueza.²⁰ Numa das primeiras levas de cavaleiros francos, encontrava-se o conde D. Raimundo de Borgonha.²¹ Em 1090, morreu o rei Garcia, soberano da Galiza, e o seu irmão Afonso VI assume o governo do reino do monarca falecido e nomeia para seu governador o conde de Borgonha, que casara com a sua filha Urraca, tornando-se um potencial herdeiro do trono leonês. Ao governar a Galiza, D. Raimundo tinha poder sobre toda a zona ocidental do reino de Afonso VI, incluindo os condados de Portucale e de Coimbra.²²

Apesar do constante aumento de perigo almorávida, a taifa de Badajoz manteve-se independente. No entanto, estava a ser pressionada por duas frentes: a norte, por Afonso VI, e a sul, como referido, pelos almorávidos. Em 1093, para tentar permanecer independente, esta taifa aliou-se a Afonso VI. Em troca das cidades de Lisboa e Santarém dadas pela taifa, Afonso VI passaria a ajudar na defesa da mesma contra os almorávidos. Esta decisão deu aos

²⁰ Cf. *Ibidem*, 23-24.

²¹ Cf. MATTOSO, José, “A emergência de uma unidade política e a conquista da autonomia (1096-1139)”, in AA. VV., *História de Portugal. A monarquia feudal (1096-1480)*, 24.

²² Cf. *Ibidem*, 26.

inimigos berberes o motivo que precisavam para conquistarem não só mais uma taifa, como também para matarem o governante de Badajoz e o seu herdeiro. Dirigiram-se depois para Lisboa, que conquistaram facilmente sem que Afonso VI ou o seu vassalo D. Raimundo conseguissem impedir. D. Raimundo tentou recuperá-la mas fracassou, motivo pelo qual Afonso VI, em 1095, foi à cidade de Santarém, onde deu foral aos cavaleiros dessa cidade a fim de os encorajar na sua defesa, para que não tivesse o mesmo desfecho de Lisboa, de onde agora surgiam numerosos ataques almorávidos.²³ Pelo facto do conde de Borgonha ter deixado conquistar a importante cidade de Lisboa e não a conseguir reconquistar, o soberano decidiu dividir a Galiza. Acima do Minho, longe de conflitos militares, ficaria sob o governo de D. Raimundo (onde havia graves problemas internos) e entre o Minho e o Tejo ficaria sob o governo de D. Henrique de Borgonha, sobrinho da recém falecida rainha Constança, esposa de Filipe VI, e que tal como D. Raimundo também tinha vindo para o reino leonês.²⁴

Em relação a D. Henrique existe uma questão dúbia. Segundo José Mattoso há duas teses em relação à sua vinda e ascensão na Península Ibérica. A que mais historiadores²⁵ defendem é que D. Raimundo terá mantido sozinho o governo dos territórios entre o Minho e o Tejo até 1096 e que só depois dessa data foram entregues ao recém chegado D. Henrique. Porém, Almeida Fernandes sugere que a sua vinda terá sido anterior e que terá ajudado a governar este território, embora ainda subordinado de D. Raimundo.²⁶ A aposta de Afonso VI para o governo de Portucale não poderia revelar-se mais profícua, D. Henrique mostrou ser um grande guerreiro conseguindo excelentes resultados na defesa de Santarém.

²³ Cf. VENTURA, Leontina; MATOS, João da Cunha, “O entre Douro e Tejo ao tempo de São Teotónio”, in AA. VV., SOALHEIRO, João; EUSÉBIO, Maria de Fátima (coordenação), *São Teotónio. Patrono da Diocese e da Cidade de Viseu*, 24.

²⁴ Cf. *Ibidem*.

²⁵ São eles: Avelino Jesus da Costa, Torquato de Sousa Soares, Rui de Azevedo, Paulo Merêa e o próprio J. Mattoso.

²⁶ Cf. MATTOSO, José, “A emergência de uma unidade política e a conquista da autonomia (1096-1139)”, in AA. VV., *História de Portugal. A monarquia feudal (1096-1480)*, 32.

Embora houvesse uma grande disparidade entre os dois condados deste território, Portucale e Coimbra, a mesma era ultrapassada devido à interdependência entre os dois. Por exemplo, Coimbra só conseguia resistir porque os vários senhores portugalenses estavam lá a protegê-la.²⁷ Porém, a ideia da supremacia de Portucale sobre todo o território entre o Minho e o Tejo prevaleceu desde cedo. Tal é corroborado pela intitulação dos condes D. Henrique, D. Teresa e de D. Afonso Henriques como senhores, condes, príncipes ou reis “portugalenses” ou “dos portugalenses”, quando também governavam o condado de Coimbra.²⁸

D. Henrique cumpriu o seu dever de vassalo de Afonso VI ao ir em seu auxílio na batalha de Malagón, em 1100, onde se destacou e demonstrou imensa perícia no campo de batalha, assim como demonstrou na defesa de Toledo, onde foi considerado um dos principais responsáveis pela vitória cristã.²⁹ Porém, em 1111, não conseguiu resistir ao ataque dos sarracenos e deixou cair a cidade de Santarém. Este seu descuido na defesa de Santarém, segundo os historiadores, terá como principal motivo o facto de ele ter desviado a sua atenção para outras batalhas entre 1110 e 1111. Cumprindo o seu dever de vassalo, foi primeiro chamado por Afonso I de Aragão para o ajudar numa batalha contra D. Urraca e, no ano seguinte, trocou de posição no campo de batalha e defendeu D. Urraca contra o mesmo rei. Isto sucedeu em 1109, após a morte de Afonso VI e ao imediato casamento da rainha com o rei de Aragão. Porém, o casamento dos dois monarcas foi marcado desde o início pelas constantes desavenças, constando que o motivo seria o de Afonso I pretender tanto o trono leonês quanto a rainha, e por isso instalou-se a guerra.

Em abril do ano seguinte, D. Henrique sucumbiu e, assim, deixa o condado portugalense numa situação muito complicada. O infante D. Afonso Henriques ainda não tinha idade suficiente para governar, uma vez que nasceu em 1109, e, portanto, teria que ser a

²⁷ Cf. *Ibidem*, 34.

²⁸ Cf. *Ibidem*, 14.

²⁹ Cf. *Ibidem*, 34.

esposa de D. Henrique, filha ilegítima de Afonso VI, a governar o condado. Esta vivia um impasse muito grande: de um lado tinha os nobres portugalenses que queriam permanecer autónomos da Galiza e do outro tinha uma forte pressão galega para que casasse com um membro da família dos Trava, de forma a reunificar Portucale e a Galiza, tal como era outrora, no tempo do rei Garcia.³⁰

A instabilidade tinha-se instalado por todo o condado. Mas se no condado portugalense se vivia esta instabilidade, ao lado, em Leão e Castela, vivia-se uma situação ainda mais complicada. Após a morte de Afonso VI, em 1109, surgiram três grupos partidários, um deles apoiava a linhagem franco-leonesa, e portanto queriam que Afonso Raimundes, filho de D. Raimundo, tivesse o seu trono assegurado, mas para tal, era necessário que a rainha se separasse de Afonso I de Aragão, porque, enquanto durasse o casamento, o herdeiro do trono seria o filho varão deste casamento. Outro grupo era o castelhano-leonês que começou por combater o primeiro apenas nas questões litúrgicas, não querendo aceitar a reforma romano-franca, mas depressa passou a ser também uma questão política ao querer que os cargos de poder ficassem apenas para nobres castelhanos. O último a surgir foi o grupo dos apoiantes do poder aragonês, que queria que o casamento real perpetuasse. Todavia, tal não aconteceu, uma vez que o partido franco-leonês conseguiu que o papa excomungasse todos os que apoiassem Afonso I de Aragão e através de uma bula papal separou os dois monarcas. Contudo, Afonso I ocupou Castela e permaneceu como seu governante, ficando D. Urraca apenas como rainha da Galiza e Leão.³¹

D. Teresa tentou aproveitar este momento de fragilidade da irmã para, juntamente com o conde de Trava, atacá-la e tomar o poder. É no contexto desta relação entre a rainha e D. Bermudo Peres Trava, que, segundo consta, seria mesmo uma relação amorosa, que mais

³⁰ Cf. *Ibidem*, 47.

³¹ Cf. *Ibidem*, 44-47.

tarde será impedida a união de D. Teresa e o irmão de D. Bermudo, D. Fernão Peres Trava. Isto, porque segundo o “direito canónico” da altura bastaria uma união ilícita anterior para impedir um casamento posterior com um consanguíneo próximo da pessoa com quem houvera relações.³² Esta relação de D. Teresa com D. Fernão Peres Trava foi severamente criticada, como iremos aprofundar posteriormente, por São Teotónio, quando os dois estavam a participar numa eucaristia na catedral viseense.³³

No entanto, entre 1116 e 1117, deu-se uma invasão almorávida contra Coimbra, complicando severamente a situação fronteiriça, observando a conquista de diversos territórios na periferia de Coimbra, colocando em perigo esta cidade. D. Teresa opta por colocar de parte a ideia de governar a Galiza através de uma ligação à família Trava e de fazer frente à rainha D. Urraca, para se preocupar exclusivamente com a defesa de Coimbra. Embora tenha colocado de parte a hipótese de unir novamente Portucale à Galiza, ainda conseguiu a ajuda de alguns cavaleiros galegos para defenderem a importante cidade fortificada. Talvez tenha sido um dos fatores que motivaram os berberes a abandonarem o cerco a Coimbra após três semanas do seu início.

Nesse ano, a rainha D. Urraca decide vingar-se da traição da irmã, aproveitando também o seu momento de fragilidade, e invade Portugal saqueando todo o território por onde passou, obrigando D. Teresa a refugiar-se no castelo de Lanhoso. Este episódio terminou com a sujeição de D. Teresa à rainha D. Urraca em troca de um acordo de paz.

Curiosamente, é a partir de 1117 que D. Teresa começa a assinar todos os documentos usando o título de “rainha”, sinal de que, embora se tivesse sujeitado a D. Urraca, ainda reivindicava os direitos que lhe cabiam como filha de Afonso VI. Entre esses direitos, estava

³² Cf. *Ibidem*, 48.

³³ Cf. NASCIMENTO, Aires, *Vida de São Teotónio*, 101.

o de usar o título de rainha e o de governar como soberana uma parte dos territórios governados pelo pai, como era o caso de Portucale.³⁴

Em 1121, dá-se uma nova aproximação da rainha D. Teresa com os Trava, por intermédio de D. Fernão Peres, que passa a desempenhar importantes funções no governo de Portucale, aparecendo a sua assinatura em documentos como sendo o *fidelis* da rainha e noutros como conde com autoridade sobre os condados de Portucale e Coimbra. Sobre isto há duas hipóteses em aberto: esta aproximação com os Trava gerou-se por um casamento ilícito ou, então, foi uma consequência do acordo de paz que as duas irmãs assinaram e D. Fernão Peres desempenhava estas funções a mando da coroa leonesa.³⁵

Os laços entre as duas famílias continuavam a crescer, uma vez que a filha de D. Teresa, Urraca Henriques, constituíra matrimónio com Bermudo Peres. A vinda dos Trava para a corte de Portugal, motivada pelas funções desempenhadas por D. Fernão e pelo casamento que selava a união das famílias, não agradou aos nobres portugalenses que voltavam a temer pela sua independência. Estes sentiam-se ultrajados pelo facto de a nobreza galega também fazer parte da corte portugalense, colocando-os no mesmo patamar deles próprios que eram portugalenses.³⁶ Talvez por isso é que, neste ano, as principais famílias nobres portugalenses deixaram de ter presença na corte, tal é o caso dos Ribadouro, Egas, Mendo Moniz, Maia e Paio Soares. Todos estes nobres que outrora tinham sido recompensados por D. Henrique com altos cargos no governo do condado, agora não tinham sequer acento na corte. Em 1125, a situação agravou-se com a saída de mais nobres importantes.³⁷

³⁴ Cf. MATTOSO, José, “A emergência de uma unidade política e a conquista da autonomia (1096-1139)”, in AA. VV., *História de Portugal. A monarquia feudal (1096-1480)*, 49.

³⁵ Cf. *Ibidem*, 51-52.

³⁶ Cf. *Ibidem*, 53.

³⁷ Cf. *Ibidem*, 54.

Nesta altura, o infante D. Afonso Henriques já teria maioridade, uma vez que era alcançada aos catorze anos. No entanto, foi só dois anos mais tarde, em 1127, que os nobres do Entre Douro e Minho iniciaram uma revolta à qual se juntou o futuro rei de Portugal. Segundo consta terá mesmo conquistado alguns castelos à sua rainha, entre eles, o de Neiva. Até este momento, nada indicava que houvesse algum conflito com a mãe ou com D. Fernão Peres Trava.

D. Urraca faleceu no ano anterior, sucedendo-lhe o seu filho, Afonso VII. Este quis que todos os Estados que dominava lhe jurassem vassalagem. Para isso, rumou com um grande exército a Castela que ainda estava sob o domínio de Aragão e conseguiu reconquistá-la. Faltava resolver o problema da Galiza, e por isso marchou até lá, onde enfrentou a sua tia, D. Teresa, que recusava prestar-lhe vassalagem uma vez que esta monarca tinha pretensões de conquistar o condado de Toronho que pertencia-lhe. Foi no contexto desta invasão castelhana-leonesa que, em setembro de 1127, se deu o cerco de Guimarães onde D. Afonso Henriques se destacou como o principal responsável pelo sucesso obtido na resistência às tropas do primo.³⁸ Outros responsáveis por este sucesso foram precisamente os nobres que abandonaram a corte, descontentes com o governo de D. Teresa, tais como os Ribadouro e os Maia. Ao contrário de D. Afonso Henriques, D. Fernão de Trava terá ficado inerte, sem reagir aos ataques do soberano leonês, talvez motivado por um tratado de paz que ele e D. Teresa terão assinado meses antes.

A 31 de março de 1128 houve uma tentativa de entendimento entre os nobres revoltosos e os apoiantes de D. Teresa; porém, de nada serviu e o conflito evoluiu para um confronto militar. Em junho desse ano os exércitos de D. Afonso Henriques e de D. Teresa encontram-se em São Mamede, perto de Guimarães. Um cónego de Santa Cruz frisou que a

³⁸ Cf. *Ibidem*, 57.

batalha realizou-se no dia de São João Batista, querendo criar o presságio de que tal como o santo anunciou a vinda de Cristo, também esta batalha anunciaria um novo caminho para o condado Portucalense.³⁹ Com a vitória de D. Afonso Henriques e dos nobres portucalenses, conseguiram colocar este infante no governo do condado portucalense. Além disso, ainda conseguiram que fosse rejeitada a autoridade dos Travas, do arcebispo de Compostela (nomeado recentemente por Afonso VII para governar toda a Galiza, incluindo Portugal) e de toda a nobreza galega que anteriormente se encontravam na corte. Desse modo, foi inviabilizada a hipótese de a Galiza voltar a englobar Portugal, como queriam os galegos e os leoneses.

Após esta batalha, D. Afonso Henriques começou a desempenhar as funções de regente do Condado Portucalense, não como “conde”, mas sempre como “príncipe” ou “infante”, reivindicando a ascendência régia, tal como a sua mãe tinha feito outrora. Com esta atitude, requeria mais dignidade do que a dos condes e, principalmente, o direito de suceder no governo de algum dos Estados governados pelo seu avô, Afonso VI. No entanto, Afonso VII tinha uma opinião muito complexa acerca dessas aspirações de D. Afonso Henriques. Se, por um lado, aceitava que o primo reivindicasse o sangue real que lhe corria nas veias, por outro lado, recusava-se a aceitar a sua pretensão de independência. Por essa razão, Afonso VII, tentou por diversas vezes que o infante se reconhecesse como seu vassalo, o que nunca sucedeu.

Em novembro de 1130, morre D. Teresa, desvanecendo qualquer aspiração dos Travas em governar Portugal, pois D. Afonso Henriques ficava com toda a legitimidade para

³⁹ Cf. *Ibidem*.

governar. Isto, porque da união ilegítima de D. Teresa com D. Fernão não tinha nascido nenhum varão, apenas tinha nascido uma filha.⁴⁰

D. Afonso Henriques, tal como a sua mãe, também tinha a intenção de aglomerar os condados galegos de Límia e Toronho ao território portugalense. Mas, em vez de conquistá-los à força, conquistou-os pela diplomacia e pela confiança, através de uma aliança estabelecida com os dois condes. Sabendo que o primo não iria aceitar esta decisão dos seus condes, D. Afonso Henriques não perdeu tempo e mandou construir um castelo no condado de Límia. Todavia foi em vão, porque Afonso VII marchou até Límia, destruiu o castelo e obrigou os dois condes galegos a jurarem-lhe vassalagem.

O infante, em 1134, decide começar a sua própria campanha contra os mouros, porque antes já tinha ajudado outras forças cristãs na reconquista, mas nunca por iniciativa própria. No ano seguinte, o rei Afonso VII faz-se coroar imperador, uma vez que tinha como vassalos outros reis. Isto, porque, depois da morte de Afonso I, o seu sucessor Ramiro II, jurou vassalagem a Afonso VII, juntando-se já ao rei de Navarra que também era vassalo da coroa de Leão e Castela. O facto de D. Afonso Henriques ser neto do rei Afonso VI e, supostamente, também ter-lhe jurado vassalagem ainda lhe dava mais dignidade. Embora esta fosse uma situação pouco clara, nem Afonso VII nem D. Afonso Henriques se importaram com isso, pois era favorável para os dois lados. A Afonso VII convinha a vassalagem de D. Afonso Henriques, como já foi referido, enquanto que a D. Afonso Henriques também convinha manter esta situação de dúvida para que pudesse governar sem oposição e sem ter um grande vínculo com a coroa de Leão.⁴¹

D. Afonso Henriques mandou construir vários castelos a sul de Coimbra como forma de defender esta tão importante cidade, onde nesta altura já se situava a corte, como iremos

⁴⁰ Cf. *Ibidem*, 59.

⁴¹ Cf. *Ibidem*, 61.

ver de seguida. Destaca-se o importante castelo de Leiria, principal ponto de defesa que impedia as consecutivas incursões muçulmanas contra Coimbra, vindas de Santarém e Lisboa, que, outrora, aconteciam. Assim, o povo de Coimbra podia sair sem medo da zona muralhada e cultivar as terras em volta da cidade, contribuindo para um abastecimento profícuo de toda a cidade. Além disso, as forças portuguesas lançavam vários ataques a partir destes castelos com o intuito de pilharem vários vilarejos muçulmanos.⁴²

Foi devido às várias vitórias frente aos exércitos árabes, que D. Afonso Henriques, pelo destaque, importância, poder e território alcançados, conseguiu passar de um pequeno condado para um reino dividido por províncias. Uma das mais importantes batalhas vencidas por D. Afonso Henriques foi a de Ourique, em 1139. Segundo consta, nesta batalha, as tropas muçulmanas eram constituídas pelos chefes militares de Sevilha, Badajoz, Elvas, Évora e Beja. Há duas teorias para explicar o motivo de tantos chefes militares estarem reunidos: a primeira afirma que talvez fossem atacar Coimbra e o infante surpreendeu-os indo ao seu encontro e, beneficiando assim do efeito surpresa, conquistou uma importante vitória; outra sugere que se preparavam para combater Afonso VII, que, nesta altura, cercara a cidade de Oreja. Seja como for, foi a maior vitória que D. Afonso Henriques obtivera até ao momento contra os muçulmanos e que lhe conferiu bastante respeito perante os outros governantes da Península, sobretudo junto de Afonso VII.⁴³

A maior parte do mérito da campanha militar é atribuído à sua decisão de, em 1130, mudar a localização da corte de Guimarães para Coimbra. Não só o colocou mais perto da fronteira e, portanto, do campo de batalha, como também o deixou perto do mosteiro de Santa Cruz de Coimbra. Ao estar junto da fronteira podia tomar decisões muito mais rapidamente e ter um maior êxito na reconquista, enquanto que ter o mosteiro de Santa Cruz de Coimbra na

⁴² Cf. *Ibidem*, 69.

⁴³ Cf. *Ibidem*, 70.

mesma cidade permitiu usufruir dos tributos culturais do mosteiro. Este tornou-se o centro de apoio cultural da corte e de todo o condado, ganhando imenso destaque e importância, ao mesmo tempo que ajudou a uniformizá-lo, a colocar de lado todas as diferenças entre os condados de Coimbra e de Portucale. Além disso, o mosteiro e os seus cónegos foram importantíssimos no acompanhamento espiritual de toda aquela zona fronteiriça, assim como na implementação da reforma litúrgica através da Regra de Santo Agostinho.

Esta mudança da corte também a afastou dos territórios dos vários nobres senhoriais, que dominavam todo o norte do condado. Este afastamento foi um benefício para D. Afonso Henriques porque ele devia-lhes o “poder”, mas não podia permitir que o seu governo dependesse deles. Portanto, para não hostilizar estes nobres atribuí-lhes mais alguns coutos e doa alguns mosteiros que estavam dentro dos seus territórios senhoriais, no entanto não lhes concede mais poder, de forma a não colocar em causa o seu governo.⁴⁴

Todavia, em 1140, a campanha vitoriosa de D. Afonso Henriques sofre um revés. Os mouros têm uma importante vitória sobre as forças portuguesas e ameaçavam rumar a Coimbra. Este acontecimento obrigou o governante português a retirar algumas defesas da fronteira com a Galiza e enviá-los para defender Coimbra. Assim, teve de colocar a hipótese de conquistar mais territórios a norte de lado por uns tempos, para que não perdesse a sul a cidade de Coimbra, núcleo do condado.

Em 1141, D. Afonso Henriques demonstra não ter desistido de conquistar mais territórios a norte e volta a tentar conquistar Toronho. No entanto, Afonso VII apareceu e não chegou a haver batalha uma vez que, com o auxílio de D. João Peculiar, bispo de Braga, os reis chegaram a um acordo de paz. Usamos o termo “reis”, porque D. Afonso Henriques, por

⁴⁴ Cf. *Ibidem*, 64-69 e Cf. VENTURA, Leontina; MATOS, João da Cunha, “O entre Douro e Tejo ao tempo de São Teotónio”, in AA. VV., SOALHEIRO, João; EUSÉBIO, Maria de Fátima (coordenação), *São Teotónio. Patrono da Diocese e da Cidade de Viseu*, 28.

volta de 1139, começa a usar esse título, sem que se consiga saber concretamente em que circunstâncias isso aconteceu.⁴⁵ Segundo uma fonte leonesa, “*Crónicas de Afonso imperador*”, citada por Mattoso⁴⁶, os portugueses começaram a chamar “rei” a D. Afonso Henriques logo depois da morte da sua mãe, que já era tratada por rainha de Portugal. Porém, a tradição lusitana, a partir do século XIV, afirma que este título foi recebido por aclamação pelos guerreiros depois da vitória na batalha de Ourique, que se deu entre julho de 1139 e fevereiro de 1140, coincidindo com esta atualização do título heráldico utilizado pelo governante. A Igreja, no entanto, não atribui a legitimação do título de rei por esta aclamação, talvez por não ter havido uma coroação litúrgica, como haverá depois com Sancho I e seus sucessores, o que explicaria o papa ter uma maior relutância em reconhecer esse título do que o próprio imperador Afonso VII. Isto, porque, como iremos ver posteriormente com mais detalhe, em 1143 o rei português torna-se vassalo do papa, devendo considerá-lo a única autoridade, deixando de ser vassalo de Afonso VII.

Entretanto, a 5 de outubro de 1143, consegue que Afonso VII, assim como todos os outros reis peninsulares, o reconhecessem como rei independente através do Tratado de Zamora. Enquanto que Roma, só em 1179, através da bula *Manifestis Probatum* do papa Alexandre III, é que o reconheceu como rei independente. O que confirma esta relutância, por parte de Roma, em reconhecê-lo como rei.⁴⁷

José Mattoso aponta para a possibilidade de ter sido D. João Peculiar a ter esta esplêndida ideia de D. Afonso Henriques prestar vassalagem à Santa Sé, tendo em vista obter independência de Leão e Castela.⁴⁸ O bispo de Braga era extremamente hábil em obter apoios

⁴⁵ Cf. MATTOSO, José, “A emergência de uma unidade política e a conquista da autonomia (1096-1139)”, in AA. VV., *História de Portugal. A monarquia feudal (1096-1480)*, 62.

⁴⁶ Cf. *Ibidem*, 64.

⁴⁷ Cf. MATTOSO, José, “A monarquia guerreira (1139-1190)”, in AA. VV., *História de Portugal. A monarquia feudal (1096-1480)*, 64.

⁴⁸ Cf. *Ibidem*, 72.

de Roma, não só como bispo mas também como cónego regente de Santa Cruz, sendo ele próprio e D. Telo os responsáveis pelo processo de isenção do mosteiro conimbricense em relação à Sé de Coimbra.

Esta vassalagem à Santa Sé começou a desenrolar-se com a visita à Península Ibérica do cardeal Guido de Vico, legado pontifício, precisamente em 1143. Este cardeal vinha à procura de receber apoios financeiros para a Santa Sé, assim como também para coordenar e ficar inteirado sobre a aplicação da reforma gregoriana neste território. Em dezembro do mesmo ano, D. Afonso Henriques escreve ao Pontífice declarando que tinha prestado homenagem à Santa Sé, na pessoa de Guido de Vico, jurando-lhe vassalagem e encomendando o seu território a São Pedro e à Igreja romana.⁴⁹ Informa-o também de que se tinha comprometido a pagar um censo anual de quatro onças de ouro sob a condição de o papa defender a honra e a dignidade dele e do reino, frisando que ele não reconhecia autoridade de nenhum outro poder eclesiástico ou secular a não ser o do papa.⁵⁰

Ao ser vassalo do papa concentrou ainda mais os seus esforços na reconquista dos territórios aos árabes e abandonou as suas pretensões de alargar o território a norte, ficando definida aquela fronteira. Todavia, em 1158, aquando da separação dos vários Estados após a morte de Afonso VII, o inverso sucedeu-se. Houve uma tentativa falhada de Leão “reabsorver” o Reino de Portugal para os seus domínios.

Em 1147, D. Afonso Henriques consegue duas grandes vitórias contra os mouros ao conquistar Santarém e Lisboa. Não só por serem duas cidades importantes para os almorávidos, mas também porque eram destes dois redutos que partiam os imensos ataques ao Reino de Portugal, principalmente a Coimbra.

⁴⁹ Cf. OLIVEIRA, Miguel de, *História eclesiástica de Portugal*, 86.

⁵⁰ Cf. MATTOSO, José, “A monarquia guerreira (1139-1190)”, in AA. VV., *História de Portugal. A monarquia feudal (1096-1480)*, 64.

A conquista de Santarém deu-se a 15 de março de 1147. Foi um ataque surpresa e que terá contado não só com a ajuda de habitantes da cidade, mas também, pela primeira vez, com a entrada de Templários no exército do rei.⁵¹ Também terá tido, segundo a *Vita Sancti Theotonii*, a oração de São Teotónio e de todos os cónegos regantes a interceder por eles, para que alcançassem esta importante vitória.⁵² Esta conquista facilitou a tomada de Lisboa, que cerca de quatro meses depois já estava sob o cerco do rei e que viria a durar dezassete semanas, tendo fim a 14 de outubro de 1147, com vitória para os cristãos.⁵³ Esta vitória também mereceu referência na obra biográfica de São Teotónio, onde é destacada a importante ajuda dos cruzados.⁵⁴ Importa referir que o papa Eugénio III, nesse mesmo ano de 1147, promulgou uma bula em que designava a Península Ibérica como campo de Cruzada.⁵⁵ De salientar que esses mesmos cruzados, sedentes de sangue e propagadores exímios da ideia da guerra santa, ignoraram a habitual tolerância entre as duas culturas, a cristã e a muçulmana, e mataram o bispo moçárabe de Lisboa. Leontina Ventura e João da Cunha Matos⁵⁶ fazem referência que terá sido nesta conquista de Lisboa que D. Afonso Henriques terá aprisionado e escravizado mais de um milhar de moçárabes, apenas libertados depois da intervenção de São Teotónio. Porém, a biografia dá a entender que teria sido noutra situação, porventura numa batalha perto de Sevilha onde D. Afonso Henriques terá auxiliado outros reis cristãos:

“Foi o caso que, quando Afonso, nobre infante de Portugal, marchando à frente do seu exército em direção às regiões mais remotas de Hispânia vizinhas da metrópole que dá pelo nome de Sevilha, devastou quase toda a zona dos sarracenos, os seus homens de

⁵¹ Cf. OLIVEIRA, Miguel de, *História eclesiástica de Portugal*, 81.

⁵² Cf. NASCIMENTO, Aires, *Vida de São Teotónio*, 149-151.

⁵³ Cf. MATTOSO, José, “A monarquia guerreira (1139-1190)”, in AA. VV., *História de Portugal. A monarquia feudal (1096-1480)*, 75.

⁵⁴ Cf. NASCIMENTO, Aires, *Vida de São Teotónio*, 151.

⁵⁵ Cf. VENTURA, Leontina; MATOS, João da Cunha, “O entre Douro e Tejo ao tempo de São Teotónio”, in AA. VV., SOALHEIRO, João; EUSÉBIO, Maria de Fátima (coordenação), *São Teotónio. Patrono da Diocese e da Cidade de Viseu*, 29.

⁵⁶ Cf. *Ibidem*, 30.

guerra, entre prisioneiros incontáveis, fizeram cativos também um grupo de cristãos a que em língua vulgar dão o nome de moçárabes (...)⁵⁷

Sobre o ataque a Lisboa, José Mattoso refere que houve muito sangue derramado de parte a parte, tanto dos cristãos como dos mouros, porém tem uma opinião diferente dos autores supracitados uma vez que afirma que a maioria dos muçulmanos pôde abandonar a cidade e só aqueles que não puderam abandoná-la é que ficaram dependentes do rei de Portugal. Afirma também que este mesmo rei atribuiu muitos benefícios aos cruzados que ajudaram a conquistar a cidade. Nomeou como bispo de Lisboa o inglês Gilberto de Hastings, que pertencia ao grupo dos cruzados e permitiu-lhes que residissem na cidade reconquistada, se assim o desejassem.⁵⁸

De facto o ataque a Lisboa resultou na vitória, muito provavelmente, devido à ação dos cruzados. D. Afonso Henriques já deveria saber que iria receber esta ajuda para ter decidido atacar estes dois bastiões mouros. Terá sido o bispo do Porto que terá persuadido os cruzados a ajudarem o rei português a derrotar os mouros nesta campanha, uma vez que habitualmente faziam uma paragem nesta cidade para comprarem mantimentos.⁵⁹

Depois destas duas grandes vitórias, D. Afonso Henriques voltou a reforçar a defesa da fronteira, para isso atribuiu a defesa de Santarém e Lisboa aos Templários a quem doou, além de tributos, o castelo de Ceras, no ano de 1159, que pouco tempo depois substituíram pelo de Tomar.⁶⁰ Além desta preciosa aliança com os Templários, ainda fez outra aliança muito benévola para a estabilidade e prosperidade do reino chamando os cistercienses. Doou-lhes um grande território em Alcobaça, que estava completamente abandonado, para que pudessem construir um mosteiro, cultivar aquelas terras e contribuir para o repovoamento

⁵⁷ Cf. NASCIMENTO, Aires, *Vida de São Teotónio*, 137.

⁵⁸ Cf. MATTOSO, José, “A monarquia guerreira (1139-1190)”, in AA. VV., *História de Portugal. A monarquia feudal (1096-1480)*, 76.

⁵⁹ Cf. *Ibidem*, 75.

⁶⁰ Cf. *Ibidem*, 76.

daquela região. Também entregou o território de Leiria ao mosteiro de Santa Cruz de Coimbra com a mesma intenção.⁶¹

A última grande conquista portuguesa, antes da morte de São Teotónio, foi a conquista de Alcacer do Sal entre 1158 e 1160, referenciada na obra *Vita Sancti Theotoni*⁶², que refere que foi uma batalha muito prolongada. Desse modo, conquistou a fortaleza muçulmana mais próxima de Lisboa e Santarém e de onde poderiam surgir ataques a essas cidades.

1.2 – Contexto religioso

A invasão muçulmana não ditou apenas o contexto político da época em que viveu São Teotónio, também ditou uma grande mudança no quadro eclesial. Vamos, por isso, explorar também o contexto religioso, mais particularmente a reorganização da Igreja no território português com a restauração das dioceses e a reforma gregoriana. Esta reforma foi dos acontecimentos mais importantes da Idade Média, em contexto eclesial, e por isso era essencial neste primeiro capítulo fazermos referência não só ao aparecimento e difusão da reforma, como também à sua aplicação no condado portugalense.

1.2.1 – Restauração das dioceses nos séculos XI e XII

Uma das consequências da demorada reconquista foi a desorganização das dioceses existentes. Só depois de Coimbra ser reconquistada em 1064 é que se iniciou, com sucesso, esta restauração das dioceses, uma vez que até esse momento não foi viável este passo.

⁶¹ Cf. VENTURA, Leontina; MATOS, João da Cunha, “O entre Douro e Tejo ao tempo de São Teotónio”, in AA. VV., SOALHEIRO, João; EUSÉBIO, Maria de Fátima (coordenação), *São Teotónio. Patrono da Diocese e da Cidade de Viseu*, 32.

⁶² Cf. NASCIMENTO, Aires, *Vida de São Teotónio*, 151.

Conseguimos compreender o porquê se tivermos em conta que ao longo da reconquista houve muitos avanços e recuos nas fronteiras, por exemplo, no século IX foram restauradas as dioceses de Tui e de Viseu, mas com uma nova vaga de destruição no fim do século X, com al-Mansur a liderar os exércitos invasores, estas caem novamente nas mãos dos mouros.⁶³

Só com Fernando Magno, com a linha fronteira já no Mondego, é que foi seguro restaurar a diocese de Braga, em 1071. Só em 1080, dezasseis anos após a reconquista de Coimbra, é que a diocese de Coimbra foi restaurada sendo enviado para esta diocese o bispo D. Paterno (1080-1088). Mas, uma vez que tanto a diocese de Coimbra como as dioceses de Viseu e Lamego estavam muito debilitadas, a nível demográfico e económico, optaram por tornar Viseu e Lamego priorados da diocese de Coimbra.⁶⁴ Esta solução foi tomada para que a diocese de Coimbra estivesse estável a nível demográfico e económico mais depressa, sendo que, para isso recebia contributos monetários dos seus dois priorados. Porém, nem todos os autores concordam que essa fosse a principal razão, sendo que Maria Alegria Marques⁶⁵, pertinentemente, coloca esta teoria em dúvida. A autora afirma que tanto Viseu como Lamego eram das dioceses mais pobres e, portanto, pouco poderiam ajudar a diocese de Coimbra. Aponta que o verdadeiro motivo para a criação destes priorados seria a introdução da reforma gregoriana nessas dioceses, onde estava a ser tão difícil a sua implementação. Em 1092, quando D. Crescónio, tio de Teotónio, assumiu a cátedra de Coimbra, também já praticava atos de jurisdição episcopal em Viseu. Mais tarde, o papa Pascoal II reconhece e legitima esta situação com a bula *Apostolicae Sedis*, em 24 de março de 1101, a pedido do então bispo de Coimbra, D. Maurício.

⁶³ Cf. OLIVEIRA, Miguel de, *História eclesiástica de Portugal*, 64.

⁶⁴ Cf. MARQUES, José, “A realidade da Igreja no tempo de S. Teotónio”, 20.

⁶⁵ Cf. MARQUES, Maria Alegria, “O contexto eclesiástico das dioceses de Coimbra e Viseu à época de São Teotónio”, in AA. VV., SOALHEIRO, João; EUSÉBIO, Maria de Fátima (coordenação), *São Teotónio. Patrono da Diocese e da Cidade de Viseu*, 40.

Contudo houve várias tentativas de restauração da diocese de Viseu. Segundo o autor da *Vita Theotonii* várias vezes o conde D. Henrique e D. Teresa, com total apoio do clero e do povo deste priorado, tentaram convencer o prior, Teotónio, a aceitar o episcopado.⁶⁶ Porém, este sempre o recusou, segundo a citada biografia, por humildade. A ser verdade, estas solicitações terão que ter acontecido antes de 1112, ano em que faleceu o conde. Tendo em conta que, entre 1108 e 1109, a diocese de Coimbra atravessou um período de sede vacante, entre a saída de D. Maurício Burdino e a ordenação de D. Gonçalo Pais, este terá sido o período mais propício para ter havido esta tentativa de restauração da diocese de Viseu, mas não foi a única.⁶⁷ Por volta do ano 1120, o povo e o clero viseenses, com total apoio da monarquia, voltaram a tentar restaurar a diocese, desta vez tentando eleger o então presbítero Odório como seu bispo, porém, D. Gonçalo, bispo de Coimbra, tendo como argumento a bula supracitada, opôs-se de tal forma a que este priorado deixasse de pertencer à sua jurisdição que obrigou todo o clero viseense a professar por escrito a sua obediência à diocese de Coimbra.⁶⁸ A bula *Apostolicae Sedis* foi reconfirmada por diversos papas: Honório II, em 1125, com o envio de uma nova bula, *Aequitatis et justitiae*, que ainda esclarecia quanto aos limites entre a diocese do Porto e a diocese de Coimbra e os seus dois priorados;⁶⁹ Inocêncio II, em 1135; e Lúcio II, em 1144, com a bula *In emienti*.⁷⁰

Só em 1147 é que Lamego e Viseu deixaram de ser priorados e foram consideradas dioceses autónomas. O novo bispo de Viseu terá sido um antigo cónego regrante de Santa Cruz, D. Odório, que também terá estado ligado à fundação do mosteiro e terá sido o

⁶⁶ Cf. NASCIMENTO, Aires, *Vida de São Teotónio*, 99.

⁶⁷ Cf. TENTE, Catarina, “O episcopado até 1147”, in PAIVA, José Pedro (Dir.), *História da diocese de Viseu. Séc. VI - 1505*, Vol. 1, 183-184.

⁶⁸ Cf. MARQUES, Maria Alegria, “O contexto eclesiástico das dioceses de Coimbra e Viseu à época de São Teotónio”, in AA. VV., SOALHEIRO, João; EUSÉBIO, Maria de Fátima (coordenação), *São Teotónio. Patrono da Diocese e da Cidade de Viseu*, 41.

⁶⁹ Cf. TENTE, Catarina, “Da fundação da diocese a 1147”, in PAIVA, José Pedro (Dir.), *História da diocese de Viseu. Séc. VI - 1505*, Vol. 1, 433.

⁷⁰ Cf. TENTE, Catarina, “O enquadramento normativo e doutrinal até 1147”, in PAIVA, José Pedro (Dir.), *História da diocese de Viseu. Séc. VI - 1505*, Vol. 1, 156-157.

presbítero que, em 1120, quisera que ocupasse a cátedra viseense. As restaurações destas duas dioceses só terão sido possíveis, sem oposição da diocese de Coimbra, por essa diocese estar em Sé vacante, após a morte de D. Bernardo no ano anterior.

Em 1147, como já referimos no número anterior, D. Afonso Henriques conquistou a importante cidade de Lisboa com o auxílio dos cruzados e indicou um sacerdote dessa armada, Gilberto de Hastings, para ocupar a cátedra dessa cidade.

A restauração das dioceses deveu-se muito à excelente campanha do primeiro rei português, tendo em conta que a restauração de uma diocese “coroava” a estabilidade demográfica e eclesial que se vivia nesse espaço.⁷¹ Se à morte do conde D. Henrique havia apenas dois prelados residenciais, o arcebispo de Braga e o bispo de Coimbra, e se à morte de D. Afonso Henriques, em 1185, já havia sete bispos é facilmente compreendido o crucial papel de D. Afonso Henriques no âmbito da restauração das dioceses, oferecendo-lhes estabilidade e vários donativos.⁷²

1.2.2 – Reforma Gregoriana

A reforma gregoriana ficou assim conhecida por causa do nome do seu mais ilustre protagonista, o papa Gregório VII (1073-1085), e é considerada por alguns historiadores como o “maior feito da história religiosa da Idade Média”.⁷³ Porém, existem várias opiniões de que a reforma deveria chamar-se pontifícia tendo em conta todo o trabalho reformador

⁷¹ Cf. NOGUEIRA, Bernardo de Sá, “O espaço eclesiástico em território português”, in AZEVEDO, Carlos Moreira (Dir.), *História Religiosa de Portugal*, Vol 1, 170.

⁷² Cf. SOALHEIRO, João, “Religião e poder no Portugal do século XII: a restauração das sedes episcopais”, in AA. VV., *Arte, poder e religião nos tempos medievais. A identidade de Portugal em construção*, 18.

⁷³ Cf. TOUBERT, Pierre, “Réforme grégorienne”, in LEVILLAIN, Philippe (Dir.), *Dictionnaire historique de la paupaté*, 1432.

quer dos papas que antecederam Gregório e que iniciaram este movimento renovador, quer os seguintes que continuaram o seu trabalho.⁷⁴

O colapso do Império Carolíngio montou uma “anarquia feudal”, que aprisionou o papado a fações aristocráticas locais e desencadeou uma crise moral por toda a Igreja, particularmente marcada por simonia e pela intemperança moral do clero que casava e constituía família, praticando, assim, nicolaísmo. Embora a reforma gregoriana tenha tido outras consequências e implicações, vamos ater-nos a estas questões da luta contra as investiduras e a reforma do clero, que são as questões mais notáveis e nucleares da reforma.

A vida do clero foi marcada pelas mudanças da sociedade. Os senhores feudais governavam o património das igrejas que tivessem fundado e de outras descendentes dessas, nomeando um clérigo para cuidar dessa igreja. O mesmo acontecia com os mosteiros que fundassem ou que recebam a troco de protecção. Esta prática começou a gerar um constante uso de simonia e a levar o clero a esquecer-se de cura espiritual e apenas a dedicar-se às preocupações temporais. Algumas dioceses começaram a ser transformadas em feudos e os seus prelados em autênticos senhores leigos, esquecendo os seus votos de celibato, casando e constituindo família.

Nesta época, existiam numerosos casos de sacerdotes e bispos casados ou amancebados. O sacramento do matrimónio, nestes casos não era inválido, mas apenas ilícito por ser contrário ao direito. Segundo este mesmo direito, o clérigo seria destituído, porém por laxismo tal consequência caiu em desuso. O papa Nicolau II, para travar esta situação decretou a proibição dos leigos escutarem a missa celebrada por padres casados ou amancebados. Esta iniciativa será mais tarde retomada por Gregório VII.⁷⁵

⁷⁴ Cf. HERRERO, José Sánchez, *Historia de la Iglesia. II: Edad Media*, 207.

⁷⁵ Cf. *Ibidem*, 210.

A simonia correspondia à venda de sacramentos, como as ordenações maiores ou menores, mas também ao tráfico de influências para nomeações de cargos eclesiásticos. A prática mais frequente de simonia era a venda de dioceses e abadias pelo rei ou príncipe, em que os simoníacos pagavam-lhes para estes os investirem como bispos ou abades.⁷⁶

O cardeal Humberto da Silva Candida no seu tratado *Adversus simoniacos* considera que uma consagração episcopal contaminada pela prática de simonia não será portadora do Espírito Santo, por Este não poder ser comprado nem vendido. Para este cardeal, todas as ordenações sacerdotais celebradas por um simoníaco eram nulas; porém, nem todos os reformadores eram tão drásticos. Por exemplo, Pedro Damiano defendia que os sacramentos eram válidos, mesmo que celebrados por hereges, uma vez que o verdadeiro consagrante é Cristo e a Ele não se pode colocar limites.

A solução encontrada para salvar a Igreja foi a sua emancipação, recorrendo à primazia de Roma. Só assim, centralizando o poder da Igreja, seria possível a libertação do cesaropapismo e do poder da nobreza romana. Antes, Roma não interferia nos assuntos de uma diocese, a não ser que fosse algo muito grave. No século X, o cristianismo era como uma federação de províncias eclesiásticas com a mesma fé e a mesma disciplina que reconhece ao papa uma primazia de honra e o poder de decisão em casos extremos.⁷⁷ A queda do antigo império carolíngio afetou também esta estrutura da Igreja, pois, com desfragmentação do império, as províncias eclesiásticas raramente estavam sob autoridade de um único rei ou príncipe. Isto levou a vários problemas, principalmente ao de que havia bispos mais próximos de reis e príncipes que os investiram, do que dos seus metropolitas que os tinham consagrado. Foi por isso que a Igreja decidiu separar estes poderes, temporal e espiritual, e centralizar o poder em Roma.

⁷⁶ Cf. *Ibidem*, 211.

⁷⁷ Cf. *Ibidem*, 214.

A devoção a São Pedro e a primazia de Roma começaram a aumentar e exemplo disso é a abadia de Cluny que optou pela jurisdição direta de Roma para evitar as ingerências feudais. Este monaquismo renovado, em especial Cluny, foi um elemento fulcral no aumento de autoridade de Roma, formando uma vasta rede de abadias que fundou ou que reformou.⁷⁸ Além disso, Roma desenvolve uma doutrina teocrática que forçava os reis a conformar o seu governo e as suas políticas às diretrizes morais e religiosas da Santa Sé.⁷⁹ Contudo, a Igreja não tinha obtido ainda a sua plena liberdade, pois continuava sob o poder do imperador germânico, uma vez que era ele que fazia as nomeações eclesiásticas.

O papa Leão IX foi entronizado a 12 de fevereiro de 1049, depois de, em dezembro do ano anterior, ter sido designado papa pelo imperador Henrique III. Este papa é considerado por muitos como o verdadeiro iniciador da reforma dita gregoriana. Rodeou-se de um grupo eficaz de reformadores como: Pedro Damião, cardeal Humberto Silva Candida, Frederico de Lorena e Hildebrando, que mais tarde seria Gregório VII. Foi com este grupo que o papa conseguiu fazer frente à simonia, ao nicolaísmo e às investiduras, porém sem que houvesse ainda rutura com o imperador. Além disso, promoveram a vida comum dos clérigos como o melhor modelo de vida, enfatizando também a pobreza individual defendida na Regra de Santo Agostinho.⁸⁰

Dois meses depois de ser nomeado papa, pronunciou num concílio romano o anátema contra todos os que tinham aceite ou vendido cargos eclesiásticos e sacramentos. Além disso, todos os clérigos ordenados por simonia só seriam reintegrados após quarenta dias de penitência. Mais tarde, em outubro desse mesmo ano, através do Concílio de Reims, destituiu vários clérigos simoníacos. Posteriormente, ainda foi mais rigoroso e convidou todos os

⁷⁸ Cf. *Ibidem*, 214-215.

⁷⁹ Cf. TOUBERT, Pierre, “Réforme grégorienne”, in LEVILLAIN, Philippe (Dir.), *Dictionnaire historique de la paupaté*, 1433.

⁸⁰ Cf. *Ibidem*, 1434-1435.

clérigos e leigos a recusarem receber a comunhão das mãos de padres casados ou amancebados.⁸¹ Quando Leão IX morreu, permaneceu esta corrente renovadora através dos seus colaboradores, anteriormente referidos.

O papa Nicolau II, nomeado em janeiro de 1059, destacou-se também nesta luta reformadora. Foi neste papado que Roma se deu conta da séria ameaça à independência da Santa Sé, devido à ingerência romana e do império germânico. Por isso é que, além de todas as medidas já referidas, também alterou a forma de nomeação do papa. Num concílio em Latrão, promulgou o decreto *Praeducens sint* que defendia que o papa tinha de ser eleito pelos cardeais-bispos e, posteriormente, ratificada essa escolha pelos cardeais presbíteros e cardeais diáconos. Referia ainda que o lugar para a eleição seria sempre a cidade de Roma e que o escolhido devia ser da Igreja de Roma. Só se não houvesse ninguém capaz de tal empresa é que escolheriam alguém de outra Igreja Local. O imperador não aceitou esta decisão conciliar e os bispos germânicos rasgaram as actas enviadas por este papa. A nobreza romana também se manifestou contra as ideias do papa e decidiram apoiar o antipapa Bento X. Num concílio, em abril de 1059, Nicolau II proibiu a investidura laica e o nicolaísmo.

Em 1061, com a morte de Nicolau II foi eleito Alexandre II, no entanto um concílio em Basileia elegeu o antipapa Honório II. Foi o imperador que resolveu este cisma escolhendo Alexandre II para papa. Este papado continuou o ótimo trabalho que já vinha sendo desenvolvido pelos seus antecessores, no que diz respeito à reforma gregoriana. Viria a falecer em 1073.

Quem sucedeu a Alexandre II na cátedra romana foi Hildebrando de Suana, que desde o papado de Leão IX vinha a desempenhar um importante papel na defesa desta reforma. Hildebrando tomou o nome de Gregório VII e o seu papado durou cerca de doze anos.

⁸¹ Cf. HERRERO, José Sánchez, *Historia de la Iglesia. II: Edad Media*, 225.

Embora este papa não tenha trazido nenhuma ideia inovadora para implementar a reforma e resolver a crise, apenas continuou a fazer o que já era feito pelos seus antecessores, Gregório VII trouxe imenso vigor e rigidez, o que tornou as decisões papais mais eficazes e consistentes.⁸²

O papa Gregório VII, para divulgar e expandir a reforma, utilizou concílios, cartas pontificias e os seus legados. De facto, Gregório VII multiplicou os seus legados, tendo muito cuidado na sua escolha, de forma a que os legados escolhidos fossem os melhores e, assim, tivessem sucesso na sua missão de fazer a ponte entre o papa e os bispos e de promoverem a centralidade de Roma.⁸³

Em março de 1074, Gregório VII renovou a proibição que Nicolau II tinha feito, proibindo os fiéis de assistirem a missas celebradas por sacerdotes não celibatários, e pediu ainda a deposição dos sacerdotes simoníacos. Enviou os seus legados a vários países para que difundissem estas decisões e para que garantissem que as mesmas fossem cumpridas. No entanto, o clero germânico voltou a não concordar com estas decisões e não só proclamaram de herético o papa como ainda acrescentaram que prefeririam renunciar ao sacerdócio do que renunciar ao matrimónio. Além disso, os bispos germânicos continuaram a não aceitar a subordinação à Santa Sé. Em fevereiro de 1075, proibiu receber uma Igreja ou uma abadia das mãos de um leigo, nem por dinheiro nem sem dinheiro.

A propósito da defesa da centralidade do papado e do próprio papa, em março de 1075, o papa escreveu o *Dictatus papae*, constituído pelas famosas vinte e sete proposições correspondentes aos privilégios, prerrogativas e funções da Igreja de Roma. Nestas proposições, Gregório VII deixa bem clara a primazia de Roma, fundamentando-se na

⁸² Cf. TOUBERT, Pierre, “Réforme grégorienne”, in LEVILLAIN, Philippe (Dir.), *Dictionnaire historique de la papauté*, 1435.

⁸³ Cf. HERRERO, José Sánchez, *Historia de la Iglesia. II: Edad Media*, 232.

primazia de São Pedro. Defende também que “a Igreja de Roma nunca errou e, como atestam as Escrituras, nunca poderá errar”⁸⁴, concluindo que os que não estão de acordo com Roma estão errados e não poderão ser considerados católicos. Além disso, nenhuma decisão da Santa Sé podia ser reformada e o papa não podia ser julgado por nada, o que dava ao papa uma jurisdição universal. Além disso, requereu para o papa o poder de, quando assim o desejasse, ordenar um clérigo de qualquer outra Igreja Local. Podia ainda depôr o imperador e retirar-lhe os vassalos que lhe tivessem jurado fidelidade.

O programa pontifício era totalmente contra os interesses do soberano germânico e provocou o que ficou conhecido como “querela das investiduras”. Esta década de combate travado com o imperador Henrique IV é considerada como fulcral para que os papas que lhe sucederam pudessem sair vitoriosos nesta querela, conquistando uma liberdade incontestável.

Os papas que sucederam a Gregório VII foram herdeiros do seu pensamento e continuaram a condenar a simonia e o nicolaísmo. É necessário destacar a ação do papa Pascoal II que promoveu um enorme progresso na questão das investiduras, afirmando que qualquer pessoa que tivesse sido investido perderia a sua dignidade e seria excomungado. Contribuiu para este sucesso a difusão das teses de Ivo de Chartres acerca da separação entre o ofício espiritual e o temporal. Todavia, foi durante o papado de Calisto II que se colocou um ponto final na questão das investiduras, através da Concordata de Worms, em 1122. Esta Concordata “garantiu a eleição canónica e a livre consagração de todas as igrejas do reino”.⁸⁵

1.2.2.1 – Implementação da reforma gregoriana em Portugal

A implementação da reforma gregoriana em Portugal não foi tarefa fácil. O clero português, assim como todo o peninsular, queria manter a liturgia visigótica. Nos finais do

⁸⁴ Cf. *Ibidem*, 226.

⁸⁵ Cf. *Ibidem*, 243-244.

século XI, o conde D. Raimundo teve sérios problemas com as principais cátedras do seu condado, principalmente com as de Coimbra, Braga e Compostela.⁸⁶

Para compreender o porquê desta dificuldade temos de recuar até ao século X, quando o condado Portucalense ainda pertencia à Galiza. Com a reconquista do território aos mouros, os senhores feudais iam fundando mosteiros nas terras que conquistavam ou então tornavam-se protetores dos mosteiros que estivessem dentro dos limites das suas terras. Este fenómeno dava aos mosteiros um carácter quase familiar, até porque o recrutamento de monges para os mosteiros era feito no seio da família. Outra contrariedade era a inexistência de observância exclusiva de uma Regra, fosse ela beneditina ou frutuosiense. Isto provocava uma coexistência de mais do que uma Regra na maioria dos mosteiros.⁸⁷

No século X, São Rosendo, bispo de Mondonhedo, tentou reformar o monaquismo vigente no espaço portucalense fundando e influenciando mosteiros situados na sua diocese inserindo-lhes uma Regra beneditina, porém ainda com algumas orientações visigóticas.

Apenas na passagem do século XI para o XII é que alguns mosteiros se abriram às novas Regras oriundas da Europa, devido à aceitação das mesmas pela coroa leonesa. Esta defesa da Regra beneditina por parte da coroa leonesa teve início no Concílio de Coyanza, em 1055. Este Concílio fez uma revisão da vivência monacal, condenando os mosteiros familiares e o relaxamento dos costumes, uma das principais preocupações da reforma gregoriana. Por fim, apelou aos mosteiros para que adotassem uma Regra, aconselhando a beneditina ou a de Santo Isidoro.

Fernando Magno começou a pagar um censo a Cluny, mas foi só com o seu filho, Afonso VI, que chegou à Península a reforma beneditina, na versão cluniacense.

⁸⁶ Cf. MATTOSO, José, “A emergência de uma unidade política e a conquista da autonomia (1096-1139)”, in AA. VV., *História de Portugal. A monarquia feudal (1096-1480)*, 28.

⁸⁷ Cf. VILAR, Hermínia Vasconcelos, “A procura da perfeição longe do mundo: da reforma beneditina à influência cluniacense”, in AZEVEDO, Carlos Moreira (Dir.), *História Religiosa de Portugal*, 207-208.

Com este apoio dado a Cluny, a coroa leonesa procurava uma ligação com esta importante Ordem, de modo a agradar a Roma e assim conquistar a sua proteção. Além disso ainda pretendia conseguir uniformizar os mosteiros do seu território para que obtivessem uma maior estabilidade e organização.⁸⁸

Na década de 70, iniciou-se a doação de alguns mosteiros à Ordem de Cluny, entre eles o de Santo Isidoro de las Dueñas (1073) e o de Sahagún (1078). Estes dois importantes mosteiros difundiram a reforma beneditina por todo o território Leonês. Em 1080, no Concílio de Burgos, ordenou-se a supressão do rito visigótico e a adoção do rito gregoriano. Esta decisão despoletou várias controvérsias por todo o território leonês, principalmente no condado portucalense.⁸⁹

Um dos principais promotores desta mudança foi D. Crescónio, tio de São Teotónio, que foi nomeado por Afonso VI para bispo de Coimbra. No entanto, não entrou logo na diocese após a nomeação, uma vez que o governador da cidade, Sisnando, era moçárabe e portanto apologista da liturgia visigótica e não permitia a implementação da nova reforma. Só entrou na diocese em 1092, depois da morte do governador.

O bispo D. Crescónio desenvolveu uma intensa atividade junto de várias comunidades, tendo em vista a difusão da reforma eclesiástica e litúrgica. E embora houvessem alguns mosteiros muito conservadores, D. Crescónio, com as suas frequentes visitas e com o seu auxílio na resolução dos problemas dessas comunidades, conseguiu vencer a resistência desses mosteiros em aceitar a reforma romana.

Na altura, a Sé de Coimbra era a única que não estava vacante, por isso, D. Crescónio não se limitou apenas a visitar os mosteiros da sua diocese, mas também os principais

⁸⁸ Cf. *Ibidem*, 208-209.

⁸⁹ Cf. *Ibidem*.

mosteiros das outras dioceses, por exemplo o mosteiro de Santo Tirso, Leça e Pendurada, que pertenciam à diocese do Porto.⁹⁰

As dioceses estavam sem bispo, porque nesta altura, as nomeações tinham de ser aprovadas quer pelos cabidos das respetivas catedrais quer pelo metropolitano. E certamente as escolhas dos cônegos recaíam em defensores da liturgia moçárabica e não chegavam a concenso com o seu metropolitano que apoiava os reformadores. Por isso, a importante missão de implementar a reforma gregoriana recaiu sobre o bispo de Coimbra, Crescónio.⁹¹

Por fim, em 1096, a cátedra de Braga é ocupada por São Geraldo, outro grande protagonista da implementação da reforma gregoriana.

Uma outra figura que se destacou nesta missão foi o conde D. Henrique. Quando assumiu o governo do condado portugalense, conseguiu vencer as fortes resistências a esta implementação, tal como D. Crescónio, recorrendo a uma política de proximidade.⁹²

Outra medida reformadora foi conseguir nomear bispos reformadores nas dioceses, como é o caso do monge beneditino, Maurício Burdino, que ocupou primeiro a cátedra coimbrã após a morte de D. Crescónio, e mais tarde a de Braga após a morte de São Geraldo. Nessa altura, foi nomeado bispo de Coimbra outro grande apoiante da reforma, D. Gonçalo Pais.

Se D. Maurício Burdino introduziu a reforma gregoriana no mosteiro de Santa Justa em 1102, após entregar este mosteiro à Ordem de Cluny, D. Gonçalo Pais foi ainda mais longe e encerrou, em 1109, o mosteiro de Lorvão, que era o grande baluarte do moçarabismo em Coimbra, para o reabrir, em 1116, já reformado e sob jurisdição diocesana.

O bispo D. Gonçalo Pais foi protagonista de uma dura querela com o cabido da Sé de Coimbra. Este bispo tentou reorganizar o cabido e expulsar todos os cônegos apoiantes da

⁹⁰ Cf. *Ibidem*, 29.

⁹¹ Cf. *Ibidem*.

⁹² Cf. *Ibidem*, 35.

liturgia visigótica, desencadeando toda essa quezília. A resolução deste desentendimento só foi possível perante o iminente perigo de invasão sarracena, fazendo com que as dissensões entre moçárabes e reformadores tivessem que ser esquecidas e superadas para que se unissem esforços contra o verdadeiro inimigo.⁹³

Por volta desta altura, em 1113, começava também a afirmar-se mais uma Ordem. A ação de Bernardo de Fontaine, em Cister, estava a provocar uma grande expansão dos Cistercienses por toda a cristandade, principalmente pelo reino francês.

Em 1140, entram, em Portugal, os primeiros monges cistercienses, fundando o mosteiro de São João de Tarouca, na região de Lamego, contribuindo para um maior povoamento, estabilidade e prosperidade cultural daquela área. Seguindo-se imediatamente a adoção da Regra pelos mosteiros de Lafões e Sever.⁹⁴

O rei D. Afonso Henriques foi um grande promotor desta entrada em Portugal, como vimos anteriormente com a doação de terrenos em Alcobaça. No entanto, após essa doação ainda concedeu várias cartas de couto a mosteiros cistercienses.⁹⁵

Segundo Maria Alegria Marques, citada por Hermínia Vasconcelos Vilar, entre o final do século XI e o do século XII, eram cerca de vinte os mosteiros que adotaram a Regra beneditina no espaço portugalense, entre o Minho e o Tejo. Desta forma, poder-se-á afirmar que aquando da morte de São Teotónio a Regra beneditina já estava difundida por toda a região portugalense. Aquelas comunidades que estavam ligadas à observância visigótica, e que não quiseram adotar a Regra beneditina, ou desapareceram ou adotaram a Regra agostiniana, muito difundida pelo mosteiro de Santa Cruz de Coimbra.

⁹³ Cf. *Ibidem*, 42.

⁹⁴ Cf. VENTURA, Leontina; MATOS, João da Cunha, “O entre Douro e Tejo ao tempo de São Teotónio”, in AA. VV., SOALHEIRO, João; EUSÉBIO, Maria de Fátima (coordenação), *São Teotónio. Patrono da Diocese e da Cidade de Viseu*, 28.

⁹⁵ Cf. VILAR, Hermínia Vasconcelos, “A procura da perfeição longe do mundo: da reforma beneditina à influência cluniacense”, in AZEVEDO, Carlos Moreira (Dir.), *História Religiosa de Portugal*, 213.

Capítulo 2

Vida e Obra de São Teotónio

Para analisarmos a vida e obra de São Teotónio temos que conhecer a sua hagiografia, nomeadamente a *Vita Sancti Theotonii*. Para tal, importa respondermos a algumas questões sobre esta obra, tais como, quem foi o seu autor, quando foi escrita, qual a sua autenticidade, entre outras.

A versão original ter-se-á perdido, mas este texto chegou até aos dias de hoje como cópia única, podendo ser consultada na Biblioteca Pública Municipal do Porto.⁹⁶ Segundo Aires do Nascimento, esta cópia será datável dos finais do século XII.⁹⁷

2.1 – Análise da *Vita Sancti Theotonii*

Esta obra foi escrita por um discípulo anónimo que seria muito próximo do primeiro santo português, para corroborar esta teoria⁹⁸ podemos ler o prólogo em que o autor afirma: “a saudade da sua ausência não posso suportá-la e a afeição por tão grande homem quebranta o

⁹⁶ Cf. NASCIMENTO, Aires, *Vida de São Teotónio*, 64.

⁹⁷ Cf. *Ibidem*, 67.

⁹⁸ Cf. FREIRE, José Geraldes, “Problemas literários da «Vita Sancti Theotonii»”, in AA. VV., *Santa Cruz de Coimbra. Do século XI ao século XX. Estudos*, 85.

meu espírito. Efectivamente, não consigo disfarçar a dor que suporto em mim.”⁹⁹ E pode confirmar-se que, de facto, o autor era seu discípulo tendo em conta que ele o trata por “meu senhor”, como comprova a narração da morte de São Teotónio: “Depois, retirou-se confundido, deixando a todos a impressão que a alma bem-aventurada do meu senhor subiu livremente para os céus.”¹⁰⁰

Esta obra terá sido escrita no ano de 1162, após a morte de São Teotónio e imediatamente antes da sua elevação aos altares, segundo afirmam Aires do Nascimento¹⁰¹, António Jesus Ramos¹⁰² e Armando Martins.¹⁰³ Esta opinião justifica-se devido ao facto de esta hagiografia terminar com a morte de São Teotónio e, se ele já tivesse sido elevado aos altares, o que aconteceu precisamente um ano após a sua morte, esse acontecimento seria certamente narrado na obra e ser-lhe-ia dado muito destaque. Porém, nem todos os autores pensam assim. É o caso de José Geraldes Freire, que entende que São Teotónio já seria venerado como santo quando a obra foi escrita, embora continue a defender que foi escrita pouco tempo após a morte do primeiro prior de Santa Cruz. Uma vez que São Bernardo só foi canonizado em 1173, este autor coloca a possibilidade desta obra só ter sido escrita após essa data, onze anos após a morte de São Teotónio, tendo em conta que o texto relata a estreita ligação entre Santa Cruz e Claraval e da oração de sufrágio que se fazia por São Teotónio e São Bernardo, em ambos os mosteiros.¹⁰⁴ Durante a tradução, aparecem, de facto, algumas referências a São Teotónio como santo. Contudo, Aires do Nascimento afirma que qualquer problema de ordem textual, que coloque a sua teoria em causa deve ser justificada pelo

⁹⁹ Cf. NASCIMENTO, Aires, *Vida de São Teotónio*, 83.

¹⁰⁰ Cf. *Ibidem*, 167.

¹⁰¹ Cf. *Ibidem*, 67.

¹⁰² Cf. RAMOS, António Jesus, “S. Teotónio: Fundador e primeiro prior de Santa Cruz de Coimbra”, in AA. VV., *Estudos Teológicos*, 23.

¹⁰³ Cf. MARTINS, Armando Alberto, *O Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra na Idade Média*, 35.

¹⁰⁴ Cf. FREIRE, José Geraldes, “Problemas literários da «Vita Sancti Theotonii»”, in AA. VV., *Santa Cruz de Coimbra. Do século XI ao século XX. Estudos*, 94-95.

deficiente processo de transmissão do texto, ou seja, quem copiou o texto pode ter feito alterações textuais à obra e não há forma de ter acesso ao documento original. Esta teoria justificaria a existência de algumas incongruências existentes na obra, as quais iremos também analisar nos próximos números.¹⁰⁵

Esta cópia terá sido guardada no mosteiro de Santa Cruz de Coimbra até que, por volta de 1834, Alexandre Herculano, segundo bibliotecário da recém criada Biblioteca Pública Municipal do Porto, levou esta cópia juntamente com muitas outras obras crúzias, para a referida biblioteca portuense, onde permaneceu até dias de hoje. Conhecem-se algumas traduções desta obra latina para a língua portuguesa. A primeira, provavelmente do século XV, é anónima e foi publicada finalmente, em 1968, por António Cruz no seu livro *Anais, Crónicas e Memórias Avulsas de Santa Cruz de Coimbra*; a segunda foi feita por D. Timóteo dos Mártires, em 1650, embora faça alguns acrescentos duvidosos quanto à sua veracidade; a tradução seguinte foi elaborada por D. Joaquim da Encarnação, em 1764, e reeditada em 1855 e em 1982, contendo também vários acrescentos¹⁰⁶; posteriormente, surgiram as traduções de Aires do Nascimento, em 1998, e reeditada, em 2013, e, por fim, temos a tradução de Maria Helena da Rocha Pereira elaborada em 2012.

Tomando como referência as traduções da *Vita Sancti Theotonii* elaboradas por Aires Nascimento¹⁰⁷ e por Maria Helena da Rocha Pereira¹⁰⁸, perspetivamos uma abordagem à vida de São Teotónio que possibilite a compreensão da importância por ele assumida no contexto da Igreja e da espiritualidade da época. Porém, irei confrontar não só estas duas traduções, e respetivas notas e comentários, como também irei confrontar com textos e comentários de

¹⁰⁵ Cf. NASCIMENTO, Aires, *Vida de São Teotónio*, 67.

¹⁰⁶ Cf. PEREIRA, Maria Helena da Rocha, *Vida de S. Teotónio*, 15-16.

¹⁰⁷ NASCIMENTO, Aires, *Vida de São Teotónio*, Edições Colibri, Lisboa, 2013.

¹⁰⁸ PEREIRA, Maria Helena da Rocha, *Vida de S. Teotónio*, Igreja de Santa Cruz, Coimbra, 2012.

outros autores. Os outros autores consultados são: Avelino de Jesus da Costa¹⁰⁹, José Marques¹¹⁰, António Cruz¹¹¹ e António Jesus Ramos.¹¹²

2.1.1 – Percurso de formação de Teotónio e sua vinda para Viseu

São Teotónio¹¹³, filho de Oveco Mogueimes e Eugénia, nasce, em 1082¹¹⁴, num pequeno lugar chamado Tardinhade, situado em Ganfei, cidade de Tuy e província da Galiza.

São Teotónio recebeu dos seus pais toda a educação até aos dez anos, sendo que, como se encontrava em idade de começar a aprender e como queria ser padre, foi a altura ideal para partir para Coimbra com o seu tio, D. Crescónio, ficando este último responsável pela sua educação. Decorria o ano de 1092, quando D. Crescónio assumiu a cátedra de Coimbra, sucedendo a D. Paterno, e, portanto, uma vez que tinha de ir para Coimbra, levou o seu sobrinho para o ajudar a seguir a sua vocação.

Chegados a Coimbra, D. Crescónio entrega ao arcediogo¹¹⁵ D. Telo a responsabilidade de ensinar o seu sobrinho a prática eclesiástica da leitura e do canto.¹¹⁶

¹⁰⁹ COSTA, Avelino de Jesus da, *Comemorações do IX centenário do nascimento de São Teotónio padroeiro da diocese de Viana do Castelo. São Teotónio. Vida e expansão do seu culto*, Viana do Castelo, 1983.

¹¹⁰ MARQUES, José, “S. Teotónio e a cultura no século XII”, in *Monção entre muralhas, com tantas portas quantos sentidos*, Casa Museu de Monção/Universidade do Minho, 2014.

¹¹¹ CRUZ, António, “D. Teotónio, Prior de Santa Cruz. O primeiro cruzado e primeiro santo de Portugal”, in AA. VV., *Santa Cruz de Coimbra. Do século XI ao século XX. Estudos*, Gráfica de Coimbra, Coimbra, 1984.

¹¹² RAMOS, António Jesus, “S. Teotónio: Fundador e primeiro prior de Santa Cruz de Coimbra”, in AA. VV., *Estudos Teológicos*, Instituto de Estudos Teológicos, Coimbra, 2013.

¹¹³ O autor da biografia salienta a peculiaridade do significado do nome Teotónio, isto porque em latim o nome Teotónio (de origem grega) significa divino e foi precisamente ao Divino que Teotónio dedicou toda a sua vida.

¹¹⁴ Nem todos os autores concordam com esta data, embora seja a mais aceite e a que é também aceite pela tradição. Porém, o padre Avelino de Jesus da Costa coloca a hipótese de não ter que ser exactamente em 1082, podendo ser entre 1082 e 1092. Cf. *Ibidem*.

¹¹⁵ Este cargo equivale ao atual vigário geral. Por vezes, aparece o sinónimo arqui-diácono, porém é o mesmo cargo.

¹¹⁶ Também existem algumas dúvidas em relação a este facto relatado pelo hagiógrafo. Segundo Aires do Nascimento, D. Telo não poderia ser arcediogo da Sé de Coimbra, porque se sabe que morreu com cerca de 60 anos e através da relação com a idade que São Teotónio tinha quando D. Telo faleceu, nesta altura o arcediogo teria apenas 17 anos. Portanto, seria impossível ele ser já arcediogo. Aires do Nascimento coloca a hipótese de o hagiógrafo fazer esta referência a D. Telo como preceptor de São Teotónio apenas para implicitamente justificar

Com a morte do seu tio, em 1098, São Teotónio é enviado para Viseu, diocese esta que se encontra sob jurisdição da diocese de Coimbra.

É em Viseu que São Teotónio irá fazer todo o percurso formativo até à sua ordenação sacerdotal. É ordenado hostiário, depois sub-diácono e, por fim, diácono. Em cada um deles cumpria as suas funções com imenso empenho, zelo apostólico e mestria.

São Teotónio é, então, ordenado presbítero, no ano de 1107.¹¹⁷ Ele era tão zeloso que não conversava ou até mesmo confessava nenhuma mulher sem que houvesse outra testemunha da confiança da mesma. Citando o hagiógrafo: «Amava todas as mulheres como se fossem suas irmãs, mas com tal cuidado como se fossem suas inimigas».¹¹⁸

Era de tal forma justo e bondoso que conseguia ser amado de igual forma pela nobreza e pelo povo. Isto levou a que todos os seus concidadãos pedissem a sua nomeação para prior da Sé de Viseu, por isto e, sobretudo, por coincidir com a vontade de D. Gonçalo.¹¹⁹ Essa nomeação aconteceu por volta do ano de 1110.¹²⁰ São Teotónio não queria aceitar, afirmando que não queria qualquer título ou cargo, apenas queria ser um humilde sacerdote. Porém, respeitando o voto de obediência, aceitou a vontade do seu bispo.

Sendo São Teotónio o prior da Sé de Viseu, este enriqueceu-a não só de bens temporais, pois esta tinha uma grande carência de bens que fossem dignos para o culto, como

mais tarde a amizade entre D. Telo e São Teotónio que faz com que este abandone o seu sonho de partir definitivamente para a Terra Santa e aceite ajudar a fundar o mosteiro de Santa Cruz. Cf. NASCIMENTO, Aires, *Vida de São Teotónio*, 89, nota 13. Porém, António Cruz tem outra solução para resolver este problema: segundo ele co-existiram na Sé de Coimbra dois Telos, um mais novo e outro mais velho, sendo que, assim, São Teotónio contactou com ambos, um foi seu preceptor e o outro mais novo, mais tarde também nomeado arcebispo, foi então o fundador do mosteiro de Santa Cruz. Cf. CRUZ, António, “D. Teotónio, prior de Santa Cruz – O primeiro cruzado e primeiro santo de Portugal” in AA. VV., *Santa Cruz de Coimbra. Do século XI ao século XX. Estudos*, 31.

¹¹⁷ Cf. NASCIMENTO, Aires, *Vida de São Teotónio*, 89, nota 14.

¹¹⁸ Cf. PEREIRA, Maria Helena da Rocha, *Vida de S. Teotónio*, 35.

¹¹⁹ Bispo de Coimbra que sucedeu a D. Crescónio.

¹²⁰ Cf. NASCIMENTO, Aires, *Vida de São Teotónio*, 97, nota 21.

também enriqueceu o clero com “costumes honestos”.¹²¹ No entanto, São Teotónio decide fazer uma peregrinação à Terra Santa e, portanto, tem de ficar o padre Honório a substituí-lo.¹²²

2.1.2 – Viagens de Teotónio à Terra Santa

Acerca da primeira viagem de São Teotónio à Terra Santa sabe-se muito pouco; porém, estima-se que tenha sido muito mais breve que a segunda. Entretanto, quando regressa, pedem-lhe que reassuma a função de prior, mas ele rejeita. Continuando em funções o padre Honório, que viria a ser substituído por Odório. Entretanto a rainha D. Teresa, esposa do conde D. Henrique, pede-lhe que aceite ser ordenado bispo. Todavia, São Teotónio continua a recusar todos os cargos ou funções que lhe propõem, pois considera-os mundanos, vis e nocivos. No entanto, todo o povo e todo o clero queriam que ele aceitasse. Como recusou inúmeras vezes, a opção do povo recaiu sobre o padre Odório, como vimos no capítulo anterior.¹²³

São Teotónio era um padre muito respeitado, o que lhe auferia imensa autoridade. Não só devido aos seus muitos conhecimentos, belíssimas pregações e ações pastorais, mas também porque tinha imensa clareza das prioridades e assim sendo colocava Deus acima de qualquer pessoa, fosse ela membro do clero ou até mesmo a própria rainha. Todos os padres que corrompessem os seus votos eram anatematizados por ele, assim como qualquer adúltero

¹²¹ Cf. PEREIRA, Maria Helena da Rocha, *Vida de S. Teotónio*, 35.

¹²² Todos os autores consideram que São Teotónio aliou a vontade de peregrinar à Terra Santa com a vontade de deixar de ser prior da Sé de Viseu. Segundo Aires do Nascimento, a viagem terá ocorrido por volta de 1116 ou 1117. Embora não haja nenhuma data referente a esta viagem, uma vez que Honório faleceu em 1119, terá sido antes dessa data. E não pode ter sido em 1118 nem em 1119, uma vez que Honório ainda terá desempenhado a função de prior durante alguns anos, por isso este autor aponta para a data de 1116 como a mais provável, mas não exclui a possibilidade de ser em 1117. Cf. NASCIMENTO, Aires, *Vida de São Teotónio*, 99, nota 23.

¹²³ É Odório que fica como prior da Sé de Viseu, em substituição do anterior prior Honório. Por volta de 1120, o povo escolhe Odório para bispo de Viseu, mas, como já vimos anteriormente, continuou apenas como prior e não como bispo devido à oposição do prelado de Coimbra. Mais tarde, em 1147, foi finalmente nomeado bispo de Viseu. Cf. *Ibidem*, 99, nota 24.

ou devasso que não se arrependesse. Até mesmo a rainha D. Teresa, que, embora apenas condessa, detinha o título de rainha, foi publicamente corrigida e humilhada por São Teotónio. Isto porque, certo dia, a monarca terá enviado um mensageiro à sacristia, poucos minutos antes de começar a celebração da Eucaristia, para lhe ordenar que a missa fosse muito breve. São Teotónio mandou o mensageiro responder que no céu existe uma rainha muito melhor e muito mais importante que ela e que, por isso, a missa teria a duração necessária à solenidade que celebrava, afirmando, ainda, que se ela não quisesse ficar que fosse embora. Ao ouvir as palavras de São Teotónio, transmitidas pelo mensageiro, caiu em si e viu a dimensão do seu pecado, o quanto tinha sido mundana e o quanto São Teotónio tinha sido justo e santo. Depois da missa, a Rainha ajoelhou-se em frente a ele e pediu-lhe perdão. Este respondeu que só o teria se aquele episódio nunca mais se repetisse.

Noutra ocasião, no contexto de uma pregação, São Teotónio também advertiu com severidade a rainha, a ela e ao seu amante, o conde Fernão Peres. Chama-os de tal forma à razão, humilhando-os devido aos seus atos imorais, que os fez sair apressados da igreja, cheios de vergonha.

Embora São Teotónio fosse exigente e rígido para que os fiéis cumprissem com retidão o Evangelho, também era misericordioso e justo. Além disso, também vivia muito modestamente e tinha uma grande preocupação e carinho pelos mais desfavorecidos. Todo o dinheiro que sobrava era discretamente dado aos pobres, assim como também doava muitas das suas roupas, não só aos pobres mas também às viúvas. Porém, sempre continuou com o supracitado cuidado para não ficar sozinho com nenhuma mulher, para que não se inventassem calúnias sobre a sua castidade.

São Teotónio, entretanto, decide fazer uma segunda viagem a Jerusalém, mas desta vez leva consigo um grande grupo de peregrinos. Peregrina primeiro até ao porto de S.

Nicolau na zona da Apúlia, demorando aproximadamente dez semanas. Devido a várias tempestades, têm de ficar retidos no porto durante mais seis semanas. Durante todo este tempo, foi havendo desavenças entre o povo, porém bastava São Teotónio intervir que logo a paz era conseguida, pois todos lhe tinham imenso respeito.¹²⁴

Ao fim destas seis semanas, foi possível partir em direção a Jerusalém, porém o inesperado ocorreu: do nada surgiu uma grande tempestade que ameaçava destruir o navio e matar todos os peregrinos. O hagiógrafo relata que depois da tempestade começar terá aparecido um monstro ou demónio, fazendo com que eles ficassem ainda mais aterrorizados.¹²⁵ Nisto, São Teotónio prostra-se a rezar ladainhas e salmos, terminando com esta oração:

“Senhor, Senhor Jesus Cristo, Filho de Deus vivo, nascido de Santa Maria, que com o Pai e o Espírito Santo és um só Deus na Suprema Trindade e verdadeira unidade, socorre-nos pois estamos no supremo perigo, a fim de que arrebatados às ondas do mar embravecidas, mereçamos ver o glorioso sepulcro de tua santa Ressurreição, que viemos para venerar e oscular, dos confins do mundo, e para te darmos graças pela nossa libertação.”¹²⁶

¹²⁴ Cf. PEREIRA, Maria Helena da Rocha, *Vida de S. Teotónio*, 49.

¹²⁵ Temos de entender este episódio pensando no contexto em que ele aconteceu; no século XII era muito comum todas as tempestades e naufrágios serem entendidos como fruto da ação de algum monstro marinho ou do demónio ou de outra causa sobrenatural. Esta mentalidade perdurará durante muitos séculos. Segundo António Cruz, o autor desta obra terá narrado a tempestade com estes acontecimentos sobrenaturais para encarecer ainda mais as virtudes de São Teotónio, porém, na sua opinião, terá posto em causa a credibilidade de toda a obra. No entanto, a realidade e a veracidade do resto da obra são tão sólidas que tal não se concretiza, mas foi um risco que o autor correu. António Cruz ainda avança com outra afirmação muito pertinente, segundo ele, é possível que Camões se tenha inspirado nesta passagem da *Vita Sancti Theotonii* para escrever boa parte do Canto V dos *Lusíadas*, uma vez que este terá tido acesso a esta obra assim como a outros manuscritos do mosteiro de Santa Cruz, quanto mais não fosse através do seu familiar e Geral da Ordem de Santa Cruz, D. Bento de Camões. Cf. CRUZ, António, “D. Teotónio, prior de Santa Cruz – O primeiro cruzado e primeiro santo de Portugal” in AA. VV., *Santa Cruz de Coimbra. Do século XI ao século XX. Estudos*, 41-42.

¹²⁶ PEREIRA, Maria Helena da Rocha, *Vida de S. Teotónio*, 53.

Após esta sua oração pessoal, exorta todos a confessarem-se uns aos outros¹²⁷ e a entregarem-se inteiramente a Deus. Feito isto, a tempestade passou.

Quando chegaram a Jerusalém, aportaram no porto de Jope, passaram pelo sepulcro do mártir São Jorge e dirigiu-se a Nazaré, parando depois no Monte Tabor, onde rezou e contemplou.

Depois, dirigiu-se de imediato para a Samaria, onde visitou os sepúlcros de São João Baptista, dos «Doze Profetas», de Eliseu e de Abdias. Visitou, ainda, o poço onde Jesus encontrou a Samaritana e, de seguida, dirigiu-se para o Monte da Alegria, de onde se via a cidade de Jerusalém, e, por fim, entrou em Jerusalém. Primeiro, dirigiu-se para o Calvário, depôs uma cruz que levava e prontamente seguiu para a Gólgota. Peregrinou também até ao local onde José de Arimateia sepultou o corpo do Senhor. Além destes locais sagrados, visitou muitos outros.

Mas era no Santo Sepulcro que São Teotónio se sentia verdadeiramente bem, daí ter passado vários dias lá, em oração. De tal forma que os Cónegos Regulares do Sepulcro viram nele uma tremenda santidade e se encomendavam às orações dele. Além disso, ainda o convidaram a ir viver com eles e a tornar-se também ele um cónego regular. Embora São Teotónio tenha ficado tentado a aceitar, não o podia fazer. Tinha de voltar a casa primeiro e só depois voltar definitivamente para Jerusalém e passar o resto dos seus dias em oração nos Santos Lugares.

Volta a Jope e embarca para voltar à sua pátria, mas é arrastado até às ilhas gregas. A partir daqui é com muitos percalços que consegue chegar a casa: tem de viajar a pé, outras

¹²⁷ Esta era uma das formas extraordinárias de confissão na Idade Média, e podemos encontrar fundamento bíblico para esta prática em 1 Tg 5, 16: «Confessai, pois, uns aos outros, os vossos pecados e orai uns pelos outros, para que sejais curados».

vezes consegue fazer pequenas viagens de barco poupando alguns dias de viagem e chega mesmo a ter de viajar de burro.

2.1.3 – Mosteiro de Santa Cruz: Fundação de uma nova comunidade

Quando São Teotónio já tinha organizado tudo o que precisava para abandonar de vez a sua pátria e partir definitivamente para a Terra Santa, um grupo de respeitados religiosos, convidam-no para, juntamente com eles, fundar um mosteiro nos arredores de Coimbra. Faltava ele para alcançarem o simbólico número de 12 religiosos a abraçar esta vida apostólica, sendo o principal promotor da iniciativa o D. Telo.¹²⁸ No grupo destes 12 “fundadores” do mosteiro de Santa Cruz de Coimbra destacam-se: D. Telo; D. João Peculiar; o prior da Sé de Coimbra, D. Miguel; o prior da Sé de Viseu, D. Odório, que viria a ser bispo de Viseu; e, claro, São Teotónio.¹²⁹

São Teotónio decide entrar no mosteiro, deixando para trás o seu sonho de viver definitivamente em Jerusalém, para viver até ao fim da sua vida como cónego regrante. Decide, então, doar os seus bens: aos pobres, à Igreja de Viseu e ao mosteiro que estava a fundar. Em 1132, iniciam a vida monástica, entretanto já com setenta e dois monges. Neste mosteiro, seguia-se a Regra de Santo Agostinho, sendo o nome da congregação: Cónegos Regrantes de Santo Agostinho.¹³⁰

A 24 de fevereiro de 1132,¹³¹ é eleito prior desta congregação. Mais uma vez tenta recusar este cargo, porém aceita com base no voto de obediência. Para a comunidade, ele era

¹²⁸ Cf. PEREIRA, Maria Helena da Rocha, *Vida de S. Teotónio*, 69.

¹²⁹ Cf. NASCIMENTO, Aires, *Vida de São Teotónio*, 121-123, nota 49.

¹³⁰ É de salientar que D. Telo e São Teotónio, considerados dois dos principais fundadores do mosteiro de Santa Cruz, foram ambos a Jerusalém, embora em anos diferentes. Foi nesta viagem de D. Telo que surgiu a ideia de ele fundar o mosteiro de Santa Cruz e onde possivelmente conheceu esta linha de espiritualidade. Porém nessa altura ainda não tinha companheiros nem terreno para tal. Cf. MARQUES, José, *S. Teotónio e a cultura no século XII*, 77.

¹³¹ Cf. MARQUES, José, *A realidade da Igreja no tempo de S. Teotónio*, 12.

como um pai e, embora a vida que ele exigisse fosse muito austera, todos o amavam e respeitavam.

2.1.4 – Relações com os poderes políticos e a sua influência na reconquista cristã

Uma vez que a corte se mudara para Coimbra, a convivência entre São Teotónio e D. Afonso Henriques tornou-se tão habitual, que o monge assumiu as funções de seu conselheiro e diretor espiritual. Aliás, antes de uma batalha importante, D. Afonso Henriques pedia-lhe sempre a sua opinião e a sua oração. Tal amizade e respeito é corroborada pelo episódio dos moçárabes. Depois de ter vencido uma batalha, o rei D. Afonso Henriques fez cativos mais de mil moçárabes, sem contar com as mulheres e crianças. São Teotónio ao saber disto dirigiu-se de imediato à presença do rei e pediu-lhe que libertasse todos os prisioneiros. Era tão grande o respeito e autoridade que D. Afonso Henriques nutria por São Teotónio que de imediato acatou a ordem do prior de Santa Cruz.¹³²

Também é atribuída a São Teotónio a cura de D. Afonso Henriques que padecia de uma febre altíssima: quando São Teotónio chegou junto do monarca e começou a rezar, a febre, que enfraquecia o rei, desapareceu e ele ficou recomposto.¹³³

Não foi só ao rei que São Teotónio salvou. Segundo o hagiógrafo, também salvou a vida à rainha D. Mafalda, quando esta estava em trabalho de parto, já à beira da morte. A rainha D. Mafalda mandou chamar o prior de Santa Cruz, apesar das constantes desavenças

¹³² De salientar que São Teotónio nunca tinha saído do mosteiro de Santa Cruz, agora, porém, para evitar a escravidão destes cristãos moçárabes viola a sua clausura em nome da justiça e da fé. Cf. PEREIRA, Maria Helena da Rocha, *Vida de S. Teotónio*, 91. Mais tarde, segundo Aires Nascimento, dois desses moçárabes terão entrado para o mosteiro de Santa Cruz. Cf. NASCIMENTO, Aires Augusto, *Vida de São Teotónio*, 137, nota 65. Segundo António Cruz, terá sido assim que nasceu o hospital de Santa Cruz, uma vez que alojou e sustentou os moçárabes resgatados, e uma vez que muitos estariam numa situação de saúde muito precária, terá surgido ao lado do mosteiro este hospital para que, não só os moçárabes como também outras pessoas, pudessem receber cuidados de saúde. Cf. CRUZ, António, “D. Teotónio, prior de Santa Cruz – O primeiro cruzado e primeiro santo de Portugal” in AA. VV., *Santa Cruz de Coimbra. Do século XI ao século XX. Estudos*, 47.

¹³³ Cf. NASCIMENTO, Aires, *Vida de São Teotónio*, 139.

entre ela e São Teotónio. Após ele lhe dar a bênção, ela sobreviveu e conseguiram terminar os trabalhos de parto. No entanto, a gratidão de D. Mafalda durou pouco tempo: ela pediu para visitar os claustros interiores de Santa Cruz, o que era contra a Regra, e após ser-lhe negada esta vontade, ela começou a perseguir São Teotónio.¹³⁴

Os ditos “milagres”, referidos pelo hagiógrafo, continuam. Segundo ele, era tal a santidade de São Teotónio que fazia todos os espíritos malignos temerem a sua presença. Quando chegou a armada de cruzados que ajudou D. Afonso Henriques a conquistar a cidade de Lisboa, veio incorporado nela também um monge britânico chamado Samuel. Uma vez que estava a ser atormentado com fortes dores corporais e a ter visões de espíritos que atiravam setas contra si, levaram-no até ao mosteiro de Santa Cruz para que o santo prior o pudesse ver e curá-lo daquele suplício. Assim aconteceu, no momento em que São Teotónio se dirigiu ao monge todos os demónios que o atormentavam desapareceram para sempre, afugentados pela santidade do prior crúzio.¹³⁵ Além deste “exorcismo” são atribuídos a São Teotónio muitos outros, incluindo a alguns irmãos de claustro.

Outro exemplo dessa santidade foi quando, certa vez, São Teotónio enviou um frade com uma quantia avultada de dinheiro até Lisboa, para que com esse dinheiro construísse uma igreja dedicada ao mártir São Vicente; porém, a meio do caminho é assaltado por um grupo de muçulmanos que o fazem prisioneiro.¹³⁶ Depois de São Teotónio saber da notícia, ele e os seus companheiros rezaram incessantemente. Passados quinze dias, o frade que estava em

¹³⁴ Cf. *Ibidem*.

¹³⁵ Cf. *Ibidem*, 141.

¹³⁶ Atualmente, esta igreja é a conhecida Igreja de São Vicente de Fora. Sendo que embora os Cónegos Regrantes de Santo Agostinho foram apenas os primeiros proprietários, até porque agora é propriedade do Estado Português. Este mosteiro surgiu devido a uma promessa: caso conseguisse conquistar Lisboa, o rei D. Afonso Henriques, prometeu mandar construir dois mosteiros para duas Ordens Religiosas, um desses mosteiros foi o mosteiro de São Vicente, da Ordem da Santa Cruz. Cf. NASCIMENTO, Aires, *Vida de São Teotónio*, 143, nota 69.

cativo, aparece são e salvo com todos os bens que transportava antes do assalto e ainda com mais doze cativos que tinha convertido.

A confiança de D. Afonso Henriques em São Teotónio era cada vez maior, devido a esta fama de santo, contando-lhe as suas estratégias militares e pedindo a sua oração. Daqui em diante, pediu-lhe conselhos sobre as suas principais batalhas: Ourique, Santarém, Lisboa e ainda Alcácer do Sal. Estas conquistas seriam muito difíceis de serem alcançadas, sendo que, por essa razão, o biógrafo exalta a importância de São Teotónio, afirmando que só com a sua oração é que foram possíveis.¹³⁷

2.1.5 – Ligação a Bernardo de Claraval e percurso final de vida

A amizade e cumplicidade entre São Teotónio e o rei português eram tão profundas que, após São Teotónio ouvir um falso boato acerca da morte de D. Afonso Henriques, nunca mais teve a mesma saúde. Embora viesse a saber que a notícia era falsa, o próprio apontava o facto de a ter recebido como causa da sua constante debilidade.¹³⁸ São Teotónio, uma vez que estava tão fraco e cansado, resignou ao seu cargo, sendo D. João Teotónio, seu sobrinho, o segundo prior do mosteiro de Santa Cruz.¹³⁹

¹³⁷ Cf. *Ibidem*, 149-153.

¹³⁸ Cf. PEREIRA, Maria Helena da Rocha, *Vida de S. Teotónio*, 117.

¹³⁹ Maria Helena da Rocha Pereira traduziu esta perícopa por “D. João, filho de Teotónio” (Cf. *ibidem*, 121), porém Aires do Nascimento traduziu por “D. João Teotónio” (Cf. NASCIMENTO, Aires, *Vida de São Teotónio*, 157). Quando no Canto VIII dos *Lusíadas* (epígrafe desta dissertação), aparece a referência a Teotónio Prior que ajudou a conquistar Arronches das mãos dos muçulmanos, é muito provável que se fale deste sucessor de São Teotónio e não do próprio santo. Embora segundo a “tradição popular” fosse mesmo São Teotónio, essa hipótese está posta de parte. O próprio biógrafo, implicitamente, dá-nos a entender isso mesmo, afirmando que São Teotónio só saiu da clausura nos momentos que tinham já sido narrados anteriormente por ele, recapitulando: nas doenças da família real e no episódio dos moçárabes. Portanto, acaba por nos confirmar que São Teotónio nunca saiu do mosteiro para combater. Cf. PEREIRA, Maria Helena da Rocha, *Vida de S. Teotónio*, 117. Também António Jesus Ramos afirma que São Teotónio apenas saiu do mosteiro nestas três circunstâncias. Cf. RAMOS, António Jesus, “S. Teotónio: Fundador e primeiro prior de Santa Cruz de Coimbra”, in AA. VV., *Estudos Teológicos* 20-21. Aliás, se tivesse saído do mosteiro por este motivo, teria tanta relevância que o biógrafo teria narrado esse episódio. Por outro lado, ao contar a visão que São Teotónio teve com o Apóstolo São Pedro, da qual falaremos mais à frente nesta dissertação, afirma explicitamente que este nunca pegou em nenhuma arma. Se São Teotónio tivesse combatido em Arronches a visão deixaria de fazer sentido. Esta teoria é também defendida por Aires Nascimento. Cf. NASCIMENTO, Aires, *Vida de São Teotónio*, 153. Nota 78. António Cruz corrobora todos estes argumentos, acrescentando ainda que a tradição de fazer a ligação entre São Teotónio e a batalha de Arronches foi uma tradição muito tardia, e que, como tal, o erro pode ter sido um erro de homonímia,

Preferiu que, nos seus últimos dez anos de vida, fosse outro irmão a ocupar o cargo de prior, e, assim, ele poderia dedicar-se mais ainda à oração. Aliás, começara a falar mais vezes na ida para a Jerusalém Celeste e de como seria bom lá estar, citando passagens bíblicas, por exemplo o salmo 121: “Alegrei-me quando me disseram, que iremos para a casa do Senhor”.¹⁴⁰

Ele passou a dedicar todo o seu tempo à oração e à contemplação, aguentando sempre com paciência as dores e a fraqueza que sentia, porém permanecendo sempre alegre, durante estes dez anos de doença e fragilidade.

São Teotónio usava um báculo como auxílio para melhor caminhar e se amparar, que terá sido oferecido por São Bernardo de Claraval. Segundo o hagiógrafo, este santo francês enviou de presente a São Teotónio o referido báculo, após ouvir falar da santidade de São Teotónio.¹⁴¹

Durante estes últimos anos de vida de São Teotónio, muitas foram as visões que testemunhavam a sua santidade. O biógrafo narra a visão de um ancião¹⁴² que viu São Teotónio perante o “Tribunal de Cristo” e onde aparecia em destaque, mais perto de Deus, em relação a todos os outros que estavam na visão.¹⁴³ Houve também um relato de um monge cisterciense que teve uma visão onde aparecia São Teotónio, quando este ainda era vivo. O monge de Cister viu uma planície cheia de homens vestidos de branco e à frente de todos os homens estava São Teotónio, guiando-os como se fosse um cocheiro.¹⁴⁴ A planície estava cercada por uma paliçada e a toda a volta estava o mar, que com as suas fortes ondas ameaçava destruir a paliçada, porém São Teotónio tudo fazia para a proteger. Mais tarde,

que será o mais provável tendo em conta o Prior João Teotónio, ou então que essa tradição quis apenas enobrecer ainda mais a figura do primeiro santo português. Cf. CRUZ, António, “D. Teotónio, prior de Santa Cruz – O primeiro cruzado e primeiro santo de Portugal” in AA. VV., *Santa Cruz de Coimbra. Do século XI ao século XX. Estudos*, 43-44.

¹⁴⁰ Cf. PEREIRA, Maria Helena da Rocha, *Vida de S. Teotónio*, 123.

¹⁴¹ Neste gesto, testemunha-se a grande fraternidade que existia entre os mosteiros de Claraval e de Santa Cruz de Coimbra. Cf. PEREIRA, Maria Helena da Rocha, *Vida de S. Teotónio*, 125. A crosse deste báculo, em forma de Tau, conserva-se no Museu Machado de Castro, em Coimbra. No entanto, é a tradição que aponta esta crosse como sendo verdadeiramente a crosse do báculo de São Teotónio, mas nem todos os autores estão de acordo com esse dado, como veremos no terceiro capítulo desta dissertação.

¹⁴² O biógrafo poderia ter apenas referido que era um ancião, mas teve a preocupação de frisar o facto de ser alguém com uma idade avançada e de muito boa reputação, querendo certamente transmitir-nos a ideia de que o ancião que teve a visão era alguém com sabedoria (traduzida pela idade avançada) e honestidade (boa reputação). Querendo que não haja dúvidas da veracidade desta visão.

¹⁴³ PEREIRA, Maria Helena da Rocha, *Vida de S. Teotónio*, 127.

¹⁴⁴ Cf. *Ibidem*.

quando o monge cisterciense visitou o mosteiro de Santa Cruz, reconheceu imediatamente São Teotónio como sendo aquele que na sua visão defendia a paliçada e logo interpretou toda a sua visão. Segundo o biógrafo, o monge viu a paliçada como sendo o mosteiro de Santa Cruz onde São Teotónio orientava todos os seus irmãos religiosos, através das boas obras e da oração, para alcançarem um dia mais tarde Jerusalém Celeste e os protegia do mar revolto que seria o “mundo”, ou pelo menos a cidade de Coimbra com todas as suas ameaças e escândalos. O hagiógrafo relata ainda que muitas outras pessoas tiveram visões do género com São Teotónio, mas não contou mais visões para que não parecesse ser um conjunto de “sombras e fábulas”.¹⁴⁵

São Teotónio, poucos dias antes de falecer, teve uma visão: estava numa torre muito elevada, no meio do claustro, mais elevada que todo o mosteiro. Na sua mão tinha uma lança, comprida e branca, mas sem ponta. À sua frente estava São Pedro, que o tranquilizou dizendo que estava para breve a chegada a Jerusalém Celeste, elogiando a vida exemplar que São Teotónio tinha tido e a coragem com que ele a vivera, em especial nos últimos anos de vida, em que o seu corpo se tornara uma tremenda provação. Elogiou também o facto de São Teotónio nunca ter pegado em armas e explicou que por isso é que ele transportava a lança sem ponta. Além de tudo isto, na sua visão ainda viu uma escada construída até ao céu que, segundo São Pedro, seria por onde os monges da congregação, que estivessem suficientemente purificados, entrariam na Jerusalém Celeste.¹⁴⁶ Alertou-o que alguns dos monges de Santa Cruz tinham que se purificar mais.¹⁴⁷

Após esta visão, São Teotónio, sabendo da iminente partida para o Pai, pediu que lhe fosse administrado o sacramento da unção dos enfermos e depois celebrou, como de costume, a Sagrada Eucaristia, comungando o Corpo e o Sangue de Cristo. Abençoou e absolveu todos os seus irmãos monges e advertiu-os para que continuassem sempre firmes na fé, para que não desperdiçassem todo o tempo que investiram para alcançarem a santidade. E uma vez que a comunidade estava entristecida por saber que estava próxima a despedida, era o próprio santo que os consolava e alegrava.

¹⁴⁵ Cf. *Ibidem*, 129.

¹⁴⁶ *Ibidem*.

¹⁴⁷ Segundo Mário Martins, esta visão é uma alegoria ou parábola que nos remete para a Escritura, mais concretamente para o episódio da escada de Jacob. Cf. MARTINS, Mário, S.J., *Alegorias, Símbolos e Exemplos Morais da Literatura Medieval Portuguesa*, 27-28.

Um dia antes da sua morte, foi visto um enorme globo estrelado a descer do céu até chegar ao centro do claustro, dele vinha uma imensa luz que iluminava tudo o que o rodeava. Tal acontecimento sobrenatural deixou todos os monges atónitos.¹⁴⁸

Foi a 18 de fevereiro de 1162 que, depois de rezar laudes, São Teotónio morreu.¹⁴⁹ Os irmãos da comunidade viram o quão alegre ele estava, de facto não tinham dúvidas da sua santidade e que o céu seria a sua morada eterna. Assim como os cónegos regantes, também os cidadãos da sua cidade tinham essa certeza, tal era a fama de santidade. O rei D. Afonso Henriques encheu-se de compaixão e, segundo consta, sentindo uma enorme dor terá dito: “antes estará a sua alma no céu do que o corpo no sepulcro”.¹⁵⁰

Os irmãos carregaram o corpo para a igreja e iniciaram-se as exéquias, rezando e cantando salmos, hinos e cânticos espirituais. Foi então sepultado, dia 19 de fevereiro, na sala do capítulo pelo bispo Dom Miguel, bispo de Coimbra e cónego de Santa Cruz.¹⁵¹

Segundo o autor desta hagiografia, após a alma de São Teotónio deixar o seu corpo, um espírito tentou desviá-la, porém ao não encontrar qualquer possibilidade de o fazer, atormentou antes um criado do mosteiro que ali se encontrava, enquanto a alma do santo prior subiu até à Jerusalém Celeste.¹⁵²

A “canonização” de São Teotónio decorreu precisamente um ano após a sua morte, sendo assim o primeiro santo português. A “canonização” foi presidida por D. João Peculiar, arcebispo de Braga, porém também estavam presentes muitos outros bispos originários do mosteiro de Santa Cruz: D. Odório, bispo de Viseu; D. Pedro, bispo do Porto e D. Mendo, bispo de Lamego.¹⁵³

¹⁴⁸ Cf. PEREIRA, Maria Helena da Rocha, *Vida de S. Teotónio*, 135.

¹⁴⁹ Embora a obra refira que rezaram as “matinas”, tal como explica Aires do Nascimento, as matinas neste caso representam as laudes, uma vez que, na Regra de São Bento, o ofício de leitura (atualmente também conhecido por matinas) é chamado de “nocturnos” e não de “matinas”. Cf. NASCIMENTO, Aires, *Vida de São Teotónio*, 165, nota 88.

¹⁵⁰ Cf. *Ibidem*, 165.

¹⁵¹ Aires do Nascimento alerta que o bispo D. Miguel Salomão só se tornou cónego da Santa Cruz depois da sua resignação, em 1176. Isto dá-nos a entender que provavelmente o texto foi adulterado por quem fez a cópia desta obra, nos finais do século XII. Cf. *Ibidem*, 167, nota 92.

¹⁵² Cf. *Ibidem*, 167.

¹⁵³ Cf. *Ibidem*, 167-169, nota 93.

2.2 – Espiritualidade de São Teotónio e o seu legado

Para compreendermos a espiritualidade de São Teotónio e o seu legado, temos que aprofundar o nosso conhecimento sobre a fundação do mosteiro de Santa Cruz de Coimbra, a vida dos seus fundadores, a Regra que foi seguida e os principais acontecimentos do priorado de São Teotónio, para que sejam compreensíveis os frutos da sua ação e espiritualidade.

2.2.1 – Fundação do mosteiro de Santa Cruz de Coimbra e seus fundadores

A principal fonte de informação acerca da fundação do mosteiro de Santa Cruz é a obra hagiográfica *Vita Tellonis*. Nesta obra, o seu autor, mestre Pedro Alfarde¹⁵⁴, apresenta-nos a vida e obra de D. Telo como um modelo de edificação espiritual e mística. O ato de fundação do mosteiro data de 28 de Junho de 1131, dia em que foi colocada a 1ª pedra, e véspera da Solenidade de São Pedro e São Paulo. Em 25 de Fevereiro de 1132, iniciou-se a vida claustral, em que se celebrava a quarta-feira de cinzas que, simbolicamente se vive mais o recolhimento, a penitência e a humildade.

Os principais fundadores desta canónica foram: D. Telo, D. João Peculiar, São Teotónio e D. Afonso Henriques. D. Telo foi arcebispo da Sé de Coimbra e entre 1104 e 1108 ou entre 1105 e 1109 acompanhou o bispo de Coimbra, D. Maurício, na peregrinação à Terra Santa, tornando-se assim nos primeiros portugalenses a irem à Palestina.¹⁵⁵ Nesta viagem, o arcebispo contactou com várias comunidades religiosas e com seus modelos monásticos. Sendo provável que D. Telo tenha decidido fundar um mosteiro a partir desta experiência, aproveitando-a para recolher dados concretos para se preparar para dar esse passo num futuro próximo. Porém, tinha dois impeditivos: não tinha onde construir esse mosteiro nem tinha companheiros que partilhassem da mesma vontade.¹⁵⁶ Até 1128, ano em que se deu a batalha de São Mamede, nada mais se sabe sobre este fundador. Neste ano, após a morte de D.

¹⁵⁴ O Mestre Pedro Alfarde é considerado por muitos como sendo o quarto prior de Santa Cruz de Coimbra, porém Armando Martins discorda. Aponta para a existência de um homónimo baseando-se no necrológio do mosteiro de São Jorge de Coimbra, em alguns diplomas e na opinião de D. Tomás da Encarnação e de D. José de Cristo. Cf. MARTINS, Armando Alberto, *O Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra na Idade Média*, 306.

¹⁵⁵ Cf. *Ibidem*, 191-192.

¹⁵⁶ Cf. MARQUES, José, *S. Teotónio e a cultura no século XII*, 77.

Gonçalo, sucessor de D. Maurício, o povo, o clero de Coimbra e a própria rainha D. Teresa apoiavam a hipótese de D. Telo ser o novo bispo da Diocese. E isto pode dever-se à importância que tinha como arcediogo e ao facto de ser tão próximo do falecido prelado, ao ponto de este considerar D. Telo como sendo “o seu coração”.¹⁵⁷ No entanto, como D. Telo era fiel a D. Teresa e como apoiava a liturgia moçárabe, D. Afonso Henriques opta por nomear D. Bernardo como bispo de Coimbra. Contudo, em 1130, após conhecer verdadeiramente o antigo arcediogo e a sua intenção de construir um mosteiro em Coimbra, o jovem monarca doa-lhe os Banhos Régios que ficavam fora das muralhas, na periferia da cidade.¹⁵⁸ Em meados de 1131, D. Telo complementa este espaço ao comprar à Sé um horto adjacente ao território doado pelo rei. Agora, o problema limitava-se a arranjar companheiros que quisessem seguir o mesmo ideal para que o mosteiro pudesse avançar.

D. Telo convidou D. João Peculiar, que tinha chegado recentemente de França com o título de *magister* e que por isso fora feito mestre-escola do cabido da Sé de Coimbra. Este aceitou o convite e viria a tornar-se um dos quatro fundadores do mosteiro de Santa Cruz de Coimbra. Segundo Carl Erdmann, este foi mesmo o principal fundador do mosteiro.¹⁵⁹ Foi D. João Peculiar que sempre ajudou a resolver todos os problemas da canónica, quer enquanto membro fundador, quer depois como arcebispo de Braga. Foi este fundador que sempre serviu de ponte entre a canónica e a Santa Sé, sendo dele a ideia de colocar o mosteiro sob jurisdição direta de Roma, pedindo a isenção em relação à Sé de Coimbra. Por todos estes motivos, Avelino de Jesus da Costa considera D. João peculiar como tendo sido a “alma” desta nova instituição.¹⁶⁰

Outro fundador foi, obviamente, São Teotónio. Porém nem todos os autores o consideram como um dos fundadores, como é o caso de Avelino Jesus da Costa que considera apenas os outros três fundadores.¹⁶¹ Contudo, a maioria dos investigadores e historiadores concorda com a nossa opinião destacando São Teotónio como sendo também um dos

¹⁵⁷ Cf. CRUZ, António, “D. Teotónio, prior de Santa Cruz – O primeiro cruzado e primeiro santo de Portugal”, in AA. VV., *Santa Cruz de Coimbra. Do século XI ao século XX. Estudos*, 33.

¹⁵⁸ A *Vita Tellonis* refere que D. Afonso Henriques terá vendido os Banhos Régios em troca de uma sela de cavalo que D. Telo terá comprado em Montpellier. Cf. NASCIMENTO, Aires, *Hagiografia de Santa Cruz de Coimbra*, 61. Porém, como podemos confirmar através do Livro Santo de Santa Cruz, o documento da doação dos Banhos Régios a D. Telo refere que foi uma doação por amizade e não uma venda. Cf. L. Ventura, A. Faria; *Livro Santo*, 264, doc. 122.

¹⁵⁹ Cf. ERDMANN, Carl, *O papado e Portugal no primeiro século da história portuguesa*, 39.

¹⁶⁰ Cf. COSTA, Avelino de Jesus da, “D. João Peculiar co-fundador do mosteiro de Santa Cruz de Coimbra, Bispo do Porto e Arcebispo de Braga”, in AA. VV., *Santa Cruz de Coimbra. Do século XI ao século XX. Estudos*, 59.

¹⁶¹ Cf. *Ibidem*.

fundadores. Se D. Telo foi o iniciador e construtor e D. João Peculiar o conselheiro e responsável pelo ordenamento jurídico, São Teotónio foi o primeiro prior e responsável pela vida comunitária e espiritual de todos os Cónegos Regrantes. Foi ele o “pai” espiritual, o exemplo e modelo de vida, marcando de forma indelével os primeiros tempos de vida e formação do mosteiro, como já pudemos compreender ao longo da análise da sua biografia no número anterior.¹⁶²

Por fim, o último fundador foi D. Afonso Henriques. Foi o rei que, além de oferecer grande parte do terreno onde foi construído o mosteiro, custeou grande parte das obras e continuou sempre a fazer doações e a oferecer privilégios a esta canónica coimbrã. Armando Martins avança com a hipótese de D. Afonso Henriques ter tomado esta decisão de apoiar tão ativamente o mosteiro de Santa Cruz para impressionar a Santa Sé, e assim, obter o seu apoio quando necessário.¹⁶³ Além disso, era necessário aumentar a estabilidade religiosa do condado portugalense, especialmente em Coimbra, e a implementação da Reforma Gregoriana iria trazer essa mesma estabilidade. Como desapareceram dois importantes mosteiros, o de Vacariça e o de Lorvão, o aparecimento do mosteiro de Santa Cruz de Coimbra poderia trazer essa grande vantagem.¹⁶⁴

Tal veio a confirmar-se: em 1131, os Cónegos Regrantes desta canónica contribuíram de forma inédita para que a Reforma fosse implementada, com destaque para a dimensão litúrgica em que os crúzios aproveitaram a cultura moçárabe para implementar a partir dela esta mesma Reforma. Neste aspeto, terão recebido a influência de Santo Agostinho, uma vez que seguiam a sua Regra e uma vez que também ele há alguns séculos fizera o mesmo em relação à cultura pagã. Assim, Santa Cruz de Coimbra conseguiu alcançar a paz há muito procurada quer por reformadores, quer por moçárabes, pois assimilavam a cultura moçárabe mas de forma a reformulá-la.¹⁶⁵

A Regra seguida por São Teotónio e pelos seus companheiros no mosteiro de Santa Cruz foi, como já referimos, a Regra de Santo Agostinho. Esta Regra respondia perfeitamente ao apelo feito pelo papa Gregório VII que pedia, no âmbito da Reforma Gregoriana, que os

¹⁶² Cf. RAMOS, António Jesus, “S. Teotónio: Fundador e primeiro prior de Santa Cruz de Coimbra”, in AA. VV., *Estudos Teológicos*, 15.

¹⁶³ Cf. MARTINS, Armando Alberto, *O Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra na Idade Média*, 200-201.

¹⁶⁴ Cf. *Ibidem*, 142.

¹⁶⁵ Cf. *Ibidem*, 143.

monges não optassem pela “fuga do mundo”, mas sim pela sua conquista.¹⁶⁶ Ora, toda a vida conventual de um mosteiro se define a partir da Regra observada e pelas especificações adoptadas, das quais os Costumeiros e as Constituições fazem parte.¹⁶⁷ Assim sendo, o mosteiro de Santa Cruz de Coimbra tinha ainda a observância do Costumeiro de São Rufo de Avinhão. Os fundadores da canónica tomaram conhecimento deste modelo regrante no regresso da viagem à Terra Santa ou da viagem a Pisa.¹⁶⁸ Ao contrário de outras abadias que estavam ligadas juridicamente a uma abadia central, como era a de São Rufo de Avinhão, Santa Cruz de Coimbra só seguia os Costumes desta canónica francesa sem ter uma ligação jurídica com ela. O regime alimentar e o vestuário eram humildes e a organização institucional era austera e rigorosa. O prior presidia a todos os acontecimentos, orações e decisões, sendo a ele que todos se reportavam. De forma quotidiana, havia uma reunião comunitária, conhecida pelo nome de capítulo.¹⁶⁹

Em 1135, após a fundação da canónica e da escolha do modelo a ser seguido, o diácono Domingos Salomão foi enviado ao mosteiro de São Rufo para então proceder à cópia dos seus supracitados Costumes. Este diácono teve por companheiros dois dos fundadores, D. Telo e D. João Peculiar, isto porque os dois fundadores tinham que se dirigir a Pisa, onde morava o papa, para que este aprovasse a fundação do mosteiro e aceitasse que este ficasse sob a jurisdição da Santa Sé. A viagem foi muito bem sucedida, uma vez que, a 26 de maio de 1135, Inocêncio II, através da promulgação da bula *Desiderium quod*, aceitou a proposta dos cruzios em troca de um tributo anual de dois bizantinos de ouro. Esta bula confirmava todos os bens presentes e futuros da canónica regrante. O papa enviou ainda uma bula ao rei e outra ao bispo de Coimbra, *Quod personam* e *In cathedra*, respetivamente, a recomendar-lhes que ajudassem este mosteiro.¹⁷⁰ Estas medidas protegiam o mosteiro contra o cabido da Sé de Coimbra que queriam obrigar o mosteiro de Santa Cruz a fazer-lhe o testamento do local e de todos os bens do mosteiro.¹⁷¹

¹⁶⁶ Cf. *Ibidem*, 74.

¹⁶⁷ Cf. *Ibidem*, 234.

¹⁶⁸ Cf. *Ibidem*, 91.

¹⁶⁹ Cf. *Ibidem*, 98-100.

¹⁷⁰ Cf. COSTA, Avelino de Jesus da, “D. João Peculiar co-fundador do mosteiro de Santa Cruz de Coimbra, Bispo do Porto e Arcebispo de Braga”, in AA. VV., *Santa Cruz de Coimbra. Do século XI ao século XX. Estudos*, 60.

¹⁷¹ Cf. NASCIMENTO, Aires, *Hagiografia de Santa Cruz de Coimbra*, 65.

No regresso, passaram por Avinhão e ficaram hospedados no mosteiro regrante durante algum tempo, enquanto Domingos Salomão copiava alguns dos documentos e só depois os três regrantes portugueses regressaram à sua canónica.¹⁷²

Após a morte de D. Telo, em 1136, o seu amigo e companheiro D. João Peculiar foi elevado ao grau do episcopado, tomando a cátedra do Porto. Nesse mesmo ano, Domingos Salomão foi enviado à canónica rufiniana, o que nos indica que no ano anterior não copiou todos os documentos necessários.¹⁷³ Desta vez, terminou a cópia do *Costumeiro* e regressou então a Coimbra em meados de junho.¹⁷⁴ Dois anos mais tarde, D. João Peculiar foi nomeado arcebispo de Braga, porém continuou sempre a ajudar o seu antigo mosteiro. Por isso é que em 1139, quando este se dirigiu a Roma para ser confirmado como arcebispo, receber o pálio e participar no II Concílio de Latrão, fez-se acompanhar novamente de uma comitiva crúzia. Desta vez, o prior São Teotónio incumbiu não só Pedro Salomão, irmão de Domingos Salomão, como também Mendo. Estes foram pedir novamente ao papa Inocêncio II que reconfirmasse tanto os privilégios anteriores como as recomendações feitas há uns anos ao rei e ao bispo diocesano. O pontífice voltou a anuir as pretensões dos regrantes ao enviar as bulas *Ex divine legis e Donorum principum*, respetivamente.¹⁷⁵ Na viagem de regresso, passaram então por Avinhão para fazerem as cópias dos documentos que estavam em falta. Chegaram a Coimbra, em junho de 1139, com as seguintes obras copiadas: um ordinário, um capitulário, um antifonário, quatro comentários bíblicos de Santo Agostinho, dois comentários de Santo Ambrósio, a *Regula Pastoralis* de São Gregório Magno e, ainda, um comentário de Beda, o Venerável. Estes textos, três de carácter litúrgico e sete de carácter patrístico, vinham incrementar o número de obras na posse do mosteiro, juntando-se às constituições jurídicas e disciplinares adquiridas com a cópia do *Costumeiro*, dando mais orientação doutrinal e, de salientar, um maior destaque de Santo Agostinho que assim se tornava mesmo o seu mestre, responsável pela orientação destes cónegos.¹⁷⁶

O sucesso doutrinal da comunidade regrante estava no modo de agir do prior São Teotónio. A Regra de Santo Agostinho salienta a exemplariedade, tomando como lema:

¹⁷² Cf. MARTINS, Armando Alberto, *O Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra na Idade Média*, 143.

¹⁷³ Cf. *Ibidem*, 220.

¹⁷⁴ Cf. *Ibidem*, 234.

¹⁷⁵ Cf. COSTA, Avelino de Jesus, “D. João Peculiar co-fundador do mosteiro de Santa Cruz de Coimbra, Bispo do Porto e Arcebispo de Braga”, in AA. VV., *Santa Cruz de Coimbra. Do século XI ao século XX. Estudos*, 60-61.

¹⁷⁶ Cf. MARTINS, Armando Alberto, *O Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra na Idade Média*, 236-237.

“Pregar pela vida e pelo exemplo”.¹⁷⁷ Além disso, esta Regra também destacava a importância da prática da caridade, da humildade e da comunhão de bens. São Teotónio, como “pai” que era, doutrinava os cónegos através do seu exemplo em cumprir estas virtudes. Esta atitude de São Teotónio permitia-lhe advertir com autoridade quando os cónegos regrantes não procediam correctamente, pois só sendo vigilante na correção fraterna é que podia conduzir os companheiros num caminho de santidade, em consonância com a Regra que seguiam.¹⁷⁸

2.2.2 – Priorado de São Teotónio

Embora no número anterior já tenhamos falado do tempo em que São Teotónio foi prior do mosteiro de Santa Cruz e descrevêssemos o seu modo de agir com os seus companheiros, agora neste número vamos aprofundar o estudo dessa questão, analisando os aspetos que mais marcaram o seu priorado: as suas relações com a Coroa, com a Sé de Coimbra e com a Santa Sé, assim como a fundação da paróquia de São João Baptista e do Hospital de São Nicolau.

2.2.2.1 – Privilégios papais e régios: origem de uma nova contenda

Como também já referimos, em 1135 e em 1139, os Cónegos Regrantes procuraram a proteção da Santa Sé em relação ao Cabido da Sé de Coimbra, que queriam aproveitar-se deste mosteiro. Os cónegos da Sé viam a construção do mosteiro de Santa Cruz como uma possível insubordinação contra a sua canónica e por isso exigiam que D. Telo lhes passasse um testamento dos bens adquiridos assim como do próprio espaço ocupado pelo mosteiro, tentando assim colocar tantos entraves e dificuldades que a construção fosse impedida de continuar ou então, se continuasse, que ficasse dependente da autoridade episcopal.¹⁷⁹ Nesta altura, o bispo D. Bernardo ainda não teria a mesma opinião do seu Cabido, uma vez que ele próprio presidiu ao lançamento da primeira pedra, como nos comprova a *Vita Sancti*

¹⁷⁷ Cf. *Ibidem*, 240.

¹⁷⁸ Cf. *Ibidem*, 241.

¹⁷⁹ Cf. *Ibidem*, 230-232.

Theotonii: “Firmados na sua autoridade [D. Afonso Henriques] e na de Bernardo, venerando bispo de Coimbra, (...) deram início à construção de um mosteiro...”.¹⁸⁰

Em 1144, o papa Lúcio II, por meio da bula *Ad hoc universalis*, volta a conceder privilégios à canónica regrante:

“Lúcio II recebe-os sob tutela e proteção; confirma-lhes os bens adquiridos justa e canonicamente, citando entre eles oito igrejas (S. Romão de Seia, S. João de Santa Cruz, Mira, Quiaios, Travanca, Alcarouvim, Auriol e Figueiredo). Isenta-os do pagamento de dízimos mas reserva os direitos do bispo diocesano, para os três casos naturais de administração do crisma, consagração de altares ou igrejas e ordenação de clérigos.”¹⁸¹

Mais tarde, em 1148, o papa Eugénio III voltará a repetir e confirmar todos estes privilégios por meio da bula *Apostolica Sedis*.

Em 1154, o cardeal Jacinto, legado papal, foi recebido com grande solenidade no mosteiro e aí confirmou novamente todos os bens e a isenção dos dízimos, acrescentando ainda mais dois privilégios: o direito à sepultura e a livre eleição do prior.¹⁸²

Por último, em 1157, o papa Adriano IV, antigo abade do mosteiro de S. Rufo, por meio da bula *Ad hoc universalis*, confirmou as novas propriedades dos crúzios: as igrejas do castelo de Leiria e a de Taveiro. Além disso, ainda permitiu a coleta de dízimos dentro dos limites da paróquia de São João Batista, também conhecida como paróquia de Santa Cruz, e

¹⁸⁰ A *Vita Sancti Theotonii* comprova-nos que as relações entre o mosteiro de Santa Cruz e o episcopado de Coimbra ainda eram muito boas. Cf. NASCIMENTO, Aires, *Vida de São Teotónio*, 125.

¹⁸¹ MARTINS, Armando Alberto, *O Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra na Idade Média*, 243-244.

¹⁸² Cf. *Ibidem*, 244.

dentro dos limites do hospital de São Nicolau. Além disso, ainda confirmou a prática da livre eleição do prior, já aprovada há três anos pelo seu legado papal.¹⁸³

Além de todos estes momentos descritos, em que Santa Cruz de Coimbra recebeu privilégios papais, em 1143, durante o Sínodo de São João de Almedina, também houve um alargamento do quadro jurídico da canónica por intermédio do legado papal, cardeal Guido, porém veremos este acontecimento com detalhe de seguida.

O rei D. Afonso Henriques também continuava a conceder privilégios e benefícios, não só pelos argumentos anteriormente referidos, como também para cumprir com a vontade de Roma expressa nas bulas que lhe foram dirigidas em 1135 e 1139. Como tal, D. Afonso Henriques, além de outros privilégios, concedeu também imensos coutos ao mosteiro de Santa Cruz de Coimbra, contando assim com a ajuda desta canónica para o povoamento, exploração e administração destes territórios. O rei D. Afonso Henriques, desde 1138 a 1158, concedeu a ermida de S. Romão (Seia) por carta de couto, doa em testamento a herdade de Alvorge (Ansião), concede a Santa Cruz de Coimbra a dízima de toda a Ladeia (Penela, Condeixa-a-Nova, Soure e Ansião), concede o couto das “villas” de Quiaios, Eimede e de Lavos (Figueira da Foz), concede couto de um navio de pesca, atribui carta de couto de todos os homens que habitassem e viessem a habitar nos territórios pertencentes ao mosteiro, doa a jurisdição eclesiástica de Leiria e faz testamento à canónica da ilha de Aveiró (Figueira da Foz).¹⁸⁴

Além destas cartas de couto, doações e testamentos atribuídos pelo rei D. Afonso Henriques, a canónica também recebia propriedades por parte de doações e testamentos da parte de vários nobres. Também o mosteiro adquiria outras propriedades através de compras e escambos, por exemplo nas zonas de Viseu, Lafões, Gouveia, Santarém, Vizela e Caceira.

¹⁸³ Cf. *Ibidem*.

¹⁸⁴ Cf. VENTURA, Leontina; FARIA, Ana Santiago; *Livro Santo*, 120-132, docs. 8-14.

Estes dados provam que haveria uma estratégia de implantação territorial por parte do mosteiro.¹⁸⁵

Além de todos estes privilégios régios e papais, ainda tinham o Hospital de São Nicolau e a paróquia de São João Batista que ajudavam a que o mosteiro tivesse tanto destaque, poder e riqueza. Esta afirmação de poder despoletou uma tensão enorme entre a Sé de Coimbra e o mosteiro de Santa Cruz.

2.2.2.2 – Fundação da paróquia de São João Batista

A principal intenção do mosteiro de Santa Cruz era criar um centro de “*vita apostolica*” exercida por um clero que vivesse segundo a imitação dos apóstolos, que fosse muito bem formado na Sagrada Escritura e de boa prática de oração, para que pudessem evangelizar numa terra de fronteira e onde era tão necessário inclementar a Reforma Gregoriana.¹⁸⁶ Outra intenção era, através do seu exemplo de pobreza, de caridade para com os doentes, idosos e mendigos, ajudarem a reformar o clero.¹⁸⁷

Como já referimos anteriormente, os Regrantes, por estatuto, não seguiam a tendência monacal da “fuga do mundo”, pelo contrário viviam esta vida apostólica no meio dele para que o conseguisse impregnar. Por isso é que aceitavam funções paroquiais, atribuindo a alguns dos cónegos essas responsabilidades. A Santa Cruz foi-lhes dada a jurisdição da paróquia onde estava situada a canónica. Esta paróquia foi fundada a partir de território cedido por paróquias mais antigas como São Tiago e Santa Justa, diminuindo um pouco os seus limites.

¹⁸⁵ Cf. MARTINS, Armando Alberto, *O Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra na Idade Média*, 246.

¹⁸⁶ Cf. GOMES, Saul António, “Cónegos Regulares de Santa Cruz”, in AZEVEDO, Carlos Moreira (Dir.), *Dicionário de História Religiosa de Portugal*, A-C, 429.

¹⁸⁷ Cf. MARTINS, Armando Alberto, *O Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra na Idade Média*, 230.

A paróquia de São João Batista recebeu este nome devido à igreja matriz ter este santo por seu orago. Esta igreja matriz ficava ao lado da igreja do mosteiro, fazendo com que também ficasse conhecida como paróquia de Santa Cruz devido à proximidade e à jurisdição crúzia.

O seu terrotório foi delimitado em junho de 1139, com o auxílio de D. João Peculiar, e abrangia todo o espaço em redor da canónica. Uma vez que esta paróquia estava sob jurisdição crúzia, todos os paroquianos pagavam o dízimo ao mosteiro em vez de pagarem à Sé de Coimbra. Mais tarde, em 1143, a paróquia foi aumentada a quando da visita do cardeal Guido. E, em 1157, sofreu o último alargamento após o pedido expresso do rei e da confirmação do próprio papa Adriano. Em todos os aumentos, houve a estreita colaboração do arcebispo D. João Peculiar.¹⁸⁸

Desde a sua fundação que esta paróquia era totalmente dispar das paroquiadas quer por clero secular quer por outras ordens monásticas. Era distinta das paroquiadas por clero diocesano, porque a paróquia tinha ligação com o mosteiro e não com a Sé, dando-lhe assim mais condições e uma maior beleza e dignidade das celebrações, aliando a ação pastoral e o ofício divino. Por outro lado, era diferente das paróquias cuidadas por outros mosteiros no sentido em que não havia intermediários, eram os próprios cónegos responsáveis que se empenhavam na pastoral da paróquia, uma vez que não praticavam a “fuga do mundo”.

Esta espiritualidade crúzia era tão distinta que isso notava-se na ação pastoral, o que provocava discrepâncias em relação à ação pastoral praticada pelo clero secular. Entretanto, como os cónegos regrantes começaram a trabalhar também noutras paróquias, começou a notar-se ainda mais essa discrepância entre paróquias que dependiam da Sé e paróquias que

¹⁸⁸ Cf. *Ibidem*, 248.

dependiam do mosteiro de Santa Cruz. Como é o caso de Leiria, em que os direitos eclesiásticos foram atribuídos por doação régia, em abril de 1142.¹⁸⁹

Isto fez com que os paroquianos de outras paróquias começassem a conhecer melhor o trabalho pastoral dos cónegos regantes e começassem a vir para a paróquia de São João Batista, onde pediam sepultura, faziam doações e aumentavam o seu prestígio, em detrimento da Sé de Coimbra.

Este sucesso pastoral alcançado pelo mosteiro de Santa Cruz de Coimbra aumentou de tal maneira a tensão, que já se fazia sentir, entre a Sé e o próprio mosteiro, que justificou a realização do Sínodo de São João de Almedina, presidido pelo cardeal Guido, legado do papa que estava em visita apostólica no Condado Portucalense.

2.2.2.3 – Sínodo de São João de Almedina

Este Sínodo teve então o intuito de pôr fim à grave querela que separava as duas maiores entidades eclesiais da Diocese. Este encontro terá acontecido durante o Verão, antes deste legado papal presidir, nos dias 4 e 5 de Outubro, à reunião de Zamora entre Afonso VII e D. Afonso Henriques que seria o grande motivo desta visita apostólica. Terá sido durante a sua estadia em Coimbra que D. Afonso Henriques terá oferecido a sua vassalagem à Santa Sé.

Neste Sínodo, o cardeal Guido ouviu e julgou as queixas que o bispo de Coimbra, D. Bernardo, e os cónegos da Sé apresentaram contra o mosteiro de Santa Cruz. Armando Martins sintetiza-as em quatro pontos, que passaremos a citar:

“1. Santa Cruz recebia, ilegalmente, dos fiéis dízimos que pertenciam à jurisdição da Sé;

¹⁸⁹ Cf. *Ibidem*, 249-251.

2. O mosteiro não pagava a terça episcopal da sua capela paroquial de São João Batista;
3. Os regrantes não só aceitavam dar sepultura a alguns defuntos, mas, violentamente, apoderavam-se de vários corpos que pertenciam à jurisdição secular, para os enterrar no seu próprio cemitério;
4. O mosteiro, quando precisava de conferir ordens sacras a membros da sua comunidade não o fazia através do bispo diocesano, mas, ostensivamente e à revelia do direito, utilizava prelados estranhos e sem o prévio acordo do ordinário do lugar.”¹⁹⁰

Quanto ao primeiro ponto, os regrantes negaram a veracidade das queixas e argumentaram que o bispo e o cabido estavam a confundir os dízimos que diziam respeito à Sé com outros impostos de origem régia. No entanto, perderam a causa e foram obrigados a pagar à Sé essa dívida, algo que fizeram sem contestação. Quanto ao segundo ponto, conseguiram comprovar, recorrendo ao privilégio atribuído por Inocêncio II, que estavam isentos desse imposto. As duas últimas acusações foram as mais delicadas. Quanto à questão das sepulturas, o legado papal advertiu o cabido por ter uma mentalidade pouco ortodoxa, afirmando que cada fiel tinha liberdade de escolher onde queria ser sepultado e proibiu os cônegos da Sé de Coimbra de continuarem a excomungar os fiéis que não pagassem a sua sepultura. Por fim, o quarto ponto foi o mais complicado de todos. As ordenações aconteceram sem o acordo do ordinário de lugar e, portanto, iam contra as normas do direito. Isto deixou o arcebispo de Braga numa situação complicada, uma vez que o bispo a quem os cônegos regrantes recorreram foi o D. João Peculiar.¹⁹¹ Como consequências, o papa Inocêncio II, pela bula *Gravamen et molestias* ordenou que o arcebispo jamais voltasse a

¹⁹⁰ Cf. *Ibidem*, 256.

¹⁹¹ Cf. *Ibidem*, 257-258.

intrometer-se na jurisdição episcopal de Coimbra sem a aprovação do seu prelado e pela bula *Apostolice Sedis*, isentou o bispo de Coimbra do poder metropolitano de Braga.¹⁹² Embora o cardeal Guido tenha defendido os crúzios durante o Sínodo, o papa escreveu uma carta privada ao prior de Santa Cruz, São Teotónio, para o advertir dos excessos e abusos cometidos pelo mosteiro.¹⁹³

2.2.2.4 – O Hospital de São Nicolau

A criação de hospitais era, nesta altura, uma prática recorrente dos mosteiros, para que assim praticassem a caridade junto dos mais necessitados. Porém, os crúzios tinham uma motivação maior: era a própria Regra de Santo Agostinho que exigia que esta prática fosse integrante de qualquer mosteiro que seguisse essa Regra. Tendo em conta que Coimbra estava na fronteira, o hospital era necessário para acolher e tratar os feridos que resultavam dos confrontos.

Não há dados em relação à fundação deste Hospital, porém Armando Martins refere que terá sido entre 1148 e 1150. A falta de documentação não esclarece várias questões: se já existiria um edifício próprio, se sim, desde quando, qual a sua capacidade, como era administrado e que requisitos existiriam para a admissão dos doentes. Porém, sabe-se que durante o priorado de São Teotónio os bens desse Hospital eram muito reduzidos, só no priorado seguinte é que haverá um aumento exponencial do seu património.¹⁹⁴

2.2.2.5 – Fim do priorado de São Teotónio e sua canonização

São Teotónio escolheu viver os últimos dez anos da sua vida de forma mais contemplativa e sem ter o jugo e a responsabilidade de ser o prior da comunidade, como já tivemos oportunidade de ver. Quando ele faleceu os cónegos ratificaram a sua escolha

¹⁹² Cf. COSTA, Avelino de Jesus da, “D. João Peculiar co-fundador do mosteiro de Santa Cruz de Coimbra, Bispo do Porto e Arcebispo de Braga”, in AA. VV., *Santa Cruz de Coimbra. Do século XI ao século XX. Estudos*, 69.

¹⁹³ Cf. MARTINS, Armando Alberto, *O Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra na Idade Média*, 248.

¹⁹⁴ Cf. *Ibidem*, 262.

elegendo o seu sobrinho, D. João Teotónio, como seu novo prior. Uma vez que só podia haver um prior, oficialmente, o prior continuou sempre a ser São Teotónio, daí ter sido necessário oficializar a eleição do novo prior. A eleição deu-se a 1 de Março de 1162 e precisamente dois meses mais tarde realizava-se o primeiro Capítulo Geral da congregação.

Outro grande acontecimento para Santa Cruz de Coimbra, durante este ano de 1162, foi a isenção episcopal por parte do bispo de Coimbra, D. Miguel Salomão, através da *Karta libertatis*. Este documento vinha trazer a solução para a querela que separava há trinta anos as duas canónicas coimbrãs.¹⁹⁵ Este bispo, ainda, pediu ao papa Alexandre III que confirmasse esta total liberdade do mosteiro em relação à Sé de Coimbra, o que veio a materializar-se em 16 de Agosto de 1163 pela bula *Ad hoc universalis*.¹⁹⁶

A “canonização” de São Teotónio aconteceu a 18 de Fevereiro de 1163 durante um Sínodo provincial, convocado por D. João Peculiar. Foram os bispos que procederam à “canonização”, como era recorrente na época, e posteriormente o papa Alexandre III confirmou a “viva voz” esta “canonização” e decretou que a 18 de fevereiro seria celebrada a festa em memória deste santo.¹⁹⁷

Nos anos seguintes à sua “canonização”, os principais entusiastas da exaltação da santidade de São Teotónio foram D. Afonso Henriques e a sua descendência, inclusivamente, começaram a batizar vários membros da família com este nome.¹⁹⁸

¹⁹⁵ Esta paz acabou por não durar muito tempo, tendo em conta que, anos mais tarde, após um inquérito aos vários cônegos do cabido, foi provado que foram forçados a assinar a *karta libertatis*, havendo ainda provas de que existiam assinaturas forjadas e que o selo tinha sido viciado. Soube-se ainda que foi o próprio rei que, com a sua presença e a de militares na sala capitular, convenceu de forma unânime a aceitar dar a isenção total à canónica regrante. Embora, em 1162, se tenha conseguido a paz, no fim do século a situação viria a revelar-se ainda mais grave do que era antes desta iniciativa do bispo D. Miguel Salomão. Cf. *Ibidem*, 290.

¹⁹⁶ Cf. *Ibidem*, 285-289.

¹⁹⁷ Cf. *Ibidem*, 298.

¹⁹⁸ Cf. *Ibidem*, 299.

A obra *Vita Sancti Theotonii* e a “canonização” do primeiro santo português divulgaram a vida exemplar que este tinha vivido, o que provocou um aumento ainda maior de prestígio e de vocações.

O rei português via na canonização do seu amigo e conselheiro uma grande vantagem política, pois trazia imenso prestígio, não só para o mosteiro, mas também para o reino, principalmente junto da Santa Sé. A corroborar esta afirmação temos a atitude deste monarca que, no mesmo ano em que São Teotónio foi canonizado, escreveu uma carta ao papa Alexandre III a lembrar que ele também fora um dos fundadores do mosteiro de Santa Cruz de Coimbra e que sempre o apoiou e protegeu.¹⁹⁹

2.3 - A prática litúrgica nos primórdios do mosteiro de Santa Cruz de Coimbra

Na vida quotidiana dos crúzios, o que ocupava mais tempo era de facto a prática litúrgica, quer do canto do ofício divino, quer da liturgia sacramental, em especial a Eucaristia.²⁰⁰

Os Cónegos Regrantes de Santa Cruz davam imensa importância ao rigor do canto do ofício divino. De tal forma que, através do Costumeiro, sabemos que cantavam diariamente as oito horas canónicas ao longo de sete momentos do dia.²⁰¹ Sendo que diariamente não cantavam apenas o ofício divino do dia, mas também o ofício da Virgem Maria e dos defuntos. Com a diferença de que, nos dois primeiros, eram celebradas todas as horas e no dos defuntos apenas as vésperas, matinas e laudes. Durante a celebração do ofício divino

¹⁹⁹ Cf. *Ibidem*, 300.

²⁰⁰ Cf. GOMES, Saul António, “Cónegos Regulares de Saul Santa Cruz”, in AZEVEDO, Carlos Moreira (Dir.), *Dicionário de História Religiosa de Portugal*, A-C, 429.

²⁰¹ Cf. MARTINS, Armando Alberto, *O Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra na Idade Média*, 656.

recitavam também, em três momentos distintos, a oração do *Trina Oratio*: antes das matinas, antes da terça e depois das completas.²⁰² Esta era uma oração trinitária que permitia aos crúzios, durante as três vezes do dia, professarem a sua fé na Santíssima Trindade e rezarem os argumentos que combatiam as heresias que, à época, existiam contra a Santíssima Trindade.²⁰³

Em muitas festas eram feitas grandes procissões com recurso a várias vénias, aspersiones e prostrações, que davam uma maior solenidade à celebração, sendo assim preceitável a importância que o corpo adquiria na liturgia praticada por Santa Cruz. Nas solenidades, a contrastar com as roupas humildes e singelas dos outros dias, vestiam capas de seda e colocavam uma mitra na cabeça.²⁰⁴

As principais festas em Santa Cruz de Coimbra eram: a exaltação da Santa Cruz, Natal, Quinta-feira Santa, Páscoa, Pentecostes e a festa de Santo Agostinho. Porém, à lista tradicional do sacramentário gregoriano foram acrescentados outros nomes de santos, por exemplo, São Rufo, São Victor, São Geraldo, São Frutuoso, entre outros.²⁰⁵

É também de salientar o grande culto prestado a Santa Maria assim como aos Anjos. Havia também grande devoção pelas relíquias de santos, tendo o mosteiro uma verdadeira coleção de relíquias.²⁰⁶

Esta é uma das características da liturgia crúzia, o facto de o modelo do ritual do seu mosteiro ter sido trazido da canónica de São Rufo de Avinhão, no entanto, tê-lo adaptado às realidades do mosteiro e da própria região. Por isso é que São Rufo, um santo apenas

²⁰² Cf. *Ibidem*, 662.

²⁰³ Cf. *Ibidem*, 662, nota 453.

²⁰⁴ Cf. *Ibidem*, 663, nota 455.

²⁰⁵ Cf. *Ibidem*, 659.

²⁰⁶ Cf. GOMES, Saul António, “Aspetos da vida litúrgica em Santa Cruz de Coimbra”, in AA. VV., *Estudos Teológicos*, 35.

conhecido por ser padroeiro deste mosteiro no sul de França, figura nas ladaínhas das rogações²⁰⁷ e da profissão religiosa²⁰⁸ deste Ritual de Santa Cruz de Coimbra.²⁰⁹ No entanto, o códice ao ser copiado no *scriptorium* de Santa Cruz foi adaptado. Com esta adaptação vemos aparecer, nos calendários e textos litúrgicos, santos de devoção portuguesa e hispânica, como é o caso de São Frutuoso de Braga.²¹⁰ A fórmula de profissão monástica do noviço prova-nos também esta adaptação do ritual rufiano às realidades crúzias, uma vez que refere uma comunidade de Santa Cruz e seu prior.²¹¹ Outra prova de que este ritual foi produzido em Santa Cruz é a decoração artística do mesmo, sendo tal facto corroborado por Jean Dufour, consultado por Joaquim Bragança com o intuito de esclarecer esta questão. Quanto à datação do manuscrito crúzio, as opiniões já não são unânimes: Pierre David data o manuscrito como sendo dos fins do século XII, mas Joaquim Bragança, Armando Martins e Jean Dufour são da opinião que este códice será do século XIII, em princípio do intervalo entre 1228 e 1230, sofrendo depois algumas alterações até ao século XV. A justificação para tal é a de que a oração *Oratio ante altare*,²¹² contida neste ritual, pressupõe a sagração da igreja do mosteiro de Santa Cruz e tal só ocorreu a 7 de Janeiro de 1228.²¹³

Quanto à liturgia da missa também era notório esta adaptação, porém mantendo a raiz romana.²¹⁴ O número de coletas era variável e, como era habitual na época, podiam chegar a ser seis ou sete. Também havia uma grande valorização do rito de incensação do cálice durante o ofertório, contudo é omissa qualquer informação sobre a elevação das espécies. Era-lhes também característico a extrema minúcia com que partiam o pão. A comunhão dos

²⁰⁷ Cf. BRAGANÇA, Joaquim O., *Ritual de Santa Cruz de Coimbra*, 55.

²⁰⁸ Cf. *Ibidem*, 63.

²⁰⁹ Cf. *Ibidem*, 14.

²¹⁰ Cf. GOMES, Saul António, “Aspetos da vida litúrgica em Santa Cruz de Coimbra”, in AA. VV., *Estudos Teológicos*, 35.

²¹¹ Cf. BRAGANÇA, Joaquim O., *Ritual de Santa Cruz de Coimbra*, 67.

²¹² Cf. *Ibidem*, 43.

²¹³ Cf. *Ibidem*, 16-17. E Cf. MARTINS, Armando Alberto, *O Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra na Idade Média*, 665.

²¹⁴ Cf. MARTINS, Armando Alberto, *O Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra na Idade Média*, 663.

cónegos era feita sob as duas espécies, havendo sempre a preocupação de haver uma reserva para a comunhão de doentes ou crianças em perigo de vida.

Também são conhecidas várias circunstâncias em que os crúzios procediam a ritos de bênçãos e de concessão de indulgências.

O culto a São Teotónio não se expandiu durante a Idade Média, manteve-se o culto apenas em alguns locais onde a cultura crúzia esteve mais presente. Só em 1605 é que a Sagrada Congregação dos Ritos o declarou como padroeiro da cidade e Diocese de Viseu, com direito a festa de oitava. Em 1676, foi concedido um privilégio semelhante à cidade de Lamego e à Diocese do Algarve. Quase um século depois, em 1743, o papa Bento XIV concedeu a mesma regalia a Leiria e estendeu-a depois a toda a cidade de Coimbra.²¹⁵ Além disso, é surpreendente que no próprio documento copiado no *scriptorium* crúzio, a que Joaquim Bragança chamou de Ritual de Santa Cruz de Coimbra, tanto na ladaínha das rogações como na da profissão religiosa, ambas supracitadas, não figure o nome de São Teotónio. Isto porque São Teotónio foi canonizado em 1163 e este códice, como já vimos, será muito mais tardio. Saul António Gomes refere que a festa de São Teotónio, a 18 de Fevereiro, começou a ser celebrada muito mais tardiamente, porém não refere em que ano se terá começado a celebrar esta festa em Santa Cruz de Coimbra.²¹⁶

²¹⁵ Cf. *Ibidem*, 298, nota 777.

²¹⁶ Cf. GOMES, Saul António, “Aspetos da vida litúrgica em Santa Cruz de Coimbra”, in AA. VV., *Estudos Teológicos*, 37.

Capítulo 3

Iconografia de São Teotónio: criação artística e identidade

Após termos conhecido quem foi São Teotónio e em que consistiu a sua obra, iremos agora explorar de que forma, através das suas representações iconográficas, a sua memória foi perpetuada ao longo dos séculos. Para tal, iremos dissertar primeiro sobre a importância e a licitude do culto das imagens e qual a sua importância para a evangelização, para depois, então, analisarmos os atributos com que São Teotónio é representado, analisando e interpretando o seu sentido, auxiliados por representações em que esses atributos são significativos.

3.1 – A produção artística e o culto dos santos na Igreja Católica ao longo dos séculos

Por vezes os católicos são acusados de idolatria devido à sua forma de prestar culto a uma imagem de um santo, o que não é verdade. Os católicos não têm ídolos, porque isso implicaria a substituição de Deus por eles. Contudo, o que acontece é pedirem a intercessão desses santos como forma de se aproximarem mais de Deus. As imagens dos santos são como

que “janelas” que nos permitem, através do exemplo de santidade desses santos, vermos mais claramente Deus e assim serem como que um “mapa” que nos ajuda a peregrinar até à nossa santidade. Neste contexto, no número 8 da Carta Apostólica *Duodecimum Saeculum* (1987), o papa São João Paulo II relembra que todas as representações pictóricas ou plásticas têm como fundamento “favorecer a oração e a devoção dos fiéis” e que “a honra prestada ao ícone é dirigida ao protótipo”.²¹⁷ Nesse mesmo número, o Santo Padre relembra ainda o papa São Gregório Magno, que defendia o caráter didático das pinturas nas paredes das igrejas junto daqueles que eram analfabetos, para que: “ao contemplá-las [as pinturas], possam ler, pelo menos nas paredes, aquilo que não são capazes de ler nos livros”.²¹⁸

Além do II Concílio de Niceia, também o Concílio de Trento teve uma importância fulcral para o desenvolvimento da produção artística, uma vez que se difundiam cada vez mais as ideias protestantes, entre as quais se considerava que o culto a imagens fazia desses cristãos idólatras pagãos. Uma vez que o Ecuménico Concílio de Trento ocorreu em oposição às ideias protestantes, na XXV e última sessão intitulada como “Da invocação, veneração, e Relíquias dos Santos, e das Sagradas Imagens”, decorrida nos dias 3 e 4 de dezembro de 1563, veio rebater esta ideia protestante. Foi frisada a importância de se instruir os fiéis sobre a importância da intercessão dos santos, invocando-os e venerando as suas relíquias, assim como o culto das suas imagens, rezando-lhes para alcançar benefícios de Deus. Mas mais uma vez, tal como em Niceia, também clarificou que não se reza às imagens, porque não lhes é atribuída qualquer divindade. A confiança que se atribui à imagem é remetida à identidade que ela representa.²¹⁹ Segundo Fátima Eusébio, esta orientação conciliar vai despoletar uma grande divulgação de devoções, refletindo-se num aumento exponencial do número de imagens colocadas ao culto em espaços religiosos e oratórios particulares, onde os fiéis

²¹⁷ Cf. IOANNES PAULUS PP. II, *Epistula Apostolica Duodecimum Saeculum, Ad universos Ecclesiae Catholicae Episcopos duodecimo expleto saeculo a Concilio Nicaeno II celebrato*, in *AAS* 80 (1988) 247, n. 8.

²¹⁸ Cf. *Ibidem*.

²¹⁹ Cf. EUSÉBIO, Maria de Fátima, *A talha barroca na Diocese de Viseu*, vol.1, 32.

rezavam e pediam a intercessão desses santos.²²⁰ Segundo a mesma autora, este acontecimento repercutiu-se também no desenvolvimento da produção escultórica que dava forma material aos santos, favorecendo a oração, e também aos locais destinados à sua exposição, como é o caso dos retábulos.²²¹ O Concílio de Trento veio também reforçar a prática da veneração das relíquias, “que fortaleciam o sentimento da eternidade alcançada pelo santo.”²²² Devido a este facto, promoveu-se também a produção de esculturas-relicário, relicários antropomórficos por reproduzirem a parte do corpo da relíquia que integram, como é o caso do braço-relicário da Sé de Viseu, como veremos mais detalhadamente noutro ponto. Uma vez que a relíquia é uma prova física da existência daquele santo, permitia aos fiéis uma oração mais profícua, motivando-os a pedir a intercessão desse santo junto de Deus. Além disso, as relíquias são promotoras de um maior interesse, por parte dos devotos, em conhecerem a vida e obra desses santos, auxiliando a sua caminhada espiritual.²²³

O Concílio de Trento também salienta esta importância pedagógica, como refere Fátima Eusébio: “Os santos, enquanto seres cujo percurso vivencial foi marcado pela ética e pela fé, alcançaram a dimensão da eternidade, pelo que deviam ser encarados como exemplos, eram modelos a seguir.”²²⁴

Também a forma como os santos eram representados nas imagens foi ponderado pelo Concílio de Trento, obrigando os bispos e sacerdotes a estarem vigilantes quanto à decência e exatidão dogmática das imagens, fazendo com que o rigor teológico fosse prioritário e a dimensão estética secundária. Natália Marinho Ferreira-Alves, citada por Fátima Eusébio,

²²⁰Cf. *Ibidem*, 33.

²²¹Cf. *Ibidem*, 33-34.

²²² *Ibidem*.

²²³ Cf. GOMES, José Ribeiro, “Braço-relicário de São Teotónio”, in AA. VV., *Arte, poder e religião nos tempos medievais*, 139.

²²⁴ Cf. EUSÉBIO, Maria de Fátima, *A talha barroca na Diocese de Viseu*, vol.1, 34.

sintetiza as orientações tridentinas pelas quais os artistas se deviam reger na criação artística do seguinte modo:

- “- as imagens representariam unicamente os Santos verdadeiros aprovados pela Igreja, rejeitando-se aqueles que levantassem dúvidas;
- as figuras sagradas apresentariam os símbolos de santidade que o Crente estava habituado a ver, de forma a inspirar-lhe devoção e levá-lo ao arrependimento;
- os Santos seriam representados com o seu próprio rosto, se conhecido, (...) evitando-se como modelos figuras conhecidas e mundanas;
- as vestes dos Santos estariam de acordo com a sua vida terrena, mas afastando-se o luxo e todos os adornos desnecessários;
- as imagens seriam colocadas em lugar apropriado à sua piedade e dignidade;
- o artista antes de iniciar a pintura devia fazer leituras sobre a vida do santo para tomar conhecimento das suas virtudes”.²²⁵

As determinações tridentinas requeriam também que a postura corporal e gestual das imagens, assim como a expressividade facial e o posicionamento das suas vestes originassem nos fiéis uma atitude orante e piedosa. Através da emoção originada no crente, este iniciava um processo de auto-reflexão sobre a sua conduta e promovia nele um desejo de se redimir pelas suas faltas e de iniciar um processo de conversão.

Em Portugal, surgiram duas figuras que muito contribuíram para a implementação destas determinações no reino: o próprio rei D. Sebastião, que, a 12 de Setembro de 1564, promulgou um alvará que ordenava a execução dos decretos do Concílio de Trento, e o Beato Frei Bartolomeu dos Mártires, Arcebispo de Braga, que participou pessoalmente no Concílio, e foi um fervoroso defensor da sua aplicação no Reino de Portugal, explicando também ele a importância pedagógica das imagens:

²²⁵ *Ibidem*, 39.

“As (...) imagens servem de livros aos que não sabem ler (...); e muitas vezes mais prestamente vem à memória um mistério ou a vida de um santo, vendo uma imagem que lendo um livro. (...) E também as coisas vistas com os olhos comovem e acendem mais o coração que as coisas somente lidas e ouvidas”.²²⁶

Por fim, também o Concílio Vaticano II, na Constituição *Sacrosanctum Concilium*, valorizou e incentivou a arte sacra como auxílio importante à oração dos fiéis, ajudando-os a glorificar Deus.²²⁷ Esta Constituição alerta, no entanto, os Ordinários, tal como já tinha feito o Concílio de Trento, para estarem atentos às obras de arte que não sejam dignas ou que não se coadunem com a fé e os costumes cristãos, e exorta ainda que se tenha sensatez no número de imagens que são colocadas ao culto nas igrejas, para que seja um número comedido e que haja ordem, de forma a não prejudicar a oração e a sã devoção dos fiéis.²²⁸

3.2 – Elementos iconográficos das representações de São Teotónio e respetiva simbologia

Neste ponto, vamos analisar com pormenor representações de São Teotónio e os atributos associados a cada uma delas.

Segundo Aires do Nascimento, com base no que foi afirmado por Frei Timóteo dos Mártires, terá sido mandada fazer uma imagem de São Teotónio imediatamente após a sua canonização, que terá sido, portanto, a primeira representação desse santo. Contudo, essa imagem não chegou aos dias de hoje.²²⁹

²²⁶ Cf. NASCIMENTO, Aires, *Vida de São Teotónio*, 195.

²²⁷ Cf. PAULUS PP. VI, *Constitutio de sacra liturgia “sacrosanctum concilium”*, in AAS 56 (1964), 130-131, n. 122.

²²⁸ Cf. *Ibidem*, 124-125.

²²⁹ Cf. PEREIRA, Augusto Nunes, “Sobre a iconografia de S. Teotónio”, in AA. VV., *Santa Cruz de Coimbra. Do século XI ao século XX. Estudos*, 216.

Existe também uma gravura de São Teotónio no princípio do ofício deste santo no *Breviarium Sanctae Crucis*,²³⁰ datada de 1531. Nesta gravura, é representado um monge com mitra, báculo e uma igreja na mão esquerda.²³¹ No entanto, é bastante dúbio se é ou não uma representação do primeiro santo português, uma vez que a mesma gravura também aparece no ofício de Santo Agostinho. Segundo Augusto Nunes Pereira, esta prática de utilizar a mesma imagem para mais do que um santo ao longo da mesma obra era recorrente.²³²

As representações fidedignas mais antigas, segundo Carlos Moreira Azevedo, serão as três iluminuras de um códice de Santa Cruz, conservado também na Biblioteca Pública Municipal do Porto, datado de meados do século XVI. A iluminura mais divulgada e original retrata São Teotónio como se fosse Jessé, deitado no chão, revestido com as vestes crúzias, a mão direita a apoiar a cabeça e das suas entranhas brota uma árvore que termina em forma de cruz e onde, nos ramos do lado direito, se pode ver um corvo, enquanto que, nos ramos do lado esquerdo se visualiza, suspenso, um cordeiro com uma bandeira vermelha segura pela pata (representando Cristo com o estandarte da Ressurreição). O que nos permite identificar que é São Teotónio que está representado na gravura, e não outro crúzio, são os dois atributos que estão ao lado do corpo do santo: o livro aberto e, principalmente, a mitra deposta.²³³ As outras duas iluminuras deste códice são muito similares, uma insere-se na letra “O” e outra na letra “A”. A iluminura da letra “O” representa-o também com as vestes crúzias sobre um fundo azul no cimo e um fundo verde em baixo, com o livro aberto na mão direita e na esquerda está a segurar o báculo pela crossa, como se de uma bengala se tratasse.²³⁴ A outra iluminura apenas difere no fundo, que é todo azul, na localização do báculo e do livro que

²³⁰ Podemos encontrar esta obra na Biblioteca Municipal Pública do Porto.

²³¹ Consultar nos anexos a imagem 1, p. 110.

²³² Cf. PEREIRA, Augusto Nunes, “Sobre a iconografia de S. Teotónio”, in AA. VV., *Santa Cruz de Coimbra. Do século XI ao século XX. Estudos*, 216.

²³³ Consultar nos anexos a imagem 2, p. 110.

²³⁴ Consultar nos anexos a imagem 3, p. 111.

estão nas mãos opostas em relação à iluminura anterior e no facto de nesta o santo ser representado só em meio corpo.²³⁵

Estas são as primeiras e mais antigas representações de São Teotónio e já nos foi possível compreender alguns atributos que fazem parte da sua iconografia, mas agora iremos trabalhar detalhadamente cada um deles. Primeiro, iremos analisar detalhadamente as representações em escultura, depois em pintura e, por fim, em azulejo.

3.2.1 – As vestes crúzias

Raras são as vezes que São Teotónio não aparece representado com as vestes de Cónego Regular de Santa Cruz. O que é perfeitamente compreensível, uma vez que foi nessa canónica que São Teotónio passou a maior parte da sua vida de oração e trabalho em prol da sua comunidade e do Reino de Portugal. E, tal como já vimos anteriormente, uma das determinações do Concílio de Trento foi a representação das vestes dos santos conforme as utilizadas por eles na sua vida terrena.

As vestes crúzias são constituídas por túnica e sobrepeliz brancas e uma murça preta. Mas nem sempre as imagens são fiéis neste atributo. Um bom exemplo disso é a escultura em vitral de São Teotónio que está no Santuário de Cristo Rei, em Almada, oferecido pela Diocese de Viseu.²³⁶ A autora, Isabel Ramos, em 2012, elaborou esta escultura em vitral com suporte de liga de ferro e liga de estanho/chumbo, a qual intitulou de “A passagem de São Teotónio pelo século XXI”. Nesta belíssima obra de arte sacra, podemos ver São Teotónio revestido com uma sobrepeliz escura e uma túnica vermelha. Segundo Carlos Moreira Azevedo, a presença da veste vermelha desvirtua e confunde a figura de cónego regente, apesar da presença de todos os outros atributos não deixar margem para dúvida que se trata do

²³⁵ Cf. AZEVEDO, Carlos Moreira, “A iconografia de São Teotónio”, in AA. VV., SOALHEIRO, João; EUSÉBIO, Maria de Fátima (coordenação), *São Teotónio. Patrono da Diocese e da Cidade de Viseu*, 59. Consultar nos anexos a imagem 4, p. 111.

²³⁶ Consultar nos anexos a imagem 5, p. 112.

primeiro santo português.²³⁷ Após contactarmos a referida autora desta escultura, foi-nos explicado que utilizou a cor vermelha na veste talar por ser uma cor quente, para simbolizar todo o amor e entrega de São Teotónio. Nesta escultura, podemos ver representados: a mitra aos pés de São Teotónio, o livro na sua mão esquerda, o báculo na direita, com a crossa voltada para fora e ainda um belo e criterioso globo estrelado junto desse báculo. Porém, a descrição e análise deste atributo nesta escultura será efetuado num número posterior.

Em Ganfei, terra natal do primeiro prior da canónica de Santa Cruz de Coimbra, no Largo de São Teotónio, em frente da capela, existe uma escultura de bronze, da autoria de José Rodrigues, que representa este santo com um manto, similar ao dos pastores, em vez das habituais vestes crúzias.²³⁸ Em Maiorca, Figueira-da-Foz, segundo Augusto Nunes Pereira, podem-se encontrar duas representações de São Teotónio: uma com uma representação bastante comum, sem nenhum atributo fora do vulgar, enquanto na outra podemos ver São Teotónio vestido de peregrino, em vez das habituais vestes talares, tendo ainda um chapéu pendurado nas costas. Na mão esquerda desta segunda imagem pode-se observar o livro e na direita, pela sua postura, deveria ter o báculo ou, neste caso como representa São Teotónio como peregrino, o bordão. Numa das dobras do manto de peregrino, pode observar-se o globo estrelado.²³⁹ Esta escultura enfatiza, sobretudo, as duas peregrinações à Terra Santa que São Teotónio fez antes de entrar no mosteiro.

3.2.2 – O livro

São Teotónio foi um homem apaixonado pela oração e pela contemplação, basta recordar as suas duas viagens à Terra Santa e de como era o seu dia-a-dia, principalmente depois de ter entregue o cargo de prior ao seu sobrinho, como afirma o hagiógrafo na sua

²³⁷ Cf. AZEVEDO, Carlos Moreira, “A iconografia de São Teotónio”, in AA. VV., SOALHEIRO, João; EUSÉBIO, Maria de Fátima (coordenação), *São Teotónio. Patrono da Diocese e da Cidade de Viseu*, 69.

²³⁸ Cf. NASCIMENTO, Aires, *Vida de São Teotónio*, 178. Consultar nos anexos a imagem 6, p. 112.

²³⁹ Cf. PEREIRA, Augusto Nunes, “Sobre a iconografia de S. Teotónio”, in AA. VV., *Santa Cruz de Coimbra. Do século XI ao século XX. Estudos*, 218.

Vita: “Livre e dispensado, pois, dos encargos e cuidados de pastor, e como que aliviado da grande prestação de juros, entregou o seu espírito apenas à contemplação.”²⁴⁰

O livro é o atributo que nos apresenta esta atitude de oração e contemplação, uma vez que representa as Sagradas Escrituras. São Teotónio amava tanto a Palavra de Deus que isso transparecia para todo o povo, de tal forma que este elemento tornou-se identificador da sua santidade.

O livro está presente em quase toda a imagética teotoniana, tornando-se mais recorrente a partir do século XVIII.²⁴¹ Em algumas esculturas, este atributo aparece no chão e noutras aparece numa das mãos de São Teotónio, com a particularidade de em algumas aparecer sustentado por uma das mãos e com o globo estrelado em cima. Quanto a este elemento iconográfico ainda há mais uma particularidade: tanto pode aparecer fechado como aberto. Segundo Aires do Nascimento, quando o livro está aberto pode revelar que São Teotónio é um assíduo leitor da Palavra de Deus ou então fazer referência à sua ação evangelizadora e pregadora. Se o livro estiver fechado, poderá remeter-nos para a contemplação e para a oração pessoal.²⁴²

Vejamos alguns exemplos de esculturas onde estes pormenores podem ser vislumbrados. Na capela de São Teotónio, na igreja de Santa Cruz de Coimbra, podemos contemplar uma bela imagem, datada de 1627 a 1630, apresentando o livro fechado, seguro na lombada pela mão esquerda de São Teotónio, encostando-o ao seu corpo.²⁴³ Nesta imagem, podemos ver o santo prior nimado, revestido com as vestes de crúzio, na mão direita segura

²⁴⁰ NASCIMENTO, Aires, *Vida de São Teotónio*, 159.

²⁴¹ Cf. AZEVEDO, Carlos Moreira, “A iconografia de São Teotónio”, in AA. VV., SOALHEIRO, João; EUSÉBIO, Maria de Fátima (coordenação), *São Teotónio. Patrono da Diocese e da Cidade de Viseu*, 61.

²⁴² Cf. NASCIMENTO, Aires, *Vida de São Teotónio*, 180.

²⁴³ Consultar nos anexos a imagem 8, p. 113.

o báculo e aos pés podemos ver a mitra deposta.²⁴⁴ Na capela de Antuzede, em Coimbra, temos uma escultura em que o livro aparece aberto, sustentado pelo braço esquerdo e encostado ao peito do santo, onde se pode ler a seguinte inscrição: “*Ora pro nobis Beate Pater Theotoni.*”²⁴⁵ Além deste atributo, esta imagem do século XVIII apresenta-nos também a mitra aos pés, o báculo na mão direita e com as vestes de crúzio. Outra particularidade desta imagem, considerada por Augusto Nunes Pereira uma das melhores esculturas,²⁴⁶ é a feição muito juvenil de São Teotónio.²⁴⁷ Tal como na iluminura em que São Teotónio está representado como Jessé e o livro está representado no chão, no mosteiro de Folques, em Arganil, também podemos ver na imagem de São Teotónio o livro aos seus pés, debaixo da mitra.²⁴⁸ Outra particularidade desta imagem é o facto de o santo ser representado com o chapéu eclesiástico. Todos os outros atributos estão presentes na imagem, pois embora já não haja báculo, pela posição da mão esquerda é possível compreender que outrora existira este atributo.

3.2.3 – O báculo

Este será, sem dúvida alguma, o atributo mais controverso presente na iconografia de São Teotónio. Segundo Armando Martins, D. Nicolau de Santa Maria terá afirmado que o papa Anastácio IV (1153-1154) teria atribuído a São Teotónio o privilégio de usar as insígnias episcopais: anel, mitra e báculo. No entanto, segundo o mesmo autor, baseado na opinião de Carl Erdmann, ao não haver qualquer documento que comprove esse privilégio é mais do que certo que tal nunca aconteceu. Se fosse verdade jamais seria omitido, haveria referência nos

²⁴⁴ Cf. VIEIRA, José Bento, *Santa Cruz de Coimbra – Arte e História*, 41.

²⁴⁵ Tradução: “Rogai por nós, abençoado Pai Teotónio”.

²⁴⁶ Cf. PEREIRA, Augusto Nunes, “Sobre a iconografia de S. Teotónio”, in AA. VV., *Santa Cruz de Coimbra. Do século XI ao século XX. Estudos*, 216.

²⁴⁷ Consultar nos anexos a imagem 9, p. 114.

²⁴⁸ Consultar nos anexos a imagem 10, p. 114.

cartulários crúzios.²⁴⁹ Concluimos, assim, que apenas a 20 de junho de 1195 o papa Celestino III tenha permitido tal regalia, ou seja, mais de trinta anos após a morte de São Teotónio.

Aires do Nascimento afirma que, segundo as normas heráldicas, os priores estavam autorizados a usar um bastão, enquanto que só os abades podiam usar um báculo na mão direita, em que a sua crossa deveria ser redonda e estar voltada para dentro. Tal como já vimos no capítulo anterior, segundo a sua *Vita*, São Bernardo ter-lhe-á oferecido um báculo. No entanto, segundo Aires do Nascimento, esse báculo poderia ser utilizado apenas como bastão para que o santo se pudesse apoiar, como afirma a *Vita*. O mesmo autor afirma ainda que o facto de, segundo a tradição, o báculo ter uma crossa em forma de *tau* ajudaria a corroborar a teoria de que ele o usaria para se amparar.²⁵⁰

No entanto, existem várias questões por responder. Primeiro, porque a crossa que é apontada como a crossa deste báculo é muito rica e trabalhada, o que iria contra os princípios de simplicidade e sobriedade defendidos tanto por São Bernardo como por São Teotónio.²⁵¹ E, depois, permanece o problema supracitado, da ausência de documentação que autorizasse São Teotónio a utilizar uma das insígnias episcopais.²⁵² Além disso, é curioso que a grande maioria das representações iconográficas apresentam o báculo de São Teotónio com crossa redonda e não em forma de *tau*.

Quanto ao uso do báculo na iconografia de São Teotónio, quer em forma de *tau*, quer curvo ou simplesmente um bastão sem crossa, pode entender-se da seguinte forma: “A hagiografia e o culto dos santos nascem da devoção e não necessariamente da reconstituição histórica. (...) A iconografia é o reflexo de comunidades de culto e devoção, às vezes com

²⁴⁹ Cf. MARTINS, Armando Alberto, *O Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra na Idade Média*, 244-245.

²⁵⁰ Cf. NASCIMENTO, Aires, *Vida de São Teotónio*, 189.

²⁵¹ Cf. *Ibidem*, 188-191.

²⁵² Cf. *Ibidem*, 160-161.

reverberações que a arte sustenta e alimenta.”²⁵³ Sendo assim, é provável que o uso do báculo na sua iconografia seja uma benesse póstuma, promovida pelo culto e devoção das pessoas, baseada na referida oferta do bastão por parte do santo cisterciense²⁵⁴ e na reconhecida autoridade que o santo exercia como prior do principal mosteiro conimbricense, tendo assim o bastão sido “transformado” em báculo.

Além da supracitada escultura da capela de Maiorca, que apresentava São Teotónio como um peregrino e que em vez do tradicional báculo apresentaria um bordão, também a imagem do Museu da Igreja da Misericórdia de Viseu representa São Teotónio a segurar um bastão, embora só tenham esse atributo como semelhante, pois esta representa-o como Cónego Regrante e não como peregrino. Nesta imagem, é de destacar ainda a existência de uma cruz peitoral, do facto de as vestes talares serem também avermelhadas e a expressividade do rosto, em especial do olhar dirigido para o alto, que transmite um profundo sentido de contemplação.²⁵⁵ Por fim, acerca deste atributo, é de salientar a também supracitada estátua localizada em Ganfei. Isto, porque representa São Teotónio com um báculo com a crossa em forma de tau, como afirma a tradição, e não com crossa redonda como é representado em quase todas as outras imagens. De salientar ainda que o escultor teve o cuidado de representar a crossa deste báculo exatamente igual à que está exposta no Museu Machado Castro e que é dada, pela tradição, como a crossa desse báculo oferecido por São Bernardo.²⁵⁶

²⁵³ Cf. *Ibidem*, 196.

²⁵⁴ Cf. AZEVEDO, Carlos Moreira, “A iconografia de São Teotónio”, in AA. VV., SOALHEIRO, João; EUSÉBIO, Maria de Fátima (coordenação), *São Teotónio. Patrono da Diocese e da Cidade de Viseu*, 59.

²⁵⁵ Consultar nos anexos a imagem 11, p. 115.

²⁵⁶ Consultar nos anexos as imagens 6 e 7, p. 113 e 114.

3.2.4 – A mitra

Tal como o báculo, a mitra é a outra insígnia episcopal que faz parte da iconografia de São Teotónio, no entanto, por um motivo diferente. Ao contrário do báculo, a mitra aparece deposta, lembrando a humildade de São Teotónio ao recusar o episcopado, quando ainda era prior da Sé de Viseu.²⁵⁷ No entanto, erroneamente, em algumas esculturas pode-se encontrar a mitra colocada na cabeça de São Teotónio, como é o caso da escultura localizada numa praça de Valença, em frente da igreja do Bom Jesus, da autoria de Vasco Pereira da Conceição. Esta escultura, datada de 1966, representa São Teotónio com as vestes de crúzio, embora com a murça e a sobrepeliz demasiado longas, báculo na mão esquerda, globo estrelado na direita e mitra na cabeça.²⁵⁸

3.2.5 – O globo estrelado

Este é o atributo mais original e identificativo de São Teotónio, uma vez que mais nenhum santo é representado com um globo cheio de estrelas.²⁵⁹ Este atributo remete-nos para o episódio, relatado na sua *Vita* e que passarei a citar: “(...) um dia antes de ele ter deixado o século, foi visto um imenso globo de estrelas a descer do céu para o meio do claustro, tão refulgente com a luz sidérea e lançando de longe tais raios sobre o que o rodeava que causou a admiração de todos.”²⁶⁰ Embora São Teotónio não tenha presenciado este fenómeno sobrenatural, está intimamente relacionado com ele, daí aparecer representado na sua mão, na maioria das imagens, ou então sobre o livro.²⁶¹

Contudo, há imagens que representam este atributo com originalidade, como é o caso da escultura da igreja de São Vicente de Fora, que representa o globo estrelado aos pés do

²⁵⁷ Cf. *Idibem*.

²⁵⁸ Cf. EVANGELISTA, Júlio, *São Teotónio e a sua estátua – Valença*, 53. Consultar nos anexos a imagem 12, p. 115.

²⁵⁹ Cf. AZEVEDO, Carlos Moreira, “A iconografia de São Teotónio”, in AA. VV., SOALHEIRO, João; EUSÉBIO, Maria de Fátima (coordenação), *São Teotónio. Patrono da Diocese e da Cidade de Viseu*, 60.

²⁶⁰ NASCIMENTO, Aires, *Vida de São Teotónio*, 167.

²⁶¹ Cf. *Ibidem*, 176.

santo, ao lado de um dragão que está a ser pisado pelo primeiro santo português.²⁶² O que poderá querer simbolizar que o santo venceu o mal, durante toda a sua vida, com a ajuda da Graça de Deus.²⁶³ É de salientar, nesta escultura, a sua imensa expressividade que nos ajuda a, tal como o santo, estar em contemplação.

A escultura de José Rodrigues, em Ganfei, representa este atributo de forma ainda mais *sui generis*. Substitui o tradicional globo estrelado por um conjunto de estrelas que caíem da sua mão, por entre o seu largo manto, e em que criteriosamente uma das estrelas fica caída aos seus pés. Aires do Nascimento interpreta esta estátua como “semeador de estrelas”, fazendo ainda uma ligação à passagem bíblica, *Gn 22, 17*, em que Deus compara a futura descendência de Abraão com o número de estrelas no céu. Assim, tal como Abraão era pai de um povo, também São Teotónio era pai de uma comunidade que se iria multiplicar ao longo do tempo. O mesmo autor ainda compara esta imagem ao episódio da rainha Santa Isabel que, segundo a tradição, terá aberto o seu manto, onde levava os pães, e estes ter-se-iam transformado em rosas.²⁶⁴ Por outro lado, Carlos Moreira Azevedo vê esta representação do globo estrelado como sendo “a luz do Alto que deixou cair sobre os inícios da nacionalidade portuguesa”.²⁶⁵

Também a escultura em vitral, já referida anteriormente, representa um globo estrelado deveras interessante e original:

“O globo merece alusão junto com báculo e as estrelas são referidas de modo semelhante a hélice de uma ventoínha. Na memória descritiva, a artista afirma acerca do

²⁶² Consultar nos anexos a imagem 13, p. 115.

²⁶³ Mas também poderá querer fazer alusão ao suposto monstro que São Teotónio venceu com a sua oração, aquando da sua segunda peregrinação à Terra Santa, durante a tempestade que quase afundou o seu barco. Ou então fazer referência aos vários episódios da sua vida em que, através de exorcismos, livrou várias pessoas de espíritos malignos. Cf. AZEVEDO, Carlos Moreira, “A iconografia de São Teotónio”, in AA. VV., SOALHEIRO, João; EUSÉBIO, Maria de Fátima (coordenação), *São Teotónio. Patrono da Diocese e da Cidade de Viseu*, 61.

²⁶⁴ NASCIMENTO, Aires, *Vida de São Teotónio*, 178.

²⁶⁵ AZEVEDO, Carlos Moreira, “A iconografia de São Teotónio”, in AA. VV., SOALHEIRO, João; EUSÉBIO, Maria de Fátima (coordenação), *São Teotónio. Patrono da Diocese e da Cidade de Viseu*, 69.

báculo e da luz: «refontaliza-se a missão onde a circunferência simboliza a Humanidade presente nos cinco continentes (um de cada cor). Por outro lado, duas semicircunferências, em sentidos e cores opostas: branco e preto (dia e noite, virtude e pecado, fidelidade e infidelidade), traduzem a necessidade de renovação.»²⁶⁶

3.2.6 – Representações pictóricas de São Teotónio

São Teotónio também foi representado em várias pinturas. Neste tipo de arte, contrariamente à escultura, pode-se retratar com muito mais facilidade, algumas cenas da vida deste santo, que pelo seu carácter narrativo potenciam o conhecimento da sua ação pastoral e reforçam o sentido catequético, como é o exemplo do episódio da cura do rei após a oração de São Teotónio.²⁶⁷

As pinturas mais antigas são as que estão presentes na capela de São Teotónio, na igreja de Santa Cruz de Coimbra, pintadas por Simão Rodrigues e Domingos Vieira, em 1620. Aqui pode encontrar-se um conjunto de quatro quadros dispostos à volta da imagem de São Teotónio, descrita anteriormente, com as seguintes temáticas: São Teotónio “cura” D. Afonso Henriques da grave enfermidade com a sua oração (em baixo do lado esquerdo), a oração de São Teotónio junto da rainha D. Mafalda após um parto difícil (em baixo do lado direito), os crúzios depõem o corpo de São Teotónio sobre cinzas e cilícios (em cima do lado esquerdo) e, por fim, um crúzio tem a visão de São Teotónio na Corte Celestial (em cima do lado direito). Ao centro, por cima da escultura do primeiro prior de Santa Cruz de Coimbra, encontra-se uma pintura do Calvário.²⁶⁸

Os quadros que retratam as curas de D. Afonso Henriques e de D. Mafalda são muito similares, quase simétricos, vejamos: em ambos está presente São Teotónio a abençoar,

²⁶⁶ *Ibidem*.

²⁶⁷ NASCIMENTO, Aires, *Vida de São Teotónio*, 183.

²⁶⁸ Cf. VIEIRA, José Bento, *Santa Cruz de Coimbra – Arte e História*, 42-43.

acompanhado em ambos por dois crúzios e também em ambos, através das personagens atarefadas representadas em segundo plano, podemos deduzir muita agitação e movimento. Mas vejamos individualmente cada um dos quadros. Na tela da cura do rei podemos ver o enfermo deitado no seu leito, com ar agonizante, encostado em várias almofadas e com a cabeça enfaixada em panos. Ao seu lado estão vários médicos representados com um ar atónito, provavelmente devido à oração do prior ter sido mais eficaz que todos os seus tratamentos. Ao fundo da cama, estão representados alguns cortesãos que comentavam o que viam. Nesta tela, São Teotónio, além de aparecer a abençoar com a sua mão direita, é representado a segurar a mão do rei com a sua mão esquerda. Aqui denota-se a grande amizade e intimidade que existia entre ambos. Segundo Carlos Moreira Azevedo, o cronista refere que São Teotónio estava a segurar a mão do rei para a beijar em seguida.²⁶⁹ Em segundo plano é possível ver-se um pajem que transporta uma refeição, auxiliado por uma empregada, podendo concluir que seria a refeição que o rei rejeitara por se encontrar em convalescença.²⁷⁰

Na pintura em que São Teotónio abençoa a rainha que esteve em trabalho de parto, podemos vê-la deitada na sua cama de dossel, na qual se observa uma coroa bordada no veludo do dossel. A rainha apresenta-se de mãos postas para receber a bênção, enquanto os dois crúzios, que acompanharam São Teotónio, estão ajoelhados ao fundo da cama em oração. Também ao fundo da cama, mas do lado esquerdo, encontram-se duas damas ajoelhadas, uma em oração e outra debruçada a chorar. Entre os crúzios e as damas aparece-nos um pequeno cão. Em segundo plano, representa-se a parteira a ver a temperatura da água, preparando-se para dar banho ao recém-nascido, que está no seu colo. Mais ao fundo ainda se consegue ver

²⁶⁹ Cf. AZEVEDO, Carlos Moreira, “A iconografia de São Teotónio”, in AA. VV., SOALHEIRO, João; EUSÉBIO, Maria de Fátima (coordenação), *São Teotónio. Patrono da Diocese e da Cidade de Viseu*, 69.

²⁷⁰ Consultar nos anexos a imagem 14, p. 116.

mais duas damas, uma a contemplar o menino e outra tenta manter aquecida a toalha que servirá para limpar o recém-nascido, colocando-a junto à braseira.²⁷¹

As outras duas telas não são tão conhecidas e não apresentam tantos detalhes. Na primeira, vemos os crúzios ajoelhados à volta do corpo de São Teotónio que jaz no chão da igreja, deitado sobre cinza e cilícios. Em contraponto com esta dimensão humana e terrena, podemos ver nesta tela uma dimensão divina e metafísica, pois está presente São Pedro, que lhe irá abrir as portas do Reino e, em segundo plano lá no alto, encontra-se também o globo estrelado, símbolo da Graça de Deus que sempre iluminou a vida do prior e agora ilumina uma escada para o Reino Eterno.²⁷² A pintura tem uma nítida vantagem, relativamente à escultura, que é a possibilidade de se representar o globo estrelado onde ele de facto apareceu, ou seja, no céu. Além disso, é possível representar a luz que ele desencadeia e que ilumina os presentes, algo que a estatuária é incapaz de reproduzir e por isso apenas preenche o globo com várias estrelas para simbolizar toda a luz que o globo desencadeava.²⁷³

Na outra tela, vê-se um crúzio, de joelhos em frente de um altar, a ter uma visão de São Teotónio e de três outros companheiros que são recebidos na Corte Celestial.²⁷⁴

Na sala do Capítulo deste mosteiro, podemos ver ainda mais duas representações pictóricas: uma figura novamente o episódio da cura de D. Afonso Henriques,²⁷⁵ enquanto que

²⁷¹ Consultar nos anexos a imagem 15, p. 117.

²⁷² Cf. AZEVEDO, Carlos Moreira, “A iconografia de São Teotónio”, in AA. VV., SOALHEIRO, João; EUSÉBIO, Maria de Fátima (coordenação), *São Teotónio. Patrono da Diocese e da Cidade de Viseu*, 67. Consultar nos anexos a imagem 16, p. 117.

²⁷³ Cf. NASCIMENTO, Aires, *Vida de São Teotónio*, 177. Na igreja de São Vicente de Fora existe um outro quadro, com o mesmo tema, e muito similar a este. Porém, essa tela, datada de 1768, e da autoria de Manuel José, também conhecido como padre Manuel da Santíssima Trindade, não é tão rica a nível de atributos quanto esta, uma vez que só representa São Teotónio pálido e nimbado, rodeado apenas pelos crúzios que choram a sua morte enquanto rezam as orações habituais nestas circunstâncias e iluminados pelo globo estrelado que brilha no céu. Cf. AZEVEDO, Carlos Moreira, “A iconografia de São Teotónio”, in AA. VV., SOALHEIRO, João; EUSÉBIO, Maria de Fátima (coordenação), *São Teotónio. Patrono da Diocese e da Cidade de Viseu*, 67.

²⁷⁴ Cf. NASCIMENTO, Aires, *Vida de São Teotónio*, 184. Consultar nos anexos a imagem 17, p. 118.

²⁷⁵ Consultar nos anexos a imagem 18, p. 118.

a outra representa São Teotónio e os seus irmãos crúzios, ajoelhados, a rezar perante o crucifixo presente no altar, sabendo que naquele momento D. Afonso Henriques e o seu exército preparavam um assalto à cidade de Santarém para a reconquistar.²⁷⁶ Quanto à primeira pintura, é muito similar à tela da capela de São Teotónio que representa o mesmo episódio da vida do santo, os únicos dois aspectos em que difere são o facto de estar só um crúzio ajoelhado em oração, e não dois, e não existir nenhum pajem nem nenhuma camareira.

A restauração da independência portuguesa, em 1640, também promoveu a encomenda de algumas obras pictóricas de cariz patriótico. D. Diogo Lobo da Silveira, prior de uma colegiada vimaranense, em 1665, foi um desses promotores ao encomendar a Simão Álvares vários quadros com esse propósito, sendo que um deles representava o primeiro santo português. Nesse quadro, observamos o santo prior da canónica conimbricense a preparar-se para celebrar a Eucaristia, estando ele revestido com uma casula romana²⁷⁷, quando recebe a família real. Vemos o rei completamente prostrado aos pés do santo, enquanto que o seu filho, D. Sancho, também está ajoelhado, de mãos postas e de olhar fixo na mão direita de São Teotónio que está a abençoá-lo, e, por fim, a rainha que também se encontra de joelhos. Atrás da família real, encontra-se toda a assembleia também de joelhos, à exceção de um homem que aparece em segundo plano a ser atormentado por um espírito que lhe puxa o cabelo.²⁷⁸

No Museu Machado de Castro, encontra-se uma bela e curiosa pintura a óleo do século XVIII, atribuída tradicionalmente a Pedro Alexandrino de Carvalho.²⁷⁹ Nesta tela, está representado São Teotónio em contemplação, de olhar dirigido para o céu, e na sua retaguarda

²⁷⁶ Consultar nos anexos a imagem 19, p. 119.

²⁷⁷ Denotando uma clara influência barroca.

²⁷⁸ Clara alusão ao episódio da vida de São Teotónio em que este expulsa o demónio que atormentava o monge Samuel, como vimos no segundo capítulo desta dissertação. Consultar nos anexos a imagem 20, p. 119.

²⁷⁹ Cf. GOMES, Virgínia, “São Teotónio”, in AA. VV., *São Teotónio. Patrono da Diocese e da Cidade de Viseu*, 88.

aparece uma escada que une o Céu e a Terra.²⁸⁰ Este original atributo, também presente na tela da capela de São Teotónio que retrata a sua morte, está nitidamente ligado ao episódio da visão de São Teotónio, que já no outono da sua vida, viu São Pedro e esta escada imensa, pela qual, segundo o primeiro papa da Igreja, os monges daquele mosteiro, incluindo São Teotónio, que já estivessem preparados iriam subir e entrar na Jerusalém Celeste. Neste quadro, também é possível ver no céu o globo estrelado a irradiar luz, enquanto que a mitra deposta está do lado direito e o báculo do lado oposto, atrás das costas de São Teotónio, e o livro encontra-se numa estante, à frente da mitra, com a seguinte inscrição: “*tollite jugum meum, super vos*”.²⁸¹

Existe ainda outra pintura, na igreja de São Vicente de Fora, que retrata a intercessão de São Teotónio junto de D. Afonso Henriques para que este liberte os moçárabes cativos. O padre Manuel da Santíssima Trindade, que pintou esta obra em 1768, colocou no centro da tela o primeiro rei e o primeiro santo portugueses numa amigável conversa. São Teotónio aparece representado com uma mão no peito e com a outra a apontar para os cativos, representados no fundo da tela, em nítida interpelação pela sua libertação. O rei, por sua vez, é retratado com uma postura de total aceitação do pedido do seu amigo e conselheiro, sentimento manifestado pela posição do corpo, ligeiramente curvado, e os braços e mãos abertos, como quem acolhe. Atrás do rei, é possível ver o exército real, munidos de lanças.²⁸²

Por fim, analisamos uma pintura contemporânea, do ano 2005, da autoria de João Sousa Araújo. O pintor retrata São Teotónio a segurar na sua mão direita o globo estrelado, como é frequentemente representado pela estatuária, e na sua mão esquerda um báculo em forma de cruz, com Jesus Cristo crucificado; entre esta cruz e a cabeça do santo, podemos ver

²⁸⁰ Consultar nos anexos a imagem 21, p. 120.

²⁸¹ Tradução: “Tomai todo o meu jugo, sobre vós”.

²⁸² Cf. AZEVEDO, Carlos Moreira, “A iconografia de São Teotónio”, in AA. VV., SOALHEIRO, João; EUSÉBIO, Maria de Fátima (coordenação), *São Teotónio. Patrono da Diocese e da Cidade de Viseu*, 63. Consultar nos anexos a imagem 22, p. 120.

a mitra onde na sua base se lê: “Teotónio”. Sobre o peito do primeiro prior do mosteiro de Santa Cruz pode ver-se a planta baixa dessa canónica. Em segundo plano, atrás de São Teotónio, João Sousa Araújo salientou a importância deste santo nos primórdios da nação e o seu papel de conselheiro e diretor espiritual do primeiro rei português, ao representar o escudo português e o próprio rei D. Afonso Henriques. No canto superior esquerdo, vê-se ainda o Arcanjo Gabriel na presença de Nossa Senhora, e os outros dois Arcanjos, Rafael e Miguel.²⁸³

3.2.7 – Representações de São Teotónio em azulejo

A Sé de Viseu e a igreja de Santa Cruz de Coimbra são detentoras de quase todos os painéis de azulejos que representam cenas da vida de São Teotónio, à exceção de um que está presente numa sala do Seminário das Missões de Cernache do Bonjardim.²⁸⁴ Vejamos, agora, os painéis presentes na canónica de Coimbra e no supracitado Seminário, uma vez que à arte alusiva a São Teotónio presente na Sé de Viseu iremos dedicar um número em particular.

No painel do Seminário das Missões, vemos São Teotónio representado como ancião, com barba, vestido com as vestes crúzias e a olhar para o céu onde é possível ver o globo estrelado, no canto superior esquerdo, que liberta raios de luz. Deste painel de azulejos, faz também parte cena um belo e vistoso “caixilho” que decora amplamente esta cena. Este “caixilho” é composto por vegetação e figuras humanas semi-nuas.²⁸⁵ Para complementar a

²⁸³ Consultar nos anexos a imagem 23, p. 121.

²⁸⁴ Poderá existir mais algum painel de azulejos alusivo a cenas da vida deste santo e que nós não conheçamos. Contudo, ao longo de todo o nosso estudo e pesquisa, quer em livros quer em trabalho de campo, não tomámos conhecimento de mais nenhum painel de azulejos relativos a São Teotónio.

²⁸⁵ Cf. NASCIMENTO, Aires, *Vida de São Teotónio*, 172.

representação apresenta-se a seguinte inscrição por baixo do santo: “*S. Theotonius Lusitanus Primus Sanctae Crucis Prior*”.²⁸⁶

Na igreja de Santa Cruz, temos um conjunto de sete painéis de azulejos que retratam cenas da vida deste santo, todos eles do século XVIII.

Num primeiro, temos a reprodução da tomada de posse do priorado de Santa Cruz por São Teotónio. Ele encontra-se sentado numa cadeira de espaldar, elevada por alguns degraus, no centro do painel. À volta de São Teotónio encontram-se todos os outros crúzios, que ajoelhados vêm São Teotónio receber as chaves simbólicas deste priorado. Este painel localiza-se junto do arco cruzeiro, do lado da epístola.²⁸⁷

Existem também outros dois painéis alusivos à investidura de D. Afonso Henriques na terceira ordem dos cónegos regrantes de Santa Cruz, à esquerda e à direita do altar-mor. Num primeiro conjunto de azulejos, à esquerda do altar e portanto do lado do Evangelho, aparece o rei já parcialmente revestido com a sobrepeliz, auxiliado por São Teotónio.²⁸⁸ Na representação do lado da Epístola, vêmo-lo já totalmente revestido junto de outros crúzios. Segundo a tradição, este acontecimento terá acontecido a 14 de setembro de 1136.²⁸⁹

Junto do arco cruzeiro, do lado do Evangelho, também está representada num painel de azulejos a receção de D. Afonso Henriques que chega ao mosteiro de Santa Cruz com os cativos moçárabes. O santo prior está, à porta do mosteiro, a receber o rei, este ao chegar

²⁸⁶ Tradução: “São Teotónio, português, primeiro prior de Santa Cruz.” Consultar nos anexos a imagem 24, p. 121.

²⁸⁷ Cf. AZEVEDO, Carlos Moreira, “A iconografia de São Teotónio”, in AA. VV., SOALHEIRO, João; EUSÉBIO, Maria de Fátima (coordenação), *São Teotónio. Patrono da Diocese e da Cidade de Viseu*, 62. Consultar nos anexos a imagem 25, p. 122.

²⁸⁸ Consultar nos anexos a imagem 26, p. 122.

²⁸⁹ Cf. AZEVEDO, Carlos Moreira, “A iconografia de São Teotónio”, in AA. VV., SOALHEIRO, João; EUSÉBIO, Maria de Fátima (coordenação), *São Teotónio. Patrono da Diocese e da Cidade de Viseu*, 63. Consultar nos anexos a imagem 27, p. 123.

perto do amigo e conselheiro ajoelha um joelho no chão em sinal de obediência e respeito, entregando os moçarabes que tinha mantido em cativeiro.²⁹⁰

Existe ainda outro painel de azulejos que retrata São Teotónio à porta do mosteiro. Esse, porém, reproduz o encontro que ele teve com a rainha e o seu séquito, quando esta quis entrar dentro da canónica e lhe foi negada a entrada pelo santo. Neste painel, aparece precisamente São Teotónio de braços abertos a impedir a passagem das damas para dentro do mosteiro e a apontar para uma imagem da Virgem Maria, pois segundo a *Vita*, São Teotónio terá argumentado que a única rainha que poderia entrar naqueles claustros era Nossa Senhora.²⁹¹

Existe também um painel que representa o exorcismo que São Teotónio fez a um cónego regrante, onde podemos ver o santo de pé, enquanto o possesso se encontra ajoelhado aos pés dele, completamente atordoado, enquanto se vêem quatro figuras negras, representativas dos quatro diabos que atormentavam o clérigo, saírem de dentro dele. No centro deste painel, observa-se uma figura com as mãos levantadas em sinal de espanto, perante tal acontecimento. Este painel de azulejos está localizado no coro da igreja, o primeiro a contar da esquerda para a direita.²⁹²

Também nesse coro está um painel de azulejos que representa a visão que São Teotónio teve com São Pedro a mostrar-lhe a escada. Neste painel, São Teotónio está no telhado do mosteiro a empunhar uma lança sem ponta, tal como é narrado pela *Vita*, perante

²⁹⁰ Cf. AZEVEDO, Carlos Moreira, “A iconografia de São Teotónio”, in AA. VV., SOALHEIRO, João; EUSÉBIO, Maria de Fátima (coordenação), *São Teotónio. Patrono da Diocese e da Cidade de Viseu*, 63. Consultar nos anexos a imagem 28, p. 123.

²⁹¹ Cf. AZEVEDO, Carlos Moreira, “A iconografia de São Teotónio”, in AA. VV., SOALHEIRO, João; EUSÉBIO, Maria de Fátima (coordenação), *São Teotónio. Patrono da Diocese e da Cidade de Viseu*, 66. Consultar nos anexos a imagem 29, p. 124.

²⁹² Cf. AZEVEDO, Carlos Moreira, “A iconografia de São Teotónio”, in AA. VV., SOALHEIRO, João; EUSÉBIO, Maria de Fátima (coordenação), *São Teotónio. Patrono da Diocese e da Cidade de Viseu*, 64. Consultar nos anexos a imagem 30, p. 124.

São Pedro que aparece, à sua frente, em cima de uma nuvem e de braços abertos, com uma postura acolhedora. A mão esquerda de São Pedro aponta para a escada, que surge atrás de si, por onde estão a subir outros Cónegos Regrantes, indicando que será por ali que São Teotónio, em breve, irá “subir” para o Céu. No fundo do painel, em grande plano, vemos um crúzio de joelhos, completamente extasiado com toda esta situação.²⁹³

Por fim, temos um outro painel de azulejos, presente no coro desta igreja, que representa a tomada de Santarém. Este painel encontra-se dividido em dois. Numa primeira metade do painel, aparece representado São Teotónio e a comunidade crúzia em oração, pedindo a intercessão de Deus para que o exército lusitano tivesse sucesso naquele assalto à cidade. Na segunda metade, vê-se então o vitorioso ataque ao castelo de Santarém. Segundo a *Vita*, foi o combinar da oração de São Teotónio com a coragem e a audácia de D. Afonso Henriques que permitiu que esta heróica vitória fosse possível.²⁹⁴

3.3 – Representações de São Teotónio na Diocese de Viseu

A Sé de Viseu, a par da igreja de Santa Cruz de Coimbra, é a canónica com mais referências a São Teotónio, colocando-o em grande destaque depois de este ter sido escolhido para ser o padroeiro principal da Diocese. Por isso, e porque esta é a nossa Diocese de origem, optámos por aprofundar um pouco mais as representações de São Teotónio nesta Diocese, em concreto, na Sé de Viseu, onde ele foi prior. Após já termos analisado, anteriormente, a

²⁹³ Cf. AZEVEDO, Carlos Moreira, “A iconografia de São Teotónio”, in AA. VV., SOALHEIRO, João; EUSÉBIO, Maria de Fátima (coordenação), *São Teotónio. Patrono da Diocese e da Cidade de Viseu*, 66. Consultar nos anexos a imagem 31, p. 125.

²⁹⁴ Cf. AZEVEDO, Carlos Moreira, “A iconografia de São Teotónio”, in AA. VV., SOALHEIRO, João; EUSÉBIO, Maria de Fátima (coordenação), *São Teotónio. Patrono da Diocese e da Cidade de Viseu*, 66. Consultar nos anexos a imagem 32, p. 125.

escultura presente no Museu da Misericórdia de Viseu, por ser mais pertinente analisá-la nesse número desta dissertação.

Durante a primeira metade do século XVII foi mandada fazer uma imagem de São Teotónio, após este ter sido escolhido como padroeiro da Diocese de Viseu. Em 1737 essa mesma escultura necessitou de ser restaurada, devido ao elevado grau de deterioração, pelo mestre pintor e dourador José de Miranda Pereira. Sabemos ainda que, em meados do século XVIII, esta imagem estava colocada na extremidade esquerda do trono do retábulo-mor, enquanto a escultura de São Felipe Néri se encontrava do lado direito.²⁹⁵ No topo do trono encontrava-se Santa Maria Maior, padroeira da Catedral. Nesta imagem, além dos seus habituais atributos, à exceção do globo estrelado que é omissa, podemos contemplar São Teotónio tonsurado e com um resplendor de prata. Vemos a mitra branca com uma cercadura vermelha aos seus pés, na mão direita um báculo de crossa redonda e muito adornada e na outra mão sustenta o livro. Está também vestido com as vestes cruzadas, como descreve Maria de Fátima Eusébio:

“Uma túnica preta, aformoseada com ornatos dourados, concentrados na base em forma de faixa larga com enrolamentos serpenteados, que se desenvolvem sobre a decoração em grelha com estrelas nos ângulos; a sobrepeliz branca delineada por duas faixas, uma dourada e pontilhada e a outra constituída por grinalda de folhas; a murça, de cor preta e com capuz, enobrecida com labores dourados de cariz vegetalista e geométrico, ostenta os limites da frente voltados para o exterior.”²⁹⁶

Ainda no século XVII, mais precisamente em 1635, um grande temporal provocou a queda da torre sineira da Sé e esta, ao cair sobre a fachada manuelina, destruiu-a. Uma nova fachada, nitidamente maneirista, surgiu em substituição da anterior, pela mão de João

²⁹⁵ Cf. EUSÉBIO, Maria de Fátima, “São Teotónio”, in AA. VV., *São Teotónio. Patrono da Diocese e da Cidade de Viseu*, 193.

²⁹⁶ EUSÉBIO, Maria de Fátima, “São Teotónio”, in AA. VV., *São Teotónio. Patrono da Diocese e da Cidade de Viseu*, 193. Consultar nos anexos a imagem 33, p. 126.

Moreno, arquiteto de Salamanca.²⁹⁷ Nesta nova frontaria, atribui-se um lugar de destaque ao padroeiro da Diocese, precisamente no centro da fachada, rodeado pelos quatro evangelistas e em linha com a padroeira da Catedral, Santa Maria, que ocupa um nicho na parte superior da fachada. A escolha da imagem de São Teotónio para o centro da fachada terá sido motivada pelo facto de ser muito recente a escolha deste santo para padroeiro da cidade e Diocese de Viseu. Essa escultura de São Teotónio representa-o com vestes cruzadas, báculo na mão direita, o livro na esquerda e com a mitra deposta aos seus pés. É uma imagem em calcário, sem qualquer policromia, executada nas oficinas de Coimbra.²⁹⁸ Acerca desta escultura, Maria de Fátima Eusébio realça um pormenor interessante:

“As dimensões do báculo, da mitra e das mãos, claramente ampliadas, inserem-se num artifício do artista para uma visualização com clareza destes elementos por parte dos observadores, posicionados num plano inferior e a uma distância significativa.”²⁹⁹

Embora tenha sido no século XVII que São Teotónio se tornara o padroeiro da cidade e da Diocese, foi no século seguinte, mais concretamente entre 1720 e 1741, que após uma grande reforma da canónica se deu tanto destaque a São Teotónio. Ao longo destes dois decénios, a Diocese atravessou um período de Sé vacante e em que a administração dos bens foi atribuída ao cabido.³⁰⁰ Esta nova administração quis, à imagem do que se passava em nas canónicas de Braga e Porto, reformar totalmente a Sé. Foram tantas as mudanças que, em 1738, a Corte intimidou os cónegos visienses por ter gasto tanto dinheiro.³⁰¹ Foram muitas as transformações, no entanto iremos apenas descrever aquelas que deram relevo ao santo padroeiro.

²⁹⁷ Cf. ALVES, Alexandre, *A Sé Catedral de Santa Maria de Viseu*, 17.

²⁹⁸ Cf. EUSÉBIO, Maria de Fátima, “São Teotónio Prior da Sé de Viseu”, in AA. VV., *São Teotónio. Patrono da Diocese e da Cidade de Viseu*, 179.

²⁹⁹ *Ibidem*. Consultar nos anexos a imagem 34, p. 126.

³⁰⁰ Cf. ALVES, Alexandre, *A Sé Catedral de Santa Maria de Viseu*, 18.

³⁰¹ Cf. *Ibidem*, 19.

Os cónegos mandaram levantar o claustro superior, e onde se encontrava a “casa de São Teotónio”, abriram uma porta e no nicho dessa mesma porta colocaram uma imagem de São Teotónio.³⁰² Essa sala passaria a ser a Sala do Capítulo, porém da “casa de São Teotónio” pouco restaria, a não ser a memória, pois no lintel os cónegos mandaram gravar a seguinte legenda em latim, distribuída por três linhas:

“*HAEC EST DOMVS A D. THEOTONIO HVIVS SS PATRONO*

HABITATA ET AB ILLM. ° CAP. S. V. INSTAVRATA ANNO

17

21”³⁰³

A pequena imagem de São Teotónio que fora colocada nesse nicho, faz atualmente parte do espólio do Museu do Tesouro da Sé, desde 2009. Situa-se mais concretamente dentro da antiga Sala do Capítulo, que, depois de 1942, passaria a ser uma das salas desse mesmo Museu, reformado no passado ano de 2016. Esta pequena imagem, do século XVIII, foi elaborada em madeira, estofada e dourada, pelo escultor José António.³⁰⁴ Este escultor viseense representou São Teotónio tonsurado, com vestes cruzias, a mitra aos pés, o báculo na mão direita (embora esteja desaparecido, consegue-se compreender que ele lá estaria pela posição da mão e do braço) e na mão esquerda o livro seguro pela lombada.³⁰⁵ Em 2009, foi retirada do nicho devido ao elevado nível de degradação que apresentava e passou a fazer parte da exposição do Museu.³⁰⁶

³⁰² Cf. *Ibidem*, 21.

³⁰³ Tradução: “Esta é a casa habitada por São Teotónio, patrono desta Santa Sé, restaurada pelo ilustíssimo cabido, sede vacante, no ano de 1721”. Cf. *Ibidem*, 126 e ainda Cf. NUNES, João, “Lintel | Casa de São Teotónio ou Casa do Cabido”, in AA. VV., SOALHEIRO, João; EUSÉBIO, Maria de Fátima (coordenação), *São Teotónio. Patrono da Diocese e da Cidade de Viseu*, 182. Consultar nos anexos a imagem 35, p. 127.

³⁰⁴ Cf. NUNES, João, “Lintel | Casa de São Teotónio ou Casa do Cabido”, in AA. VV., SOALHEIRO, João; EUSÉBIO, Maria de Fátima (coordenação), *São Teotónio. Patrono da Diocese e da Cidade de Viseu*, 182.

³⁰⁵ Consultar nos anexos a imagem 36, p. 127.

³⁰⁶ Cf. EUSÉBIO, Maria de Fátima, “São Teotónio”, in AA. VV., in AA. VV., *São Teotónio. Patrono da Diocese e da Cidade de Viseu*, 183.

Ainda durante este tempo de Sé vacante, os cónegos mandaram rebocar, caiar e estucar todas as paredes interiores da nave e da capela-mor, revestindo-as também, do meio para baixo, com azulejos.³⁰⁷ Do lado do Evangelho com duas cenas bíblicas, “a adoração dos reis magos” e “o regresso da Sagrada Família do Egito”, e do lado da epístola com cenas da vida de São Teotónio, “libertação dos cativos moçárabes”, “tomada de hábito de novos Cónegos Regrantes de Santo Agostinho” e ainda “São Teotónio em oração durante a tempestade a caminho da Terra Santa”. Mais uma vez, para enaltecer e immortalizar a sua vida de santidade, deste que é o padroeiro da Diocese e antigo prior dessa catedral. No entanto, no século XX, em 1921, após a intervenção da antiga DGMEN (Direção-Geral dos Monumentos e Edifícios Nacionais), os painéis de azulejos foram retirados e colocados no claustro, onde ainda permanecem nos dias de hoje, o painel da tempestade está no claustro superior, do lado direito da porta da Sala Capitular, e os outros dois no claustro inferior, do lado direito da entrada.³⁰⁸ A oficina coimbrã do oleiro Agostinho de Paiva foi a responsável pela criação destes painéis de azulejos, com o contributo do pintor Manuel da Silva e de José de Góis que os assentou nas paredes interiores da Sé, entre 1720 e 1722.³⁰⁹

Todos os painéis apresentam 20 azulejos de altura, apenas diferindo na largura, sendo que os que retratam cenas da vida de São Teotónio são mais largos, um com 55 e outro com 53 azulejos. Todos apresentam uma moldura de 3x3 azulejos com belos motivos vegetalistas, alguns medalhões, caras de anjos e nos extremos duas estípites antropomórficas, existindo aqui nítidas influências de Gabriel del Barco, artista holandês.³¹⁰

³⁰⁷ Cf. ALVES, Alexandre, *A Sé Catedral de Santa Maria de Viseu*, 21.

³⁰⁸ Cf. ALMEIDA, Patrícia Roque de, “Cenas da vida de São Teotónio em azulejo”, in AA. VV., SOALHEIRO, João; EUSÉBIO, Maria de Fátima (coordenação), *São Teotónio. Patrono da Diocese e da Cidade de Viseu*, 184.

³⁰⁹ Cf. ALVES, Alexandre, *A Sé Catedral de Santa Maria de Viseu*, 121.

³¹⁰ Cf. ALMEIDA, Patrícia Roque de, “Cenas da vida de São Teotónio em azulejo”, in AA. VV., SOALHEIRO, João; EUSÉBIO, Maria de Fátima (coordenação), *São Teotónio. Patrono da Diocese e da Cidade de Viseu*, 185.

No painel de azulejos que representa a atribulada viagem de São Teotónio à Terra Santa, podemos vê-lo de joelhos, em oração, com a mão direita sobre o peito e a esquerda estendida para o lado, apontando para as ondas. Em seu redor, contrastando com a serenidade e confiança visíveis na postura do santo, vêem-se todos os outros tripulantes do barco em grande tumulto, uns de braços levantados e outros a puxar as cordas das velas, tentando segurá-las, embora estas já estejam em queda, devido à força das ondas e à ação do monstro, que se pode ver no canto inferior direito, terem destruído os mastros da embarcação.³¹¹

Quanto ao painel que retrata a libertação dos moçárabes cativos, apresenta do lado esquerdo São Teotónio nimbado e ligeiramente curvado, com a mão esquerda sobre o peito e a direita estendida em direção a D. Afonso Henriques, que a segura. O rei aparece revestido com a sua armadura, um ceptro e uma longa capa nas costas, está também ligeiramente inclinado e com os joelhos semifletidos, dando-nos a entender que iria beijar a mão do prior de Santa Cruz em sinal de respeito e obediência. Atrás do primeiro santo português, encontram-se três cruzios, enquanto que atrás do rei, e ao longo de todo o painel, podem ver-se os homens do exército do rei, de armadura e munidos de lanças, juntamente com alguns cavalos. No centro do painel, entre os soldados, encontra-se um grupo de moçárabes com as mãos atadas atrás das costas, representados com longas túnicas, cabelos compridos e barba. Neste episódio, salienta-se a compaixão e a justiça com que São Teotónio vivia, defendendo todo e qualquer ser humano de qualquer injustiça, nem que para isso tivesse de repreender a atitude do rei em frente do seu exército.³¹²

³¹¹ Cf. AZEVEDO, Carlos Moreira, “A iconografia de São Teotónio”, in AA. VV., in AA. VV., SOALHEIRO, João; EUSÉBIO, Maria de Fátima (coordenação), *São Teotónio. Patrono da Diocese e da Cidade de Viseu*, 63. Consultar nos anexos a imagem 37, p. 128.

³¹² Cf. ALMEIDA, Patrícia Roque de, “Cenas da vida de São Teotónio em azulejo”, in AA. VV., SOALHEIRO, João; EUSÉBIO, Maria de Fátima (coordenação), *São Teotónio. Patrono da Diocese e da Cidade de Viseu*, 188. Consultar nos anexos a imagem 38, p. 128.

Por fim, o outro painel de azulejos do claustro da Sé de Viseu, representativo de São Teotónio, ilustra este santo a impor o hábito a alguns Cónegos Regrantes de Santo Agostinho. Do lado esquerdo, vê-se o prior de Santa Cruz, de mitra e pluvial, estando ao seu lado dois crúzios, em que um deles segura, inclusive, o seu báculo. Vemos dois crúzios, ajoelhados à frente do prior, que ainda não receberam o hábito e, mais atrás, em fila, encontram-se outros doze também de joelhos, mas já revestidos com o hábito talar. Ao centro do painel, vemos uma pequena varanda de onde D. Afonso Henriques e outros nobres assistem à celebração.³¹³ Atrás de São Teotónio e ao seu lado dispõem-se outras figuras que representam o clero, enquanto que do lado oposto, do lado direito, se vêem várias figuras de pé, atrás de uma coluna que deverão representar o povo.³¹⁴

Na Sé de Viseu, está ao culto, também, o braço-relicário de São Teotónio. Trata-se, portanto, de um relicário antropomórfico, adquirindo o formato de um antebraço pelo facto de as relíquias que guarda no seu interior serem duas canas do antebraço de São Teotónio. É de salientar o facto deste braço-relicário ser de prata, quando o mais comum, no nosso contexto nacional, é serem de madeira.³¹⁵ Este relicário, do século XVII, terá sido mandado fazer imediatamente após a instituição de São Teotónio como padroeiro da Diocese e da cidade, uma vez que a canónica viseense recebeu estas relíquias por volta de 1603.³¹⁶ Este relicário é uma verdadeira obra de arte, tal a sua beleza e realismo, como salienta José Ribeiro Gomes na descrição que elaborou acerca deste relicário:

³¹³ Cf. ALMEIDA, Patrícia Roque de, “Cenas da vida de São Teotónio em azulejo”, in AA. VV., SOALHEIRO, João; EUSÉBIO, Maria de Fátima (coordenação), *São Teotónio. Patrono da Diocese e da Cidade de Viseu*, 185. Aires do Nascimento analisa este painel de outra forma. Segundo ele, a figura de mitra é um bispo, porém não indica que figura representaria São Teotónio. Sendo a intenção do cabido salientar a santidade e grandeza de São Teotónio, não nos parece o mais lógico pensar que São Teotónio assumiria no painel de azulejos um papel discreto, mas sim que fosse ele o centro da ação, optámos por isso pela opinião de Patrícia Roque de Almeida. Cf. NASCIMENTO, Aires, *Vida de São Teotónio*, 186-187.

³¹⁴ Cf. NASCIMENTO, Aires, *Vida de São Teotónio*, 187. Consultar nos anexos a imagem 39, p. 129.

³¹⁵ Cf. Vale, Teresa, “Braço-relicário de São Teotónio”, in AA. VV., SOALHEIRO, João; EUSÉBIO, Maria de Fátima (coordenação), *São Teotónio. Patrono da Diocese e da Cidade de Viseu*, 190.

³¹⁶ Cf. EUSÉBIO, Maria de Fátima, “São Teotónio”, in AA. VV., in AA. VV., *São Teotónio. Patrono da Diocese e da Cidade de Viseu*, 193.

“O antebraço [da mão direita] repousa numa base ovalada preenchida por frisos de godrões e com quatro pés volutiformes com folha de palma no meio. O antebraço está coberto por uma manga plissada.

Em ambos os lados do relicário está inscrita uma janela com moldura rectangular, dividida ao meio relevada com ornamentos de entrançado em S. No interior encontram-se os ossos do Santo envoltos em algodão.

O tratamento deste braço relicário é bastante realista com unhas e linhas incisivas permitindo notar os tendões, músculos, nós dos dedos, etc.”³¹⁷

A mais recente iniciativa da Diocese de Viseu, para honrar e cultuar este seu padroeiro, foi a criação do Coro Diocesano de São Teotónio, a 18 de Fevereiro de 2012, ano em que se celebravam os 850 anos da sua morte. Embora esta representação de São Teotónio não seja física, não deixa de ser uma representação de São Teotónio, aproximando-o ainda mais da vida diocesana e de todos os fiéis que constituem esta Igreja Local.

³¹⁷ GOMES, José Ribeiro, “Braço-relicário de São Teotónio”, in AA. VV., *Arte, poder e religião nos tempos medievais*, 139. Consultar nos anexos a imagem 40, p. 129.

Anexos

Tabela 1 – Tabela comparativa dos atributos iconográficos existentes nas esculturas de São Teotónio por nós estudadas, organizada por ordem cronológica.

Localização	Século	Báculo	Livro	Globo estrelado	Vestes crúzias	Mitra deposta	Outros atributos
Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra	XVII (1627-1630)	Sim	Sim	Não tem	Sim	Sim	Nimbado
Viseu (fachada)	XVII	Sim	Sim	Não tem	Sim	Sim	
Viseu (altar-mor)	XVII	Sim	Sim	Não tem	Sim	Sim	Nimbado
Fajão	XVII	Sim	Sim	Não tem	Sim	Sim	
Brenha	XVII	Não tem	Sim	Não tem	Sim	Sim	
Maiorca	XVII	Sim	Sim	Sim	Não	Não tem	Báculo tem forma de bordão
Machado de Castro	XVII	Sim	Não tem	Sim	Sim	Sim	
Alqueve, Folques	Sem informação	Não tem	Sim	Não tem	Sim	Não tem	Em êxtase
Mosteiro de Folques	XVIII	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Barrete eclesiástico
Viseu (museu da Sé)	XVIII	Sim, mas perdeu-se	Sim	Não tem	Sim	Sim	Báculo tem forma de bordão

Mosteiro de São Vicente de Fora	XVIII	Sim	Não tem	Sim	Sim	Não tem	Dragão
Antuzede	XVIII	Sim	Sim	Não tem	Sim	Sim	
Viseu (Museu da Misericórdia)	XIX	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Cruz peitoral
Colégio de São Teotónio (Coimbra)	Sem informação	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	
Valença	XX (1966)	Sim	Não tem	Sim	Sim	Não, está colocada.	
Ganfei	XXI (2005)	Sim	Não tem	Sim	Não	Sim	Báculo em forma de tau
Santuário Cristo Rei	XXI (2012)	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	



Imagem 1 - Suposta representação de São Teotónio no Breviarium Sanctae Crucis (Biblioteca Pública Municipal do Porto).



Imagem 2 - Iluminura de códice da livraria de mão do mosteiro de Santa Cruz de Coimbra (Biblioteca Pública Municipal do Porto).



Imagem 3 - Iluminura de São Teotónio na letra "O" num códice da livraria de mão do mosteiro de Santa Cruz de Coimbra (Biblioteca Pública Municipal do Porto).

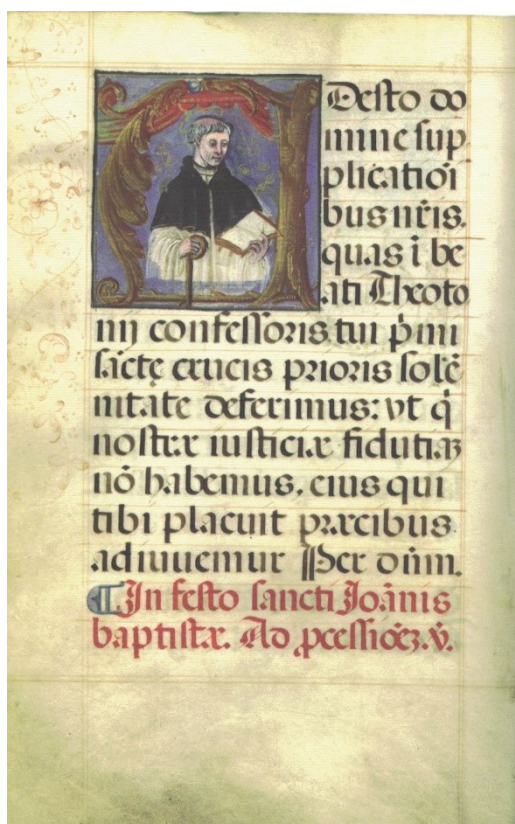


Imagem 4 - Iluminura de São Teotónio na letra "A" num códice da livraria de mão do mosteiro de Santa Cruz de Coimbra (Biblioteca Pública Municipal do Porto).



Imagem 5 - Escultura em vitral (Santuário de Cristo Rei).



Imagem 6 - Escultura em bronze no largo de São Teotónio (Ganfei).



Imagem 7 - Crossa do suposto báculo de São Teotónio (Museu Machado de Castro).



Imagem 8 – Imagem da capela de São Teotónio (igreja de Santa Cruz de Coimbra).

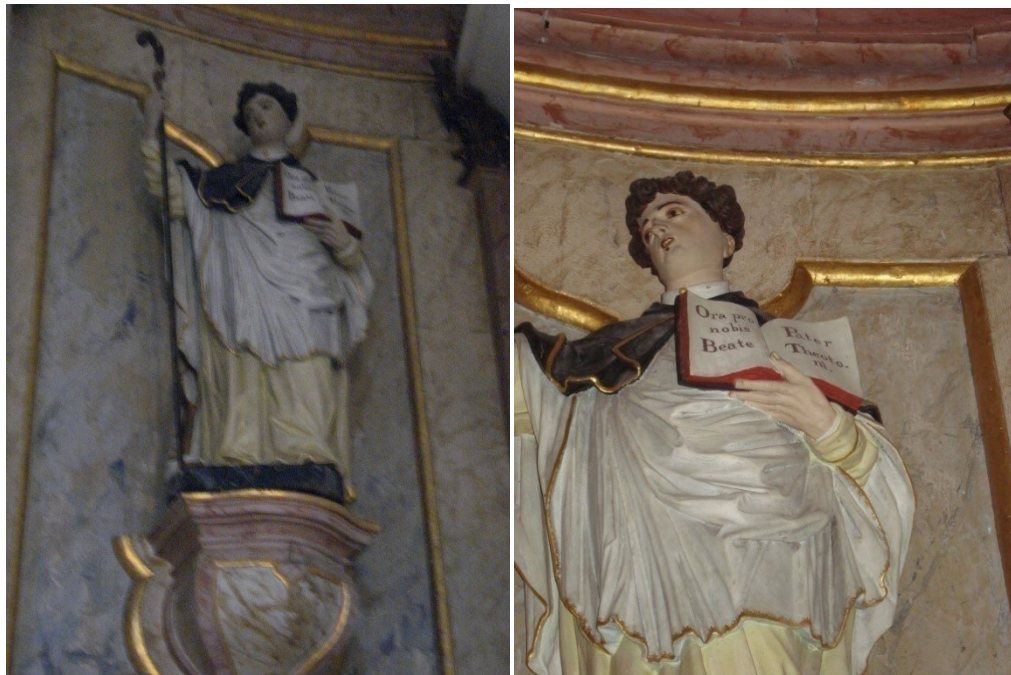


Imagem 9 - Imagem da capela de Antuzede e pormenor do livro (Antuzede, Coimbra).



Imagem 10 - Imagem do mosteiro de Folques (Folques, Arganil).



Imagem 11 - Imagem do Museu da igreja da Misericórdia de Viseu.



Imagem 12 – Estátua em frente à capela do Bom Jesus. (Valença)



Imagem 13 - Imagem da igreja de São Vicente de Fora.



Imagem 14 - A oração de São Teotónio pela cura do rei. (pintura do retábulo da capela de São Teotónio, igreja de Santa Cruz de Coimbra)



Imagem 15 – São Teotónio dá a bênção à rainha após trabalho de parto. (pintura do retábulo da capela de São Teotónio, igreja de Santa Cruz de Coimbra)



Imagem 16 – Representação da morte de São Teotónio. (pintura do retábulo da capela de São Teotónio, igreja de Santa Cruz de Coimbra)



Imagem 17 - A visão de um irmão crúzio de São Teotónio na Corte Celeste. (pintura do retábulo da capela de São Teotónio, igreja de Santa Cruz de Coimbra)



Imagem 18 - São Teotónio reza pela cura do rei. (pintura da Sala do Capítulo, igreja de Santa Cruz de Coimbra)



Imagem 19 - Oração da comunidade regrante pelo sucesso do assalto à cidade de Santarém. (pintura da Sala do Capítulo, igreja de Santa Cruz de Coimbra)



Imagem 20 - Pintura que ilustra a bênção a D. Sancho antes de São Teotónio iniciar a celebração da Eucaristia.



Imagem 21 – Pintura de São Teotónio onde se encontra a escada, atributo pouco vulgar. (Museu Machado de Castro)



Imagem 22 - Libertação dos moçárabes cativos. (igreja de São Vicente de Fora)

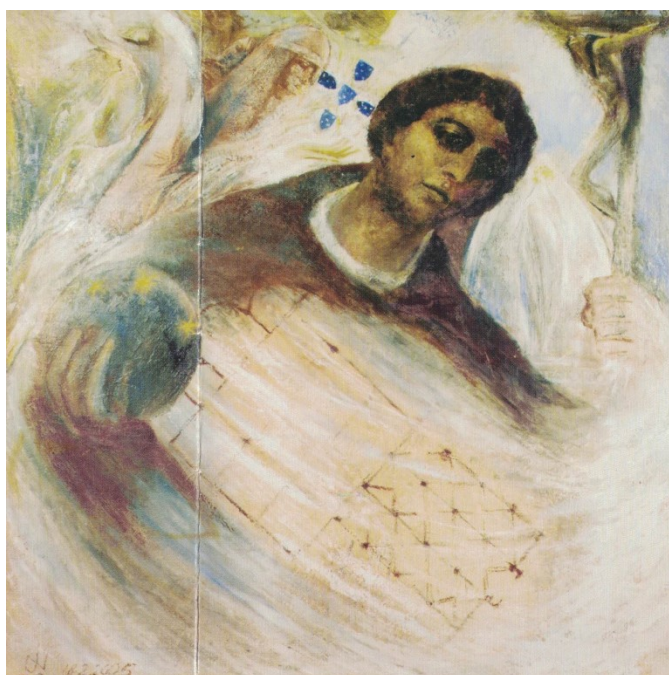


Imagem 23 – Pintura contemporânea.

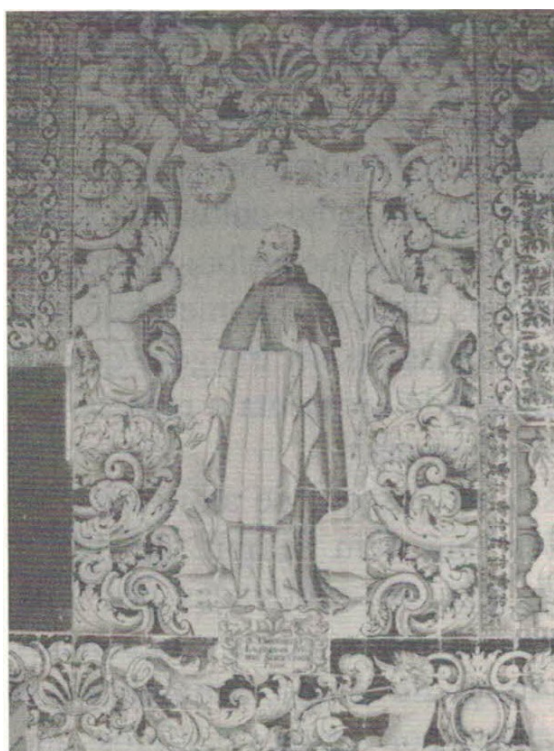


Imagem 24 – São Teotónio em contemplação. (Seminário das Missões de Cernache do Bonjardim)



Imagem 25 – Tomada de posse do priorado. (igreja de Santa Cruz de Coimbra)



Imagem 26 – Investidura de D. Afonso Henriques na terceira ordem dos Cónegos Regrantes de Santa Cruz. (igreja de Santa Cruz de Coimbra)



Imagem 27 - D. Afonso Henriques após investidura na terceira ordem dos Cónegos Regrantes de Santa Cruz. (igreja de Santa Cruz de Coimbra)



Imagem 28 – Libertação dos moçárabes cativos. (igreja de Santa Cruz de Coimbra)



Imagem 29 – São Teotónio nega a entrada à rainha e ao seu séquito no mosteiro. (igreja de Santa Cruz de Coimbra)



Imagem 30 – São Teotónio exorciza irmão crúzio. (igreja de Santa Cruz de Coimbra)



Imagem 31 - Visão de São Teotónio antes de morrer. (igreja de Santa Cruz de Coimbra)



Imagem 32 - Oração de São Teotónio e da sua comunidade enquanto o rei tenta tomar Santarém das mãos dos mouros. (igreja de Santa Cruz de Coimbra)



Imagem 33 – Imagem do altar-mor. (Sé de Viseu)



Imagem 34 – Imagem da fachada da Sé de Viseu.



Imagem 35 – Lintel e nicho da entrada da Casa de São Teotónio. (Sé de Viseu)



Imagem 36 – Imagem do Museu do Tesouro da Sé. (Sé de Viseu)

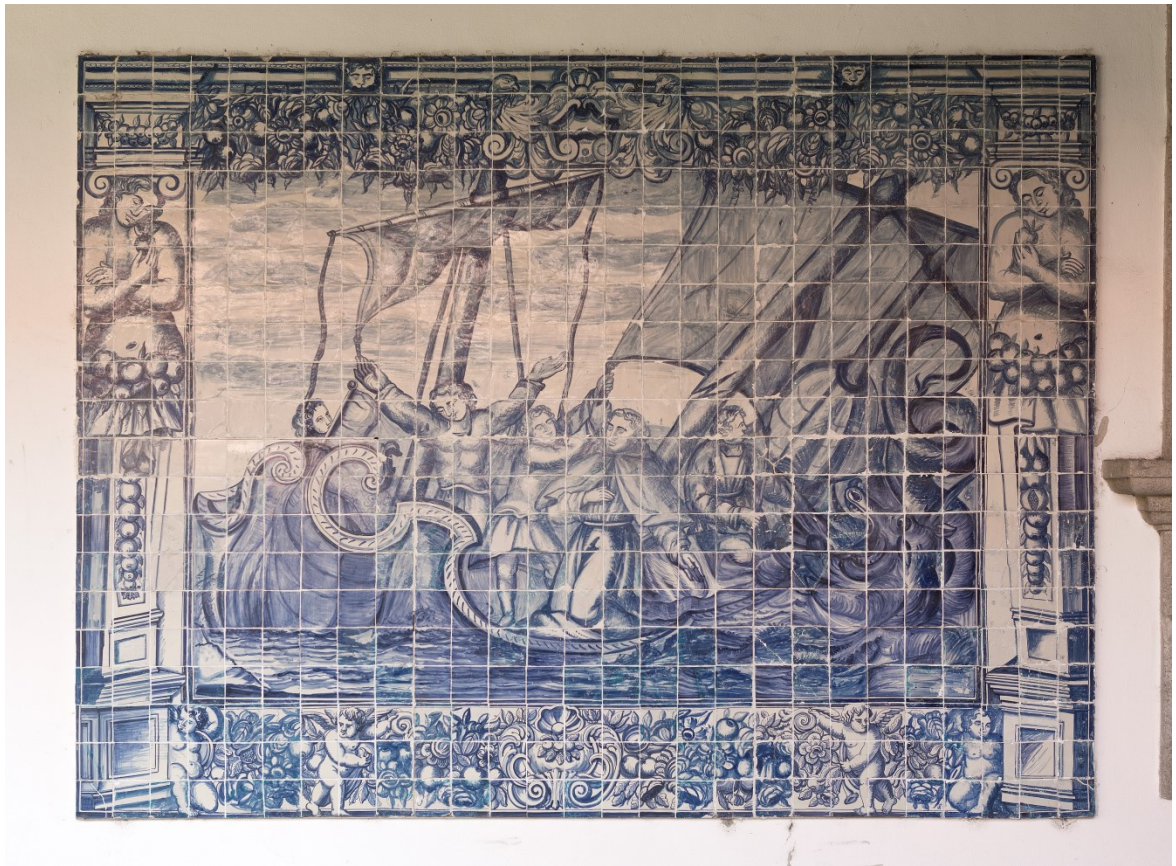


Imagem 37 – Tempestade durante a segunda viagem para a Terra Santa. (Claustro superior da Sé de Viseu)



Imagem 38 – Libertação dos cativos. (Claustro inferior da Sé de Viseu)



Imagem 39 – Investidura de novos Cônegos Regrantes de Santa Cruz. (Claustro inferior da Sé de Viseu)



Imagem 40 - Braço-relicário de São Teotónio. (Sé de Viseu)

Conclusão

São Teotónio nasceu em 1082, no lugar de Tardinhade, Ganfei, e morreu em 1162, no mosteiro de Santa Cruz de Coimbra, sendo “canonizado” imediatamente no ano seguinte.

A época em que viveu São Teotónio não foi fácil, uma vez que, os reinos cristãos tentavam expulsar os muçulmanos da península Ibérica, depois destes a terem invadido a península em 711. A invasão muçulmana originou uma grande instabilidade política, além de ter matado milhares de pessoas e gerado uma extrema pobreza. Porém, foi devido à invasão muçulmana que vários cavaleiros além-pirinéus vieram para a península para os combater, entre os quais, D. Henrique de Borgonha, pai de D. Afonso Henriques, primeiro rei de Portugal.

Com a morte de D. Afonso VI de Castela, ficou a sua filha, D. Urraca, responsável pelo império do pai. D. Teresa, aproveitando um momento de fraqueza da irmã, D. Urraca, une-se com a família galega dos Trava, e juntos, tentam conquistar territórios à monarca castelhana. Contudo, tendo em conta o iminente ataque almorávido à cidade de Coimbra, D. Teresa concentra-se apenas na defesa deste reduto e esquece não só as ofensivas contra a sua irmã, como também a possível união com os Trava, que iria subjugar novamente o condado portugalense à Galiza.

A partir de 1121, D. Teresa reaproxima-se desta família galega, por intermédio de D. Fernão Peres de Trava que começou a desempenhar funções no governo portugalense. A grande maioria dos nobres portugalenses, preocupados com a iminente perda da independência, encontram em D. Afonso Henriques uma possível solução para evitar esse revés.

D. Afonso Henriques demonstrou ser um grande chefe militar. Começando, em 1134, a sua própria campanha de reconquista de territórios aos mouros. Em 1139, deu-se a batalha de Ourique, uma das mais importantes vitórias de D. Afonso Henriques, e, segundo a tradição, após essa vitória os guerreiros terão aclamado D. Afonso Henriques como sendo o seu rei. No entanto, só em 1143, após o tratado de Zamora, é que o seu primo, Afonso VII, assim como todos os outros governantes peninsulares, reconheceram D. Afonso Henriques como um rei independente. Contudo, só em 1179, pela bula *Manifestis Probatum* é que Roma reconhece a independência de Portugal.

Esta longa campanha de reconquista, com vários avanços e recuos, provocou uma outra consequência, a desorganização das dioceses. É por isso que, no tempo de São Teotónio, Viseu é um priorado da diocese de Coimbra, assim como Lamego. Alguns autores dizem que esta medida foi implementada para que, através de pequenos contributos monetários provenientes destes priorados, a diocese de Coimbra ficasse estável a nível económico. Mas outros autores defendem que esta medida serviu para implementar a reforma gregoriana, que estava a ter pouco sucesso.

Por volta do ano 1120, o povo e o clero viseenses, com o apoio de D. Teresa, tentaram restaurar a diocese tentando eleger o presbítero Odório como seu bispo, porém, o bispo de Coimbra impediu que tal fosse concretizado. Esta não terá sido a primeira tentativa, pois segundo a *Vita Sancti Theotonii*, por várias vezes o conde D. Henrique e a sua esposa, tentaram convencer o prior da Sé de Viseu, São Teotónio, a aceitar o episcopado daquela mesma cidade. Porém, só em 1147 é que tanto Viseu como Lamego seriam consideradas dioceses autónomas.

A Igreja, no século XI e XII, estava a implementar a reforma gregoriana, uma importante reforma que vinha combater uma grave crise moral, nomeadamente pelas práticas de simonia e de nicolaísmo.

No condado portugalense, embora com muitas resistências, a reforma começou a ser implementada por D. Crescónio, monge cluniacense e tio de São Teotónio, após este ser nomeado bispo de Coimbra. Em 1096, São Geraldo é nomeado bispo de Braga dá também um grande contributo para que esta reforma fosse implementada. Mais tarde, com a entrada dos beneditinos e com a criação do Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra, as comunidades ligadas à observância visigótica desapareceram por completo.

A versão original da *Vita Sancti Theotonii* ter-se-á perdido, no entanto o texto chegou-nos por uma cópia datável dos finais do século XII. A versão original foi escrita por um discípulo de São Teotónio, pouco tempo após a sua morte, ainda antes de este ter sido elevado aos altares. Caso contrário, esta hagiografia teria dado muito destaque a esse acontecimento. Embora no texto apareçam algumas referências a São Teotónio como sendo santo, segundo alguns autores, tal é justificado por um deficiente processo de transmissão do texto. Isto é, quem traduziu a versão original, terá feito alterações textuais, o que justificaria outras incongruências existentes na obra.

São Teotónio viveu na sua terra, Tardinhade, até 1092, altura em que o seu tio, D. Crescónio, foi nomeado bispo de Coimbra. Nessa altura, São Teotónio parte com o seu tio para Coimbra para aí iniciar uma caminhada de formação rumo ao sacerdócio. Depois de alguns conhecimentos adquiridos com D. Telo, responsável pela sua educação em Coimbra, é enviado para Viseu, em 1098, após a morte do seu tio. Em Viseu, São Teotónio faz toda a formação específica até ser ordenado sacerdote, em 1107.

As suas qualidades e virtudes eram tão evidentes que, passados três anos, foi nomeado prior da Sé de Viseu. Embora ele, por humildade, quisesse recusar a nomeação, teve de a aceitar por respeito ao voto de obediência.

Alguns anos mais tarde, talvez em 1116, São Teotónio faz a sua primeira viagem à Terra Santa. Quando regressou, quiseram que aceitasse de novo o cargo que desempenhara até à sua viagem, no entanto, ele recusou.

Pouco depois, partiu na sua segunda e última viagem à Terra Santa, porém, desta vez, levou consigo um grande grupo de peregrinos.

Os Cónegos Regulares do Sepulcro viram nele um testemunho de santidade tão grande que o convidaram a fazer parte da comunidade. A ideia agradou a São Teotónio, mas tinha de voltar a Portugal primeiro, com o grupo de peregrinos, e só depois voltar a Jerusalém, para aí viver até ao fim dos seus dias.

Quando chegou a Portugal recebeu um convite de D. Telo para fundar o mosteiro de Santa Cruz de Coimbra. Este convite fez São Teotónio mudar de ideias e, juntamente com mais onze religiosos, fundou este importante mosteiro coimbricense, do qual viria a ser prior.

Com a mudança da corte régia para Coimbra, São Teotónio e D. Afonso Henriques tornam-se muito amigos, sendo o prior de Santa Cruz o seu conselheiro e diretor espiritual.

Nos últimos dez anos da sua vida, São Teotónio, resignou ao cargo de prior do mosteiro e dedicou-se inteiramente à oração e contemplação. Estava de tal maneira cansado e fustigado pelas dores e limitações físicas, que tinha de se apoiar num báculo que, segundo a tradição, fora oferecido por São Bernardo de Claraval.

A 18 de fevereiro de 1162, São Teotónio parte para o Pai deixando a comunidade e toda a cidade de Coimbra profundamente entristecidas. A 18 de fevereiro do ano seguinte, São Teotónio é “canonizado”.

Para compreendermos a espiritualidade de São Teotónio e o seu legado aprofundámos o nosso conhecimento sobre a fundação do mosteiro de Santa Cruz, a vida dos seus

fundadores, a Regra por eles seguida e os principais acontecimentos do seu priorado, para assim, compreendermos os frutos da sua ação e a sua espiritualidade.

Os principais fundadores deste mosteiro foram: D. Telo, iniciador e construtor da canónica, D. João Peculiar, principal conselheiro e responsável pelo ordenamento jurídico, São Teotónio, primeiro prior e pai espiritual e, por fim, D. Afonso Henriques, principal financiador do projeto monástico.

A Regra seguida no mosteiro foi a Regra de Santo Agostinho, respondendo ao apelo do papa Gregório VII, pois em vez de praticar uma “fuga do mundo” defendia a evangelização do mesmo através da prática pastoral. Além desta Regra, a canónica seguia o Costumeiro de São Rufo de Avinhão, que pedia aos monges para viverem de forma humilde e austera.

A preocupação pastoral era notória através da fundação da paróquia de São João Batista e da criação do Hospital de São Nicolau. Com a criação da paróquia, o mosteiro queria iniciar um centro de “vita apostolica” exercida por um clero que vivesse segundo a imitação dos apóstolos, bem formado na Sagrada Escritura, que valorizasse a oração e desse testemunho de pobreza e caridade para com os mais necessitados.

O que ocupava mais tempo, na vida quotidiana dos cruzios, era a prática litúrgica, quer do ofício divino quer da liturgia sacramental. O modelo do ritual utilizado nesta canónica foi trazido de São Rufo de Avinhão, no entanto, foi adaptado às realidades do mosteiro e da própria região.

O culto de São Teotónio não se expandiu durante a Idade Média, mantendo-se apenas em alguns lugares onde a influência cruzia se tinha feito sentir. Só no início do século XVII é que este santo começou a ser lembrado, seja nomeado padroeiro de várias cidades e dioceses.

Para vermos como é que esse culto se perpetuou através da arte e qual o seu valor pastoral e catequético, recorreremos ao Magistério da Igreja, constatando como era licito e importante o recurso à arte para o nosso caminho rumo à santidade. O crente não adora a imagem, pelo contrário, através da oração ao santo representado naquela imagem, ele pede a intercessão desse santo junto de Deus. Além disso, através dos atributos dessa obra de arte, representativos da vida e obra do santo representado, o crente faz um caminho catequético que o ajudará a seguir rumo à santidade.

Os atributos iconográficos com que São Teotónio é frequentemente representado são: as vestes crúzias, o livro, o báculo, a mitra e o globo estrelado.

As vestes crúzias remetem-nos para o tempo de vida de São Teotónio como prior de Santa Cruz de Coimbra.

O livro remete-nos para o grande amor que São Teotónio tinha pelas Escrituras.

O báculo é o atributo mais controverso, uma vez que, só em 1195, é que o papa atribuiu esse privilégio ao prior de Santa Cruz de Coimbra. No entanto, os priores poderiam usar um bastão, e uma vez que São Teotónio já estava tão debilitado, poderá ter recebido de São Bernardo de Claraval um bastão para se poder amparar, e não um báculo como recorrentemente vemos afirmado. O facto de, segundo a tradição, o bastão ter a crossa em forma de *tau* corrobora esta teoria de que serviria para ele se amparar. As comunidades, vivendo já no contexto em que o prior de Santa Cruz podia usar báculo, e sabendo que São Teotónio recebeu um bastão e que ele foi prior daquele mosteiro, poderão ter “transformado” o bastão num báculo.

A mitra é a outra insígnia episcopal, normalmente representada aos pés do santo, simbolizando a sua humildade com que recusou a possibilidade de ser ordenado bispo.

O globo estrelado é o atributo mais original e identificativo de São Teotónio, uma vez que mais nenhum santo o tem na sua iconografia.

Além da estatuária, há várias representações de São Teotónio tanto em pintura como em painéis de azulejos, que representam cenas da sua vida.

Foi no início do século XVII que São Teotónio foi escolhido como padroeiro da diocese de Viseu, por isso, nessa altura foi elaborada uma imagem para ocupar o retábulo-mor desta canónica. Nesse mesmo século, após uma grande tempestade, a fachada do edifício foi destruída pela queda de uma das suas torres. A nova, e ainda atual, fachada, do estilo maneirista, detém um nicho ao centro onde foi colocada uma escultura do padroeiro da diocese.

Contudo foi no século seguinte, durante um período de sede vacante em que ficara o cabido com a responsabilidade de governar os bens da canónica, que se deu mais destaque a esta figura que outrora fora seu prior. Neste período, os cónegos mandaram gravar no lintel da porta da “casa de São Teotónio” uma inscrição que explicita que outrora o santo habitara naquele compartimento, quando foi prior daquela Sé. Por cima desse lintel, mandaram fazer um nicho e colocaram outra imagem deste santo. Por fim, foi também nesta altura que se mandaram fazer os três painéis de azulejos relativos a São Teotónio, presentes agora nos claustros, mas que outrora ocupavam as paredes interiores da igreja.

Além destas representações teotonianas, a Sé de Viseu é detentora também do braço-relicário de São Teotónio, datado do século XVII.

Acreditamos que esta nossa dissertação, como também já indicámos na Introdução, através do diálogo entre História, hagiografia e arte, será uma mais-valia para o conhecimento e divulgação da vida e obra de São Teotónio, contribuindo para que, tal como ele, muitos outros possam realizar o percurso da santidade.

Esta nossa dissertação, não esgota, como é óbvio, o tema a que nos propusemos estudar. Este trabalho científico, sendo do primeiro grau canónico, abriu mais portas do que aquelas que fechou, possibilitando trabalhos de investigação futuros, no âmbito de um

trabalho de segundo grau canónico. Sentindo-nos inquietados para trabalhar de forma mais completa e conclusiva acerca da rede de mosteiros crúzios e zonas de sua influência ao longo dos primeiros séculos e a relação com a arte existente, atualmente, em todo o país, procurando conhecer exaustivamente como se propagou o culto ao primeiro santo português.

Bibliografia

Fontes

AZEVEDO, Carlos Moreira, “O A iconografia de São Teotónio”, in AA. VV., SOALHEIRO, João; EUSÉBIO, Maria de Fátima (coordenação), *São Teotónio. Patrono da Diocese e da cidade de Viseu*, Viseu, 2013.

CRUZ, António, “D. Teotónio, Prior de Santa Cruz. O primeiro cruzado e primeiro santo de Portugal”, in AA. VV, *Santa Cruz de Coimbra. Do século XI ao século XX. Estudos*, Gráfica de Coimbra, Coimbra, 1984.

MACÍAS, Santiago, “O Garb-al-Andaluz: Resenha dos factos políticos”, in AA. VV, MATTOSO, José (coordenação), *História de Portugal. Antes de Portugal*, Círculo de leitores, Vol. 1, 1992.

MARQUES, Maria Alegria, “O contexto eclesiástico das dioceses de Coimbra e Viseu à época de São Teotónio”, in AA. VV, SOALHEIRO, João; EUSÉBIO, Maria de Fátima (coordenação), *São Teotónio. Patrono da Diocese e da cidade de Viseu*, Diocese de Viseu e Câmara Municipal de Viseu, Viseu, 2013.

MARTINS, Armando Alberto, *O Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra na Idade Média*, Centro de História da Universidade de Lisboa, Lisboa, 2003

MATTOSO, José, “A emergência de uma unidade política e a conquista da autonomia (1096-1139)”, in AA. VV, MATTOSO, José (coordenação), *História de Portugal. A Monarquia Feudal (1096 – 1480)*, Círculo de leitores, Vol. 2, 1993.

MATTOSO, José, “A monarquia guerreira (1139-1190)”, in AA. VV, MATTOSO, José (coordenação), *História de Portugal. A Monarquia Feudal (1096 – 1480)*, Círculo de leitores, Vol. 2, 1993.

NASCIMENTO, Aires Augusto, *Vida de São Teotónio*, Edições Colibri, Lisboa, 2013.

PEREIRA, Maria Helena da Rocha, *Vida de S. Teotónio*, Igreja de Santa Cruz, Coimbra, 2012.

RAMOS, António Jesus, “S. Teotónio: Fundador e primeiro prior de Santa Cruz de Coimbra”, in AA. VV, *Estudos Teológicos*, Instituto de Estudos Teológicos, Coimbra, 2013.

VENTURA, Leontina; MATOS, João da Cunha, “O entre Douro e Tejo ao tempo de São Teotónio”, in AA. VV., SOALHEIRO, João; EUSÉBIO, Maria de Fátima (coordenação), *São Teotónio. Patrono da Diocese e da cidade de Viseu*, Viseu, 2013.

Estudos

ABREU, José Paulo, “S. Teotónio: uma vida, uma obra, um legado”, in AA. VV, *Arte, poder e religião nos tempos medievais. A identidade de Portugal em construção*, Câmara Municipal de Viseu, 2009.

BRAGANÇA, Joaquim O., *Ritual de Santa Cruz de Coimbra*, Gráfica de Coimbra, Lisboa, 1976.

ALMEIDA, A. Roque, *Para ler a História da Igreja em Portugal*, Editorial Perpétuo Socorro, Porto, 1996.

ALMEIDA, Patrícia Roque de, “Cenas da vida de São Teotónio em azulejo”, AA. VV., SOALHEIRO, João; EUSÉBIO, Maria de Fátima (coordenação), *São Teotónio. Patrono da Diocese e da cidade de Viseu*, Viseu, 2013.

ALVES, Alexandre, *A Sé Catedral de Santa Maria de Viseu*, Câmara Municipal de Viseu, Viseu, 1995.

ALVES, Fernanda; FERRÃO, Pedro Miguel, “Crossa de báculo de S. Teotónio”, in AA. VV, *Arte, poder e religião nos tempos medievais. A identidade de Portugal em construção*, Câmara Municipal de Viseu, 2009.

EUSÉBIO, Maria de Fátima, “S. Teotónio”, in AA. VV., *Arte, poder e religião nos tempos medievais. A identidade de Portugal em construção*, Câmara Municipal de Viseu, 2009.

EUSÉBIO, Maria de Fátima, *A talha barroca na Diocese de Viseu*, Dissertação de doutoramento em História da Arte em Portugal apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Vol. 1, 2005.

EUSÉBIO, Maria de Fátima, “São Teotónio Prior da Sé de Viseu”, in AA. VV., SOALHEIRO, João; EUSÉBIO, Maria de Fátima (coordenação), *São Teotónio. Patrono da Diocese e da cidade de Viseu*, Viseu, 2013.

EUSÉBIO, Maria de Fátima, “São Teotónio”, in AA. VV., SOALHEIRO, João; EUSÉBIO, Maria de Fátima (coordenação), *São Teotónio. Patrono da Diocese e da cidade de Viseu*, Viseu, 2013.

FREIRE, José Geraldes, “Problemas literários da «Vita sancti Theotonii»” in AA. VV, *Santa Cruz de Coimbra. Do século XI ao século XX. Estudos*, Gráfica de Coimbra, Coimbra, 1984.

GOMES, José Ribeiro, “Braço-relicário de S. Teotónio”, in AA. VV, *Arte, poder e religião nos tempos medievais. A identidade de Portugal em construção*, Câmara Municipal de Viseu, 2009.

GOMES, Saul António, “Aspetos da vida litúrgica em Santa Cruz de Coimbra”, in AA. VV, *Estudos Teológicos*, Instituto de Estudos Teológicos, Coimbra, 2013.

GOMES, Saul António, “Cónegos Regulares de Santa Cruz”, in AA. VV, AZEVEDO, Carlos Moreira (dir.), *Dicionário de História Religiosa de Portugal*, Círculo de leitores, A-C, Mem Martins, 2000.

HERRERO, José Sánchez, *Historia de la Iglesia. II: Edad Media*, Biblioteca de autores cristianos, Madrid, 2005.

VENTURA, Leontina; FARIA, Ana Santiago, *Livro Santo de Santa Cruz: cartulário do século XII*, Centro de História da Sociedade e da Cultura da Universidade de Coimbra, Coimbra, 1990.

MARQUES, José, “A realidade da Igreja no tempo de S. Teotónio”, in *Revista da Faculdade de Letras*, 7, (1990) 9-34.

MARQUES, José, “S. Teotónio e a cultura no século XII”, in *Monção entre muralhas, com tantas portas quantos sentidos*, Casa Museu de Monção/Universidade do Minho, 2014.

NASCIMENTO, Aires Augusto, *Hagiografia de Santa Cruz de Coimbra. Vida de D. Telo, vida de D. Teotónio, vida de Martinho de Soure*, Edições Colibri, Lisboa, 1998.

NOGUEIRA, Bernardo de Sá, “O espaço eclesiástico em território português”, in AA. VV, AZEVEDO, Carlos Moreira (direção); JORGE, Ana Maria; RODRIGUES, Ana Maria

(coordenação), *História Religiosa de Portugal*, Circulo de leitores, Vol. 1, Mem Martins, 2000.

NUNES, João, “Lintel | Casa de São Teotónio ou Casa do Cabido”, in AA. VV., SOALHEIRO, João; EUSÉBIO, Maria de Fátima (coordenação), *São Teotónio. Patrono da Diocese e da cidade de Viseu*, Viseu, 2013.

OLIVEIRA, Miguel de, *História eclesiástica de Portugal*, Publicações Europa-América, Mem Martins, 1994.

PEREIRA, Augusto Nunes, “Sobre a iconografia de S. Teotónio”, in AA. VV, *Santa Cruz de Coimbra. Do século XI ao século XX. Estudos*, Gráfica de Coimbra, Coimbra, 1984.

SOALHEIRO, João, “Religião e poder no Portugal do século XII: a restauração das sedes episcopais”, in AA. VV, *Arte, poder e religião nos tempos medievais. A identidade de Portugal em construção*, Câmara Municipal de Viseu, 2009.

SOALHEIRO, João, “São Teotónio assiste o rei D. Afonso Henriques”, in AA. VV, *Arte, poder e religião nos tempos medievais. A identidade de Portugal em construção*, Câmara Municipal de Viseu, 2009.

SOALHEIRO, João, “São Teotónio abençoa a rainha D. Matilde em trabalhos de parto”, in AA. VV, *Arte, poder e religião nos tempos medievais. A identidade de Portugal em construção*, Câmara Municipal de Viseu, 2009.

TENTE, Catarina, “O enquadramento normativo e doutrinal até 1147”, in AA. VV, PAIVA, José Pedro (coordenação científica), *História da Diocese de Viseu. Séc. VI - 1505*, Diocese de Viseu e Imprensa da Universidade de Coimbra, Vol. 1, 2016.

TENTE, Catarina, “Da fundação da Diocese a 1147”, in AA. VV, PAIVA, José Pedro (coordenação científica), *História da Diocese de Viseu. Séc. VI - 1505*, Diocese de Viseu e Imprensa da Universidade de Coimbra, Vol. 1, 2016.

TENTE, Catarina, “O episcopado até 1147”, in AA. VV, PAIVA, José Pedro (coordenação científica), *História da Diocese de Viseu. Séc. VI - 1505*, Diocese de Viseu e Imprensa da Universidade de Coimbra, Vol. 1, 2016.

TENTE, Catarina, “Da fundação da Diocese a 1147”, in AA. VV, PAIVA, José Pedro (coordenação científica), *História da Diocese de Viseu. Séc. VI - 1505*, Diocese de Viseu e Imprensa da Universidade de Coimbra, Vol. 1, 2016.

VALE, Teresa, “Braço-relicário de São Teotónio”, in AA. VV., SOALHEIRO, João; EUSÉBIO, Maria de Fátima (coordenação), *São Teotónio. Patrono da Diocese e da cidade de Viseu*, Viseu, 2013.

VIEIRA, José Bento, *Santa Cruz de Coimbra. Arte e História*, Coimbra, 2001.

VILAR, Hermínia Vasconcelos, “A procura da perfeição longe do mundo: da reforma beneditina à influência cluniacense”, in AA. VV, AZEVEDO, Carlos Moreira (direcção); JORGE, Ana Maria; RODRIGUES, Ana Maria (coordenação), *História Religiosa de Portugal*, Círculo de leitores, Vol. 1, Mem Martins, 2000.

Bibliografia complementar

COSTA, Avelino de Jesus da, *Comemorações do IX centenário do nascimento de São Teotónio padroeiro da Diocese de Viana do Castelo. São Teotónio. Vida e expansão do seu culto*, Viana do Castelo, 1983.

COSTA, Luís Miguel Figueira da, “O báculo de São Teotónio. Tópicos para uma sumária leitura teológica”, in AA. VV., SOALHEIRO, João; EUSÉBIO, Maria de Fátima (coordenação), *São Teotónio. Patrono da Diocese e da cidade de Viseu*, Viseu, 2013.

CRISTO, José de (tradução e notas), *Vida de S. Teotónio*, Edições APPACDM de Braga, 2005.

DIAS, Geraldo Coelho, “As devoções da Idade Média”, in AA. VV, *Arte, poder e religião nos tempos medievais. A identidade de Portugal em construção*, Câmara Municipal de Viseu, 2009.

ENCARNAÇÃO, Joaquim da (tradução e notas), *Vida de S. Theotónio*, Imprensa da Universidade de Coimbra, 1855.

ERDMANN, Carl, *O papado e Portugal no primeiro século da história portuguesa*, Coimbra Editora – Publicações do Instituto Alemão da Universidade de Coimbra, Coimbra, 1935.

EVANGELISTA, Júlio, *São Teotónio e a sua estátua – Valença*, Câmara Municipal de Valença, 1995.

IOANNES PAULUS PP. II, *Epistula Apostolica Duodecimum Saeculum, Ad universos Ecclesiae Catholicae Episcopos duodecimo expleto saeculo a Concilio Nicaeno II celebrato*, in *AAS* 80 (1988) 241-252.

LAVAJO, Joaquim Chorão, “Islão e Cristianismo: entre a tolerância e a guerra santa”, in AA. VV, AZEVEDO, Carlos Moreira (dir.); JORGE, Ana Maria; RODRIGUES, Ana Maria (coordenação), *História Religiosa de Portugal*, Circulo de leitores, Vol. 1, Mem Martins, 2000.

MARTINS, Mário, SJ, *Alegorias, Símbolos e Exemplos Morais da Literatura Medieval Portuguesa*, Edições Brotéria, Lisboa, 1975.

MATTOSO, José, “A formação da nacionalidade no espaço ibérico”, in AA. VV., MATTOSO, José (coordenação), *História de Portugal. A Monarquia Feudal (1096 – 1480)*, Círculo de leitores, Vol. 2, 1993.

PAULUS PP. VI, *Constitutio de sacra liturgia “Sacrosanctum Concilium”*, in *AAS* 56 (1964), 97-133.

SANTOS, Januário dos, “*Breves biografias ilustradas. São Teotónio. Primeiro santo português*”, Editorial Edições Cucujães, Cucujães, 2010.

SERRÃO, Joaquim Veríssimo, *História de Portugal [1080-1415]*, Verbo, Póvoa de Varzim, 1977.

Índice de imagens

IMAGEM 1 - SUPOSTA REPRESENTAÇÃO DE SÃO TEOTÓNIO NO BREVIARIUM SANCTAE CRUCIS (BIBLIOTECA PÚBLICA MUNICIPAL DO PORTO).....	110
IMAGEM 2 - ILUMINURA DE CÓDICE DA LIVRARIA DE MÃO DO MOSTEIRO DE SANTA CRUZ DE COIMBRA (BIBLIOTECA PÚBLICA MUNICIPAL DO PORTO)	110
IMAGEM 3 - ILUMINURA DE SÃO TEOTÓNIO NA LETRA "O" NUM CÓDICE DA LIVRARIA DE MÃO DO MOSTEIRO DE SANTA CRUZ DE COIMBRA (BIBLIOTECA PÚBLICA MUNICIPAL DO PORTO).	111
IMAGEM 4 - ILUMINURA DE SÃO TEOTÓNIO NA LETRA "A" NUM CÓDICE DA LIVRARIA DE MÃO DO MOSTEIRO DE SANTA CRUZ DE COIMBRA (BIBLIOTECA PÚBLICA MUNICIPAL DO PORTO).	111
IMAGEM 5 - ESCULTURA EM VITRAL (SANTUÁRIO DE CRISTO REI).	112
IMAGEM 6 - ESCULTURA EM BRONZE NO LARGO DE SÃO TEOTÓNIO (GANFEI).....	112
IMAGEM 7 - CROSSA DO SUPOSTO BÁCULO DE SÃO TEOTÓNIO (MUSEU MACHADO DE CASTRO) (FOTOGRAFIA: JOSÉ ALFREDO).	113
IMAGEM 8 – IMAGEM DA CAPELA DE SÃO TEOTÓNIO (IGREJA DE SANTA CRUZ DE COIMBRA).....	113
IMAGEM 9 - IMAGEM DA CAPELA DE ANTUZEDE E PORMENOR DO LIVRO (ANTUZEDE, COIMBRA).	114
IMAGEM 10 - IMAGEM DO MOSTEIRO DE FOLQUES (FOLQUES, ARGANIL).	114
IMAGEM 11 - IMAGEM DO MUSEU DA IGREJA DA MISERICÓRDIA DE VISEU.	115
IMAGEM 12 – ESTÁTUA EM FRENTE À CAPELA DO BOM JESUS. (VALENÇA)	115
IMAGEM 13 - IMAGEM DA IGREJA DE SÃO VICENTE DE FORA.....	116
IMAGEM 14 - A ORAÇÃO DE SÃO TEOTÓNIO PELA CURA DO REI. (PINTURA DO RETÁBULO DA CAPELA DE SÃO TEOTÓNIO, IGREJA DE SANTA CRUZ DE COIMBRA).....	116
IMAGEM 15 – SÃO TEOTÓNIO DÁ A BÊNÇÃO À RAINHA APÓS TRABALHO DE PARTO. (PINTURA DO RETÁBULO DA CAPELA DE SÃO TEOTÓNIO, IGREJA DE SANTA CRUZ DE COIMBRA).....	117
IMAGEM 16 – REPRESENTAÇÃO DA MORTE DE SÃO TEOTÓNIO. (PINTURA DO RETÁBULO DA CAPELA DE SÃO TEOTÓNIO, IGREJA DE SANTA CRUZ DE COIMBRA).....	117
IMAGEM 17 - A VISÃO DE UM IRMÃO CRÚZIO DE SÃO TEOTÓNIO NA CORTE CELESTE. (PINTURA DO RETÁBULO DA CAPELA DE SÃO TEOTÓNIO, IGREJA DE SANTA CRUZ DE COIMBRA).....	118
IMAGEM 18 - SÃO TEOTÓNIO REZA PELA CURA DO REI. (PINTURA DA SALA DO CAPÍTULO, IGREJA DE SANTA CRUZ DE COIMBRA)	118
IMAGEM 19 - ORAÇÃO DA COMUNIDADE REGRANTE PELO SUCESSO DO ASSALTO À CIDADE DE SANTARÉM. (PINTURA DA SALA DO CAPÍTULO, IGREJA DE SANTA CRUZ DE COIMBRA).....	119
IMAGEM 20 - PINTURA QUE ILUSTRA A BÊNÇÃO A D. SANCHO ANTES DE SÃO TEOTÓNIO INICIAR A CELEBRAÇÃO DA EUCARISTIA.	119
IMAGEM 21 – PINTURA DE SÃO TEOTÓNIO ONDE SE ENCONTRA A ESCADA, ATRIBUTO POUCO VULGAR. (MUSEU MACHADO DE CASTRO).....	120
IMAGEM 22 - LIBERTAÇÃO DOS MOÇÁRABES CATIVOS. (IGREJA DE SÃO VICENTE DE FORA)	120
IMAGEM 23 – PINTURA CONTEMPORÂNEA.....	121
IMAGEM 24 – SÃO TEOTÓNIO EM CONTEMPLAÇÃO. (SEMINÁRIO DAS MISSÕES DE CERNACHE DO BONJARDIM).	121

IMAGEM 25 – TOMADA DE POSSE DO PRIORADO. (IGREJA DE SANTA CRUZ DE COIMBRA).....	122
IMAGEM 26 – INVESTIDURA DE D. AFONSO HENRIQUES NA TERCEIRA ORDEM DOS CÓNEGOS REGRANTES DE SANTA CRUZ. (IGREJA DE SANTA CRUZ DE COIMBRA).....	122
IMAGEM 27 - D. AFONSO HENRIQUES APÓS INVESTIDURA NA TERCEIRA ORDEM DOS CÓNEGOS REGRANTES DE SANTA CRUZ. (IGREJA DE SANTA CRUZ DE COIMBRA).....	123
IMAGEM 28 – LIBERTAÇÃO DOS MOÇÁRABES CATIVOS. (IGREJA DE SANTA CRUZ DE COIMBRA).....	123
IMAGEM 29 – SÃO TEOTÓNIO NEGA A ENTRADA À RAINHA E AO SEU SÉQUITO NO MOSTEIRO. (IGREJA DE SANTA CRUZ DE COIMBRA).....	124
IMAGEM 30 – SÃO TEOTÓNIO EXORCIZA IRMÃO CRÚZIO. (IGREJA DE SANTA CRUZ DE COIMBRA) (FOTOGRAFIA: FRANCISCO OLIVEIRA)	124
IMAGEM 31 - VISÃO DE SÃO TEOTÓNIO ANTES DE MORRER. (IGREJA DE SANTA CRUZ DE COIMBRA) (FOTOGRAFIA: FRANCISCO OLIVEIRA)	125
IMAGEM 32 - ORAÇÃO DE SÃO TEOTÓNIO E DA SUA COMUNIDADE ENQUANTO O REI TENTA TOMAR SANTARÉM DAS MÃOS DOS MOUROS. (IGREJA DE SANTA CRUZ DE COIMBRA) (FOTOGRAFIA: FRANCISCO OLIVEIRA).....	125
IMAGEM 33 – IMAGEM DO ALTAR-MOR. (SÉ DE VISEU) (FOTOGRAFIA: JOSÉ ALFREDO)	126
IMAGEM 34 – IMAGEM DA FACHADA DA SÉ DE VISEU (FOTOGRAFIA: JOSÉ ALFREDO).	126
IMAGEM 35 – LINTEL E NICHOS DA ENTRADA DA CASA DE SÃO TEOTÓNIO. (SÉ DE VISEU) (FOTOGRAFIA: JOSÉ ALFREDO).....	127
IMAGEM 36 – IMAGEM DO MUSEU DO TESOURO DA SÉ. (SÉ DE VISEU) (FOTOGRAFIA: JOSÉ ALFREDO)	127
IMAGEM 37 – TEMPESTADE DURANTE A SEGUNDA VIAGEM PARA A TERRA SANTA. (CLAUSTRO SUPERIOR DA SÉ DE VISEU) (FOTOGRAFIA: JOSÉ ALFREDO)	128
IMAGEM 38 – LIBERTAÇÃO DOS CATIVOS. (CLAUSTRO INFERIOR DA SÉ DE VISEU) (FOTOGRAFIA: JOSÉ ALFREDO)	128
IMAGEM 39 – INVESTIDURA DE NOVOS CÓNEGOS REGRANTES DE SANTA CRUZ. (CLAUSTRO INFERIOR DA SÉ DE VISEU) (FOTOGRAFIA: JOSÉ ALFREDO)	129
IMAGEM 40 - BRAÇO-RELICÁRIO DE SÃO TEOTÓNIO. (SÉ DE VISEU) (FOTOGRAFIA: JOSÉ ALFREDO)	129

Índice

Agradecimentos	2
Resumo	3
Abstract	4
Introdução	5
Capítulo 1 – Contexto histórico e religioso do tempo de São Teotónio	8
1.1 – Contexto histórico	9
1.1.1 – Invasão muçulmana e consequente reconquista cristã	9
1.1.2 – O nascimento e afirmação do Reino de Portugal.....	15
1.2 – Contexto religioso	30
1.2.1 – Restauração das dioceses nos séculos XI e XII	30
1.2.2 – Reforma Gregoriana	33
Capítulo 2 – Vida e Obra de São Teotónio	44
2.1 – Análise da <i>Vita Sancti Theotonii</i>	44
2.1.1 – Percurso de formação de Teotónio e sua vinda para Viseu	47
2.1.2 – Viagens de Teotónio à Terra Santa.....	49
2.1.3 – Mosteiro de Santa Cruz: Fundação de uma nova comunidade	53
2.1.4 – Relações com os poderes políticos e a sua influência na reconquista cristã	54
2.1.5 – Ligação a Bernardo de Claraval e percurso final de vida.....	56
2.2 – Espiritualidade de São Teotónio e o seu legado	60
2.2.1 – Fundação do mosteiro de Santa Cruz de Coimbra e seus fundadores.....	60
2.2.2 – Priorado de São Teotónio.....	65
2.2.2.1 – Privilégios papais e régios: origem de uma nova contenda	65
2.2.2.2 – Fundação da paróquia de São João Batista	68
2.2.2.3 – Sínodo de São João de Almedina	70
2.2.2.4 – O Hospital de São Nicolau	72
2.2.2.5 – Fim do priorado de São Teotónio e sua canonização	72
2.3 - A prática litúrgica nos primórdios do mosteiro de Santa Cruz de Coimbra.....	74
Capítulo 3 – Iconografia de São Teotónio: criação artística e identidade	78
3.1 – A produção artística e o culto dos santos na Igreja Católica ao longo dos séculos	78
3.2 – Elementos iconográficos das representações de São Teotónio e respetiva simbologia	82

3.2.1 – As vestes crúzias	84
3.2.2 – O livro	85
3.2.3 – O báculo.....	87
3.2.4 – A mitra	90
3.2.5 – O globo estrelado	90
3.2.6 – Representações pictóricas de São Teotónio	92
3.2.7 – Representações de São Teotónio em azulejo	97
3.3 – Representações de São Teotónio na Diocese de Viseu.....	100
Anexos	108
Conclusão.....	130
Bibliografia.....	138
Índice de imagens.....	146